

IMIGRANTES, MINORIAS ÉTNICAS E AUTARQUIAS

Intervenções e Omissões – Práticas Políticas no Município da Amadora

Ana Paula Cordeiro

Tese de Doutoramento em Sociologia

ANEXOS

UNIVERSIDADE ABERTA

Lisboa

2004

ANEXO A

UNIVERSIDADE ABERTA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
No 41902-tesp

Indexado-Is

GUIÃO DE ENTREVISTA APLICADO A POLÍTICOS, TÉCNICOS E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

A população residente na Amadora engloba um contingente significativo de **imigrantes e minorias étnicas**. **Identifique e caracterize** essas populações.

Em sua opinião **porque** é que essas populações **elegeram o território do concelho** da Amadora **para seu local de residência**?

Em sua opinião, quais são as principais **necessidades** desses estratos populacionais?

Atendendo às necessidades dessas populações quais as intervenções do executivo municipal nos diferentes **sectores** (habitação, educação, emprego, saúde, cidadania, associativismo) no sentido de potenciar a sua **integração**?

Quais as **fontes de financiamento** mobilizados pela autarquia para esse efeito (locais, nacionais, internacionais)?

Nas acções que a edilidade realiza neste domínio participam **outros actores institucionais**?

Quais (locais, nacionais, internacionais)?

Quais têm sido os **parceiros** mais colaborantes?

E os que têm levantado mais obstáculos ou dificuldades? (interrogar face a cada parceiro atrás referido)

Em que **regime** se efectua essa colaboração?

As intervenções do executivo neste campo têm expressão clara nos **planos de actividade** municipais?

E nos respectivos **orçamentos**?

Esta realidade social motivou a realização de algumas alterações a nível da **estrutura organizacional** da edilidade?

Considera que o executivo tem conseguido alcançar os **objectivos** que se propôs alcançar neste campo?

Quais têm sido os principais **obstáculos ou dificuldades** com que o município se tem defrontado no desenvolvimento da sua acção neste domínio (económicas, culturais, políticas, técnicas, comunitárias)?

Em sua opinião a **CMA** tem uma **política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas**? Porquê?

Acha que esse tipo de postura institucional encerra **vantagens e desvantagens**? Quais e porquê?

ANEXO B

TÉCNICAS DE SERVIÇO SOCIAL DAS JUNTAS DE FREGUESIA

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
<i>Expressões do fenómeno imigratório e das minorias étnicas</i>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não tem expressão significativa na freguesia; <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realojamentos realizados há muito tempo poderão estar na génese do aparecimento de bairros degradados; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A radicação de grandes contingentes de imigrantes no território da freguesia fez emergir bairros degradados de grande extensão; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fosso entre os cidadãos e as estruturas oficiais de apoio (juntas, câmara...); (pág.3, 7) • Ausência de interacção comunitária; (pág.5-6) • Auto-exclusão; (pág.5-6, 12) • Práticas sociais enraizadas em modelos de socialização diferentes; <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia um representante no antigo executivo; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande aumento de imigração; • Muita imigração ilegal; • Grande heterogeneidade das proveniências; • Na freguesia, o maior aumento registou-se após o realojamento; <p>Factores de Atracção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais de familiares e amigos; • Oferta de trabalho; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação do espaço habitacional; • Imigração induz ao maior dinamismo do mercado de arrendamento – aumento das rendas; <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não estão representados no executivo; • Desconhece outras representações;

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
<i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i>	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação precária; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exclusão espacial e social; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho precário; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilegalidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase no carácter multidimensional da integração; <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emprego; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos insuficientes; • Necessidades básicas: alimentação (Pág.10-11) 	<ul style="list-style-type: none"> • Variação das necessidades de acordo com a data de chegada; (os últimos têm mais); <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de emprego; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades básicas: alimentação, vestuário – mais frequente em imigrantes de Leste; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situações de carência máxima impossibilitam a legalização; (pág.5-6)
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio às associações;
<i>Questionamento das intervenções realizadas Efeitos colaterais</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase na dimensão material da integração; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População não é envolvida na busca de soluções para os seus problemas; O potencial de acção da própria população não é utilizado; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O realojamento pode induzir ao aumento dos fluxos; (pág.3) • A habitação não é a chave de todos os problemas destes grupos - após o realojamento, os problemas mantêm-se; • Falta de preparação cívica das populações a realojar. Reacções negativas; (pág.14) • Realojamento moroso e oneroso - pouco gratificante em termos políticos;

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realojamento – Acção restrita ao domínio da habitação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe; 		<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações locais - substituem o Estado na prestação de serviços de apoio social; (pág.3) • Empresas; • IPSS; • Igreja; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações locais – esfera de acção limita-se ao espaço onde estão sediadas;
<i>Regime de colaboração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Fuga à resposta; 	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Social; <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias informais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de parcerias mas não sabe identificar; <p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A formalidade das parcerias diminui proporcionalmente à dimensão do espaço físico e político-administrativo; <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A nível micro impera a informalidade;
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não;
<i>Alterações da estrutura organizacional da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Pelouro das Minorias no organograma da Junta de Freguesia sem correspondência prática; (pág.10) • Não tem conhecimento a nível da autarquia;

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
<i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i>	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos humanos: Técnicas de Serviço Social acumulam funções administrativas e de gestão; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discriminação comunitária sobretudo face aos africanos; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução de recursos humanos; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação institucional Junta/ Câmara Municipal. Falta de conhecimento das Juntas sobre as intervenções da Câmara; ausência ou mau funcionamento dos canais comunicacionais; • Não envolvimento das técnicas das Juntas nos realojamentos; • Desarticulação entre Juntas de Freguesia; Inexistência de colaboração técnica; (pág.2, 7) • Uniformização de critérios de actuação, das metodologias de trabalho, de medidas de política; • <i>Turn-over</i> contínuo de técnicos e falta de continuidade do seu trabalho; 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase a factores de natureza política. As prioridades políticas influenciam e determinam a afectação de recursos. A escassez é um dado enviesado; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de autonomia das técnicas para dar respostas; • Pouca intervenção directa das Juntas; • Desarticulação institucional Junta/Câmara Municipal – "política das capelinhas"; • Sobreposição de trabalho e desperdício de recursos; <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilegalidade não possibilita a entrada no mercado de trabalho - política nacional a condicionar acção local; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência da comunidade local baseada na falta de proximidade física e cultural. – Segregação espacial e social; (pág. 12-14)
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não conhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe; 	<p>Vantagens</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A imigração coloca desafios para os quais, instituições e actores, não se encontram preparados; <p>Vantagens</p>

	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
<p><i>Expressões do fenómeno imigratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fenómeno progressivamente crescente; • Presença maioritária de cabo-verdianos e angolanos. Existem alguns romenos; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação dos alojamentos; • Subaluguer de espaços; • Problemas a nível habitacional; (pág.4) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrecarga dos serviços públicos – africanos procuram mais apoio social; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fenómeno imigratório em progressivo crescimento. Predominância dos naturais dos PALOP, radicados há muito tempo na freguesia; • Muita imigração ilegal; • Instalação recente de imigrantes de Leste; • Heterogeneidade de proveniências: brasileiros, indianos, chineses instalados de forma dispersa; (pág.5) <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; • Redes sociais; • Falta de controlo da Câmara; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes de Leste dispersos na freguesia, a residir fora dos bairros degradados; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação do espaço; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tendência generalizada para a precariedade do trabalho; Africanos: H – construção civil; M – limpeza; Leste: construção civil; Brasileiros: hotelaria; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alheamento das questões políticas associado mais à primeira geração; • Gerações descendentes tenderão a um maior envolvimento político, devido à sua formação e 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Naturais dos PALOP são grupo mais importante; • Cabo-verdianos em maioria; • Indianos, chineses e brasileiros não recorrem aos serviços e não utilizam os equipamentos; (pág.12-14) • Instalação recente de imigrantes de Leste; • Presença da comunidade cigana; <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; • Acessibilidades; • Redes sociais; • Falta de controlo da Câmara; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação no espaço habitacional; (pág.72) • Aumento do valor das casas. Especulação deriva da atribuição de subsídio à compra de casa; (pág.71) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho precário <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Racismo;

	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
		<p>socialização na sociedade portuguesa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não estão representados no executivo, nem na assembleia da Junta; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insegurança mas provocada por elementos exteriores aos bairros; 	
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades a nível da educação; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em encontrar emprego; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situações de grave carência económica; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legalização – é determinante na emergência ou não de necessidades e problemas porque inviabiliza o acesso a recursos e serviços e fomenta o ciclo da exclusão; (pág.4-5) 	<p>Habitacionais</p> <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de apoio à infância; • Destruturação familiar; • Famílias monoparentais; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabilidade de emprego; 	<p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos de apoio à infância; • Gerações descendentes mais problemáticas. Imitação dos modelos de juventude americanos; (pág.11) • Não cumprem regras (pág.17) • Cultura condiciona o conceito de necessidade. Prioridades são estabelecidas a partir de valores diferentes; (pág.20-22) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sofrem de discriminação laboral; • Falta de formação profissional adequada;
<p><i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento sobre a acção da CM em sectores específicos; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; (pág. 9) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; • PER-Famílias; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de refeição quente nas escolas;

	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
			<p>Sáude:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete da saúde tem projectos na área de toxicodependência; • Projecto “Cidades Saudáveis”; <p>Emprego e formação profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – acção do URBAN nesta área para aumentar a qualificação das pessoas; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PROQUAL;
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i> <i>Efeitos colaterais</i></p>		<ul style="list-style-type: none"> • Dissociação entre intervenção e as necessidades; (pág.17) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados do PER condicionados por constrangimentos institucionais: processo muito burocrático, falta de capacidade fiscalizadora por parte dos serviços; • Negócios perversos – exploração; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O apelo ao recenseamento destes cidadãos poderá ocasionar a sua representação política a nível local aumentando a sua capacidade interventiva com efeitos ainda não percebidos pelos actuais políticos; (pág.15-16) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – realojamento compulsivo dos ciganos (pág.15-16) • PER só dá resposta ao problema material; (pág.24) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – a CMA deveria ter outro tipo de apoio às associações de imigrantes; (pág.33)

	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Erradicação dos bairros degradados e realojamentos que consequentemente acabam por abranger essas populações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de objectivos associada a motivações políticas - resultados eleitorais - manutenção ou conquista do poder; (pág.15-16) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a sua intervenção social na área da exclusão;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>		Comunitárias: <ul style="list-style-type: none"> • Através de projectos internacionais; 	Locais Nacionais Comunitárias
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer articulação; (pág.6) Locais: <ul style="list-style-type: none"> • Associações locais dos próprios ou que os representem, são os actores com quem é mais fácil e faz mais sentido; 	<ul style="list-style-type: none"> • Leque progressivamente diminuto dos actores envolvidos nesta área; • Escassez; • Pouca dinâmica; (pág.10-11) 	Locais: <ul style="list-style-type: none"> • Associações colaboram mais do que outros interlocutores; Nacionais: <ul style="list-style-type: none"> • Segurança Social; • Centro de Emprego;
<i>Regime de colaboração</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Irregular, esporádica, casuística; Formal: <ul style="list-style-type: none"> • Apenas no âmbito de projectos nacionais ou comunitários; 	Informal
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento; • Não teve acesso aos documentos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca visibilidade; • Referências pontuais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem;
<i>Alterações da estrutura organizacional da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um pelouro das minorias no organograma da Junta de Freguesia sem correspondência prática; (pág.15) Gabinete de apoio às Minorias: <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Gabinete de Apoio às minorias étnicas que se relacionava com as associações, o alto-comissário e 	Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes Gabinete de Apoio às Minorias: <ul style="list-style-type: none"> • Deixou de funcionar quando saiu a pessoa que o tinha criado; (pág.30-31)

	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
		<p>as juntas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fim do gabinete reflectiu-se nas actividades das associações, nas actividades autárquicas desenvolvidas em prol das populações que apoiavam; 	<p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho pretendia envolver os imigrantes na resolução conjunta dos problemas;
<p><i>Dificuldades/ obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos económicos; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de vontade política baseada na ideia de traduzir as acções em votos; (pág.8) • Não tem sido uma prioridade. Imigrantes e minorias étnicas têm sido apenas abrangidos transversalmente; (pág.5-6) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos técnicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjugação de obstáculos de vária natureza; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limitações físicas e materiais (dinheiro, terrenos); (pág. 18) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os objectivos que norteiam a acção da autarquia neste domínio advêm das prioridades definidas noutras áreas, nomeadamente infra-estruturas e acessibilidades; (pág.16) • Falta de vontade política; • Prevalência de outros objectivos que poderão estabelecer maior relação com os resultados eleitorais (melhores acessibilidades, erradicação dos bairros degradados); (pág.17) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de organização institucional e de gestão dos técnicos - falta de articulação entre sectores; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para esta técnica este é o principal obstáculo; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política anterior não desenvolveu qualquer intervenção. Proliferação dos bairros deu-se por opção política; (pág.5-6) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exigências burocráticas e administrativas da gestão pública sufocam iniciativas locais; (pág.38) • Serviços e instituições não respondem Às verdadeiras necessidades das populações; (27-29) • Condicionismos de ordem institucional limitam a actividade municipal; (pág.30-41) • Falta de abertura das instituições para trabalho de parceria. Parceiros não querem ingerência da CMA; (pág.43-44)

	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • Não; • Acções desgarradas, pontuais, não encadeadas e não programadas no tempo e no espaço nas diversas dimensões ou áreas de actuação; (pág.19) • Quebra na actividade autárquica direccionada a estas populações: menos projectos, menos actividades das associações, da Junta e da CM; (pág.13) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem. Mas devia ter. Teria a ganhar com a diversidade e riqueza destas populações; (pág.10)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porque é forma de combater a exclusão, os problemas deles e em consequência os da restante população embora reconheça prós e contras; (pág.9) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia do modelo misto de integração: especificidade e transversalidade; <p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teria vantagens: prevenção e antecipação dos problemas; planeamento, programação e estruturação da acção; (pág.20) 	<ul style="list-style-type: none"> • Defende uma intervenção de tipo social numa perspectiva de combate à exclusão mas não diferenciada; (pág.31) <p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções protectoras e estigmatização de grupos específicos não melhoram a situação de exclusão e levam à irresponsabilidade; (pág.57-59)

Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
<p><i>Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas</i></p> <p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Predomínio de cidadãos de ascendência africana, embora recentemente se registre um aumento da diversificação de proveniências (Brasil, Leste); <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segmentos da população imigrante integrados no parque habitacional convencional mais degradado e mais barato; • Sobrelotação do espaço habitacional; • Concentração habitacional destas populações conduz à sua concentração em equipamentos sociais públicos; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação institucional particularmente visível nos estabelecimentos de ensino e de apoio educativo; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Défice muito grave ao nível do envolvimento e participação das populações; • Não estão representados no executivo; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maternidade precoce; • Insegurança associada sobretudo ao enquadramento social das gerações descendentes, apontadas como factor de mudança da realidade e do ambiente 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muita imigração ilegal, muito significativa em estratos etários muito jovens; (pág.9) <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco envolvimento e participação destas populações em actividades comunitárias e em iniciativas promovidas pela Junta, embora com diferentes níveis, segundo os estratos etários (os mais jovens participam mais, os mais idosos participam menos); • Um elemento na Assembleia de Freguesia; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimento associativo frágil com grandes carências a nível técnico; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instabilidade social; • Insegurança; • Conflitos; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10% da população da Amadora é de origem cabo-verdiana, embora muitos já sejam portugueses; • Imigrantes de outras origens; • Ultimamente, imigrantes de Leste; • Não existem dados sistematizados sobre estas populações, nem das que recorrem aos serviços. O atendimento não identifica naturalidade nem nacionalidade do utente; (pág.3, 28) • Ciganos são os mais estigmatizados de todos e os mais problemáticos relativamente ao trabalho técnico; (pág.17) • População cigana – Minoria Étnica mais antiga e mais excluída; (pág.19) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alguns imigrantes de Leste têm vindo a fixar-se nos bairros degradados. No parque habitacional legal vivem sobretudo na freguesia da Reboleira; • Sobre-ocupação dos alojamentos; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes de Leste a trabalharem na construção civil; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Muito débil apesar do número de associações; <p>Problemas que a sociedade de</p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigração muito visível; • Supremacia dos africanos; • Muita imigração ilegal; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segmentos da população imigrante instalados não só bairros degradados mas também no parque habitacional convencional; <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; <p>Cidadania: <i>Participação política</i> <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não têm representação política; • Concelho muito rico em instituições/ associações; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da taxa de natalidade, contrariando a tendência nacional; • Maternidade precoce;

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
	<p>social do concelho. Relaciona este facto com a perda de população da freguesia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Furtos; • Consumo e tráfico de droga; 		<p>acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo das dificuldades de gestão pública. Imigrantes e Minorias Étnicas percebidos como um problema e uma sobrecarga dos serviços; (pág.9) • A animosidade ou rejeição por parte dos políticos não tem tanto a ver com a questão de serem Minorias mas sim por acarretarem problemas à gestão pública; (pág.16) • População cigana utiliza práticas ilícitas no quadro do realojamento, do rendimento mínimo, na escolaridade das crianças; (pág.18) • A associação feita entre estas populações e os problemas do concelho não é assim tão linear – existem muitos migrantes internos que vivem nas mesmas condições; (pág.17) • População cigana envolvida no tráfico de droga; • Criminalidade associada ao tráfico de droga aumentou muito após a demolição do Casal Ventoso, o que levou antigos residentes a abandonarem o bairro; (pág.26) • Maternidade precoce; 	
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1ª Necessidade – integração – apoio à aquisição de condições de vida dignas (habitação e trabalho); 	<p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação profissional, associada à baixa escolaridade (Papel estruturante do emprego) – com particular incidência no sexo feminino; (pág.8) 		<p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ênfase nas questões relacionadas com os descendentes – percebidos como fonte de problemas; (pág. 6-7) • Ausência de projecto de vida;

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de infra-estruturas, melhoramento de equipamentos, redimensionamento das turmas, ATL's, apoio a projectos; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Emprego e formação profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da Escola das Profissões; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaboração com outros actores no desenvolvimento de vários projectos: Projecto Cidades Saudáveis; Projecto Cuidados continuados, Projecto de Luta contra a Sida; <p>Cidadania, participação e representação política: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; • Programa “Casa para Todos” – apoio ao arrendamento para residentes em barracas que ficaram fora do PER; (pág.1) <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Existiram campanhas para estimular o recenseamento. Todos os partidos fizeram campanha nos bairros nas últimas eleições; (pág.13) • Alguns partidos integraram pessoas das comunidades nas listas de candidatura à CMA nas últimas eleições; • Embora movidos por interesses políticos, os partidos têm-se empenhado em acções de sensibilização ao recenseamento; (pág.15) <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa “Escolhas”; (pág.23) • Rede Social; • “Cegonha”; • “Caminhos”; • “Caleidoscópico” • “O Futuro é Agora”; • EQUAL; • URBAN II; • PROQUAL; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de equipas de apoio escolar; <p>Cidadania, participação e representação política: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA;

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i></p> <p><i>Efeitos colaterais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> O trabalho social desenvolvido junto destas populações não tem sido realizado no sentido de reforçar o seu <i>empowerment</i>; (pág.21, 23, 26) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Impacto do realojamento pouco acautelado; O realojamento quebra a função securitária e afectiva existente no bairro degradado; (pág.9) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Segregação escolar condiciona o rendimento escolar, a convivência ou experiência social e, deste modo, a integração futura (ultrapassa competências do poder local); 	<ul style="list-style-type: none"> Modelo de intervenção muito paternalista e pouco responsabilizador; (pág.9, 10) Mutação da postura perante a sociedade tem uma base geracional relacionada com o processo de socialização e formação; Modelo de integração baseado nos nossos valores culturais e no nosso estilo de vida; Não envolvimento e participação das populações destinatárias; (pág.28-30) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realojamento teve efeitos práticos não calculados no quotidiano e na gestão económica familiar das pessoas realojadas; 	<ul style="list-style-type: none"> As candidaturas das associações aos projectos estão mais ligadas à sua sobrevivência do que seus aos objectivos; (pág.30) Sobreposição de actividades para os mesmos públicos alvo; (pág.30) O tempo que distancia o período de candidatura aos projectos do período em que são executados leva a um desfazamento entre a realidade e as respostas; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> PER não resolve sequer 10% dos problemas de habitação do município; Continua a construir-se clandestinamente; O apoio dado para o arrendamento não permite às pessoas continuarem a viver na Amadora. Os valores dos arrendamentos no concelho são muito superiores ao valor de apoio estabelecido em portaria governamental; CMA, entidade promotora do realojamento não fez trabalho de preparação do mesmo. Não tem uma intervenção definida para aquela população e aquele bairro; (pág.22) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realojamento desencadeia sentimentos de perda afectiva, de insegurança; desorganiza redes sociais firmadas e põe em questão estilos de vida; (pág.8) Factores que comprometem os resultados do realojamento: <ul style="list-style-type: none"> - Grande dimensão dos bairros; - Diversidade de origens: étnicas, sociais e geográficas; Falta de preparação e acompanhamento das populações; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> Subaproveitamento do potencial das Associações; Falta de apoio, nomeadamente técnico às Associações;
<p><i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de objectivos claros; (pág.22) 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem informação; 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem objectivos para esta área estratégica; Os principais objectivos de intervenção autárquica, nos últimos dois mandatos são nas áreas da Educação e Habitação que, sendo transversais, acabam por envolver, sobretudo ao estratos mais desfavorecidos que são, maioritariamente integrados por imigrantes e minorias étnicas; 	<ul style="list-style-type: none"> Finalidade da acção do Executivo é sempre, em última análise, política (pág.20)

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Através de projectos; 	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No caso dos projectos de intervenção; 	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias</p>	<p>Comunitários:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para projectos de intervenção comunitária;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	<p>Locais – Privados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IPSS e Associações locais; 	<ul style="list-style-type: none"> • As parcerias só se estabelecem por imposição metodológica dos projectos ou programas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação de complementaridade ou substituição entre público e privado;
<i>Regime de colaboração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias formalizadas apenas no âmbito dos projectos; todas as outras colaborações são pontuais e informais; <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todas as outras colaborações são pontuais e informais; 		<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formalização das parcerias dá-se por imposição dos processos de candidatura a projectos nacionais e internacionais;
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de medidas específicas. As actividades que abrangem esta população estão diluídas e integradas nas rubricas gerais; (pág.24) 		<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe; • Não conhece o plano de actividades;

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
<i>Alterações da estrutura organizacional da autarquia</i>	<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Organização de encontros e de actividades com as associações - trabalho muito circunscrito, não envolvia a comunidade autóctone; 	<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não sabe se ainda existe; 	<ul style="list-style-type: none"> Fuga à resposta; 	<ul style="list-style-type: none"> GIS; <p>Gabinete de apoio às Minorias</p>
<i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de objectivos e projecto de vida – variável que influencia o seu relacionamento com a sociedade de acolhimento; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos humanos e financeiros para desenvolver trabalho técnico necessário; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de uma política autárquica para a infância (0-3 anos); Integração não ser concebida como um processo dual; (pág.9, 23) Não envolvimento e participação dos próprios no seu processo de integração; De natureza política – a solução ultrapassa a escala local pela sua natureza, dimensão, complexidade e recursos que implica; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Défices de articulação entre autarquia e junta de freguesia; (pág.1) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cultura (experiência de vida anterior) surge como variável condicionadora da integração na nossa sociedade; 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não envolvimento e participação dos próprios no seu processo de integração; (pág.8, 30-31) Carácter essencialmente formal e superficial das políticas - criação de expectativas de vida indevidas nas populações - Descrédito dos técnicos e dos políticos que conduzirá a dificuldades de mobilização das populações; Estado, como entidade que não assume o seu papel de agente regulador; (pág.34) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ilegalidade; (pág.27) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> Factor cultural como obstáculo à integração; (pág.27) Integração não ser concebida como um processo dual; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dificuldades financeiras agora agravadas pela crise; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> Papel negativo do discurso e atitudes dos políticos como indutores de reacções comunitárias negativas. Contribuem para a formação distorcida de opiniões e preconceitos estereotipados; (pág.6) Falta de sensibilidade política para as características desta população leva a uma desadequação das respostas. Não querem aceitar estas populações; (pág.7-8) Definição desajustada das políticas; Políticos pouco qualificados para o exercício dos seus cargos – mau nível, falta e resistência à formação; (pág.11, 15) Interesses político-eleitorais norteiam a postura dos partidos políticos face aos Imigrantes e Minorias Étnicas; Manipulação do tema da Imigração e Minorias Étnicas para vários fins – “bode expiatório”; (pág.14) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Divergências entre a CM e Juntas de Freguesia dificultam a implementação de respostas e prejudicam o relacionamento e colaboração interinstitucional; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos económicos e consequentemente humanos; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas; Falta de coragem política para investir em acções com resultados só visíveis no médio e longo prazo; A rotação político-partidária do Executivo não corresponde a alterações significativas de medidas políticas; (pág.24) Esta população não constitui uma prioridade para muitas instituições do concelho, não existindo, por isso, acções especificamente direccionadas; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Constrangimentos de natureza institucional (burocracia, rigidez do aparelho de Estado); <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ilegalidade; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> Língua como factor limitador da integração;

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
	<ul style="list-style-type: none"> • Língua; • Expectativas e valores dos pais; (pág.12) • Cultura como elemento estruturador de iniciativas pode agravar a exclusão; (pág.21) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo de socialização dos descendentes – falta de capacidade para assumir responsabilidades (pág.10) 		<ul style="list-style-type: none"> • Prepotência por parte das Juntas de Freguesia em relação aos outros parceiros – dificuldade de trabalhar em parceria; (pág.10) • Falta de articulação entre os políticos e os técnicos de Junta de Freguesia – políticos não auscultam e não envolvem os técnicos na concepção das políticas; (pág.12) • Muitos técnicos perderam a prática do trabalho de terreno e por isso, hoje não há um conhecimento e acompanhamento tão grande das pessoas – isso deveu-se, em parte, por razões de segurança e escassez de recursos humanos; (pág.20) • Falta de equipamentos sociais de apoio à infância; • Falta de capacidade técnica de algumas associações para assegurar algumas actividades de acordo com os requisitos legais mas o facto de não haver respostas oficiais ainda piora mais a situação destas populações; (pág.24) • Falta de técnicos para implementar os planos de intervenção; • Falta de articulação entre instituições que desenvolvem projectos direccionados à mesma população alvo e na mesma área geográfica; (pág.30) • Falta de articulação entre instituições e entre projectos; (pág.32) • Falta de articulação inter e intra-institucional; • Excesso de burocracia; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reacções negativas mais ligadas à 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade da escola para adaptar respostas e acompanhar estas populações; • Preconceito da cor de pele por parte dos imigrantes; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mentalidade comunitária/ estereótipos, discriminação, rejeição - entrave à acção política, condicionando a sua definição e prática por razões de natureza político-partidária; (pág.21) • Falta de preparação da população de acolhimento para aceitar a presença destas populações – a integração é um processo dual; (pág.23)

	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9	Entrevistado 10
			<p>questão do tráfico de droga do que às questões das minorias; (pág.6)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estereótipos e preconceitos esbatem-se com a convivência; (pág.7) 	
<p><i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem mas devia ter, dado o contingente dessas pessoas que se encontram em situação de exclusão social; (pág.21) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem;
<p><i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valoriza uma política transversal e abrangente complementada com medidas específicas de acordo com as necessidades das populações; (pág. 24-25) 	<p>Vantagens</p>	<p>Vantagens:</p> <p>Permitiria resolver situações de exclusão através da igualdade de oportunidades, uma vez que as pessoas, nesta altura, ainda estão numa fase de desvantagem; (pág.22)</p>	<p>Vantagens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porque as populações imigrantes e de minorias têm falta de capital social e cultural para poder aceder em pé de igualdade às políticas transversais, que por essa razão, são manifestamente insuficientes; (pág.22) • Cultura como elemento diferenciador justificando a implementação de medidas específicas;

QUADROS TÉCNICOS DA AUTARQUIA

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
<p><i>Expressões do fenómeno imigratório no concelho da Amadora</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Predomínio de comunidades de origem africana; <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posição geográfica: território é parte integrante da primeira coroa da AML e do eixo ferroviário Lisboa-Sintra, o que implica grande proximidade de Lisboa e também do mercado de trabalho; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os bairros degradados são povoados não exclusivamente mas maioritariamente por imigrantes e minorias étnicas; • Os seus espaços residenciais têm péssimas condições de habitabilidade; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habilitações escolares muito baixas; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação profissional nula; <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade, pouca experiência, poucos recursos económicos, materiais e humanos; • Pouca interacção com a comunidade, incapacidade de representação; • Ausência de lideranças fortes (não desempenham papel de interlocutores); • Aproveitamentos pessoais e fraudes por parte de alguns dirigentes; (pág.36-38) • Algumas associações desenvolvem um trabalho imaterial fundamental, assumindo o papel de actores 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chegada permanente de imigrantes perpétua os problemas; • Populações maioritariamente desfavorecidas e excluídas; • Crescente importância económica, política e cultural da imigração quer no país de origem, quer no país de acolhimento; (pág.82-83) <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais de familiares, amigos e vizinhos; • Terrenos abandonados; • Configuração física dos territórios ocupados – drenagem natural dos esgotos; (pág.3) • Proximidade de Lisboa e dos postos de trabalho; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os bairros degradados têm diferentes níveis de segregação espacial e lógicas de fechamento; (pág.4, 8, 28) <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Atribui grande importância à expressão política destas populações na captação de atenção por parte do poder político; • Inexistência de elites locais e de lideranças. Falta de reconhecimento social dos líderes associativos, alheamento das bases; • Recenseamento baixo, absentismo eleitoral elevado levam a que estas populações não sejam valorizadas pelos partidos políticos, em termos eleitorais; (pág.83) 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10% da população da Amadora é de origem cabo-verdiana, embora muitos já sejam portugueses; • Imigrantes de outras origens; • Ultimamente, imigrantes de Leste; • Não existem dados sistematizados sobre estas populações, nem das que recorrem aos serviços. O atendimento não identifica naturalidade nem nacionalidade do utente; (pág.3, 28) • Ciganos são os mais estigmatizados de todos e os mais problemáticos relativamente ao trabalho técnico; (pág.17) • População cigana – Minoria Étnica mais antiga e mais excluída; (pág.19) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alguns imigrantes de Leste têm vindo a fixar-se nos bairros degradados. No parque habitacional legal vivem sobretudo na freguesia da Reboleira; • Sobre-ocupação dos alojamentos; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes de Leste a trabalharem na construção civil; <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Muito débil apesar do número de associações; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo das dificuldades de gestão pública. Imigrantes e Minorias Étnicas percebidos como um problema e uma sobrecarga dos serviços; (pág.9) • A animosidade ou rejeição por parte dos políticos não

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
	<p>de projectos de inclusão; (pág.16)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A importância do trabalho destas organizações junto das populações é ilustrada pelas dificuldades acrescidas ocorridas nos processos de realojamento de bairros onde elas não existam; 	<p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maternidade precoce; 	<p>tem tanto a ver com a questão de serem Minorias mas sim por acarretarem problemas à gestão pública; (pág.16)</p> <ul style="list-style-type: none"> • População cigana utiliza práticas ilícitas no quadro do realojamento, do rendimento mínimo, na escolaridade das crianças; (pág.18) • A associação feita entre estas populações e os problemas do concelho não é assim tão linear – existem muitos migrantes internos que vivem nas mesmas condições; (pág.17) • População cigana envolvida no tráfico de droga; • Criminalidade associada ao tráfico de droga aumentou muito após a demolição do Casal Ventoso, o que levou antigos residentes a abandonarem o bairro; (pág.26) • Maternidade precoce;
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições materiais de vida: <ul style="list-style-type: none"> - Condições de habitabilidade; - Acesso às infra-estruturas e aos equipamentos básicos; <p>É necessária uma concepção integrada das condições materiais de vida. Argumenta que é imprescindível um aumento, diversificação e articulação das diversas tipologias de oferta pública mesmo com restrições orçamentais; (pág.5)</p> <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação <p>Educacionais</p>	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação tomada como factor chave da integração, como condição básica para a mudança; (pág.4, 18) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar drásticos a partir do primeiro ciclo explicados, em grande medida, pela falta de competências linguísticas que limitam o acesso e a compreensão das matérias e pelas dificuldades de adaptação ao enquadramento escolar do 2º e 3º ciclos; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de competências linguísticas, escolares e sócio-profissionais, sobretudo nas gerações descendentes; (pág.11-12) 	

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
	<p>Profissionais</p> <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de capacidade social e técnica para o exercício da cidadania; 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de um projecto de vida. O desfasamento entre o que gostariam de ser e a possibilidade de concretizar essa expectativa contribui para a ausência de projectos de vida e para uma vivência imediatista do quotidiano; (pág.20-21) Gerações descendentes – situação problemática resultante de: especificidades próprias da fase de adolescência e juventude; acompanhamento familiar insuficiente; incapacidade económica da família para responder a determinadas solicitações e expectativas; mudança acentuada no enquadramento escolar com a transição para o 2º ciclo; cultura de grupo que valoriza a infracção das regras e dos valores socialmente aceites como modo de afirmação pessoal e social; Muitas alterações e mudanças em simultâneo; (pág.55-57) Não reconhecimento da necessidade de aceitar e cumprir regras conjuntas; (pág.22) Ampliação e apropriação do espaço público partilhado pela restante população residente no concelho. Necessidade não sentida; (pág.10) Carência de equipamentos sociais de apoio, sobretudo creches; A não frequência da rede pré-escolar; 	

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constitui a área de maior esforço financeiro da autarquia – compra de habitações, espaços para instalar equipamentos sociais e instituições; (pág.19) • PER – adopção de um modelo de realojamento misto em consequência de reacções muito negativas por parte da população autóctone. Este modelo de realojamento é tomado como medida de combate à segregação espacial e à exclusão social; (pág.15-20) • PER-Famílias; • PAAR; • Programa Retorno – pode ter um papel importante na prevenção de situações de exclusão na terceira idade; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande percentagem do esforço financeiro da autarquia; • A intervenção do município, nesta área, corresponde ao exercício das competências específicas do poder local; (pág.21) • Programa de requalificação do parque escolar – construção e manutenção de espaços, aquisição de equipamentos e materiais; • Aumento do parque escolar pré-primário; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não é uma competência específica da autarquia. A CM tem exercido uma “magistratura de influência”, elaborando a Carta de Saúde e pressionando a criação de equipamentos; (pág.22) • Colaboração pontual em projectos de saúde pública no âmbito de projectos comunitários, nomeadamente no projecto: “Cidades Saudáveis”; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – apologia do realojamento misto – trabalho de acompanhamento do realojamento – conversas de patamar; (pág.29) • Criação de infra-estruturas de apoio aos bairros de habitação social. O funcionamento de um conjunto de equipamentos públicos que prestam serviço a toda a população induz uma dinâmica de interacção; (pág.23) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competências desactualizadas limitam a intervenção do município nesta área: <ul style="list-style-type: none"> - Aumento e requalificação do parque escolar e pré-escolar; - Desenvolvimento de programas e projectos pedagógicos de apoio às escolas (expressão físico-motora, musical). Papel complementar face à actuação do poder central – preenchimento de lacunas do sistema; • As medidas autárquicas nesta área têm um âmbito de aplicação geral, havendo, no entanto, a adopção de medidas específicas de discriminação positiva em situações pontuais de desvantagem comprovada; (pág.33-34) • Acção Social Escolar – apoio alimentar participado a 100% pela autarquia, no caso de alunos carenciados; • Reforço da língua portuguesa; • PAP – medida suportada com fundos municipais; (pág.37-38) <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de instalações para os centros de saúde; • Participação no projecto “Cidades Saudáveis” da OMS, tendo por objectivo prioritária a prevenção e o combate da tóxico-dependência; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; • Programa “Casa para Todos” – apoio ao arrendamento para residentes em barracas que ficaram fora do PER; (pág.1) <p>Cidadania: <i>Participação Política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Existiram campanhas para estimular o recenseamento. Todos os partidos fizeram campanha nos bairros nas últimas eleições; (pág.13) • Alguns partidos integraram pessoas das comunidades nas listas de candidatura à CMA nas últimas eleições; • Embora movidos por interesses políticos, os partidos têm-se empenhado em acções de sensibilização ao recenseamento; (pág.15) <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa “Escolhas”; (pág.23) • Rede Social; • “Cegonha”; • “Caminhos”; • “Caleidoscópio” • “O Futuro é Agora”; • EQUAL; • URBAN II; • PROQUAL;

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
	<p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autarquia tem apenas um papel complementar, deve assumir-se como entidade que pode contribuir criando algumas condições materiais para que os projectos nestas áreas se possam desenvolver; (pág.6) • Criação da empresa municipal: “Escola Intercultural, das Profissões e do Desporto” – desenvolvimento de projectos de formação e qualificação profissionais. Contribuição financeira da autarquia muito importante; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção indirecta através de parcerias, apoios a instituições e projectos desenvolvidos numa perspectiva de <i>empowerment</i>. Proporciona, deste modo, a aquisição de competências sociais e pessoais superiores potenciando o exercício dos seus direitos e da participação na vida pública; (pág.23-24, 39) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Cedência de espaços para associações; • PAMA; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de equipamentos públicos; • Programa URBAN I – intervenção multidimensional com componentes materiais e imateriais. Por falta de informação ou subvalorização do impacto, junto dos imigrantes e minorias étnicas, deste programa, foi integrado num pelouro atribuído à oposição o que condicionou a promoção das suas actividades; (pág.27-28, 30) 	<p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – preenche uma lacuna institucional existente entre a escola e a formação profissional. Valorização do conceito educação/formação e da articulação entre formação profissionalizante e ensino recorrente. Defende a subordinação dos objectivos de aquisição de competências profissionalizantes aos objectivos de aquisição de competências de escolaridade obrigatória; 	

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i></p> <p><i>Efeitos colaterais</i></p>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Defende que as opções de realojamento dos bairros degradados não foram norteadas por critérios e prioridades correctas. Questiona a avaliação das situações por parte da autarquia. Considera que as opções deviam ser tomadas tendo como prioridade os mais desfavorecidos dos desfavorecidos; (pág.13-.14) • Defende que o realojamento deve ser realizado na mesma zona onde se encontram os bairros degradados para evitar reacções comunitárias de rejeição que só reforçariam o sentimento de exclusão destas populações; <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – CM deve apoiar as associações mediante projectos que depois deve acompanhar, mas a aplicação dessa metodologia de avaliação implica a afectação de muitos recursos de que a câmara não dispõe. Constituiria uma forma de evitar a subsidio-dependência e criar uma cultura de exigência, transparência, sustentabilidade e credibilidade; (pág.38-39) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indecisão sobre o tipo de alojamento adequado e pretendido por estas populações; • Realojamento percebido, sobretudo pelas gerações mais novas dos munícipes de classe média e média baixa, como fonte de injustiças sociais; (pág.14-15) • Os critérios de actuação do PER e a intervenção da autarquia na área da habitação, juntamente com a dinâmica económica do território produzem uma bipolaridade crescente do tecido social do concelho, composto num extremo por populações muito desfavorecidas e noutra por estratos populacionais qualificados em termos profissionais e económica e socialmente abastados – desigualdades sociais e económicas marcantes; (pág.14-15) • Concepção do PER retira a possibilidade de a CM rentabilizar economicamente os terrenos (via impostos municipais advindos da construção) e assim, adquirir capacidade económica para investir de forma mais eficaz na habitação social; (pág.16) • Desvalorização do trabalho de preparação e acompanhamento do realojamento. O papel da autarquia é criar condições que promovam o <i>empowerment</i> e eliminar as barreiras estruturais. Realojamento implica responsabilização e programação, ou seja, alteração do modo de vida enraizado na cultura do imediato e na inexistência de um projecto de vida. Rejeição de uma postura paternalista; (pág.18-20) • O realojamento encerra um conjunto de aspectos positivos e negativos: implica uma melhoria material das condições de vida mas uma perda de natureza imaterial (sentimento de segurança, de coesão, redes sociais, etc.); (pág.24-25) • PER deveria fomentar a possibilidade de adquirir casa, em vez de a alugar, prática que envolveria vários aspectos positivos: 	<ul style="list-style-type: none"> • As candidaturas das associações aos projectos estão mais ligadas à sua sobrevivência do que seus aos objectivos; (pág.30) • Sobreposição de actividades para os mesmos públicos alvo; (pág.30) • O tempo que distancia o período de candidatura aos projectos do período em que são executados leva a um desfasamento entre a realidade e as respostas; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER não resolve sequer 10% dos problemas de habitação do município; • Continua a construir-se clandestinamente; • O apoio dado para o arrendamento não permite às pessoas continuarem a viver na Amadora. Os valores dos arrendamentos no concelho são muito superiores ao valor de apoio estabelecido em portaria governamental; • CMA, entidade promotora do realojamento não fez trabalho de preparação do mesmo. Não tem uma intervenção definida para aquela população e aquele bairro; (pág.22)

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
		<ul style="list-style-type: none"> - Canalização de poupanças não declaradas, - Endividamento das famílias e responsabilização inerente, - Sentimento de pertença que induziria um maior cuidado e interesse pela manutenção, - Maior rentabilização dos recursos públicos; (pág.30) <ul style="list-style-type: none"> • Opina que as rupturas sociais passivas de ocorrerem na sequência dos processos de realojamento podem ser benéficas por, eventualmente, constituírem uma nova oportunidade; (pág.48) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de formação profissional tornam-se recorrentes e funcionam como uma ocupação remunerada, muitas vezes sem corresponderem a possibilidades objectivas de inserção no mercado de trabalho; 	
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem. Existe trabalho directo através dos programas e projectos e indirecto, através do apoio prestado a associações e IPPS mas não existe uma estratégia com objectivos claros de trabalho com estas populações; (pág.26-27) 		<ul style="list-style-type: none"> • Não tem objectivos para esta área estratégica; • Os principais objectivos de intervenção autárquica, nos últimos dois mandatos são nas áreas da Educação e Habitação que, sendo transversais, acabam por envolver, sobretudo ao estratos mais desfavorecidos que são, maioritariamente integrados por imigrantes e minorias étnicas;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias</p>	<p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundos comunitários obtidos através de programas (URBAN) possibilitam a criação de estruturas para funcionamento de serviços; 	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias</p>

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações e Colectividades; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações e instituições locais; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Delegações concelhias dos ministérios com especial destaque para a segurança social e emprego; 	<ul style="list-style-type: none"> • As parcerias só se estabelecem por imposição metodológica dos projectos ou programas;
<i>Regime de colaboração</i>		<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No quadro dos programas comunitários e internacionais; <p>Informal</p>	
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Não. Investimento disseminado pelas grandes rubricas; 	
<i>Alterações da estrutura organizacional da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de alterações na estrutura orgânica a nível dos departamentos e divisões, motivadas essencialmente pela falta de capacidade técnica de gestão nalgumas áreas; (pág.25) • As estruturas desta natureza devem estar na dependência directa do presidente, pelas seguintes razões: <ul style="list-style-type: none"> - Natureza integrada e territorializada da sua actividade; - Necessidade de contornar a estrutura hierarquizada e compartimentada das autarquias; - O volume das verbas que movimentam é muito significativo; - Os prazos de execução são muito rigorosos; - É necessário haver alguém com poder para arbitrar os conflitos e tomar decisões; (pág.31) • A actual situação dos órgãos e estruturas mais ligados a estas populações explicam-se mais por factores situacionais do que estruturais; (pág.34) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvidas relativamente ao instrumento passível de assegurar a captação de atenção específica por parte do poder político; <p>Gabinete da Minorias Étnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiava pedidos avulsos das associações locais e desenvolviam um conjunto de projectos. Explica a criação do Gabinete pela tendência enviesada para compartimentar institucionalmente as respostas dos serviços à realidade social. Opina que o trabalho realizado pelo Gabinete continua a ser feito pelos diversos serviços da autarquia. Imigrantes e minorias étnicas continuam a constituir uma preocupação política, mas a metodologia de trabalho das intervenções que os abrangem pretende ser, actualmente, mais transversal do que específica; (pág.64-65) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fuga à resposta;

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelouro das Minorias Étnicas atribuído à oposição explica-se também pela desvalorização política da área; (pág.27-28) • O Pelouro constituía a área de afirmação da oposição o que levou a que se procurasse dar uma grande visibilidade e mediatização ao trabalho desenvolvido resultando numa enorme atomização das suas realizações; (pág.29) <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A atribuição deste gabinete a uma força política da oposição teve subjacente a intenção de não valorizar o trabalho nesta área; (pág.27) • O trabalho realizado foi muito disseminado e desarticulado, correspondendo a um desperdício de recursos; • A sua erradicação foi motivada pela intenção de retirar visibilidade e importância à actividade promovida por um pelouro atribuído à oposição e que se destinava a uma comunidade muito importante no concelho; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Municipal não funcionou pelas seguintes razões: <ul style="list-style-type: none"> - O seu funcionamento não era suportado por projectos com objectivos e metas concretas. Não tinha um programa a prosseguir; - Ausência de uma liderança forte; - Falta de interesse dos membros em participar, por não lhe reconhecerem nenhuma utilidade; - A natureza destas estruturas exige muito empenho e esforço para os quais as pessoas não estão disponíveis; 		

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um debate e reflexão sobre a política social autárquica nos quais os técnicos teriam um papel de extrema importância; (pág.34) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Omissão do poder local por opção política – a gravidade da situação não teve <i>feedback</i> nas políticas municipais, pelo que o poder local não desempenhou o seu papel, nomeadamente na área da Habitação; (pág.2-3) • Ausência de vontade política para implementar intervenções territorializadas; (pág.33) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os défices de acção da autarquia relativamente aos equipamentos sociais têm consequências graves junto dos segmentos mais desfavorecidos. A responsabilidade social da autarquia nesta área é enorme já que, ela é o seu agente principal; (pág.6, 11) • Interpretação estrita das competências do poder local; (pág.4) • Estado não assume a sua responsabilidade na protecção social dos estratos mais vulneráveis – não proporciona igualdade de oportunidades; (pág.4-5) • Níveis de qualificação dos técnicos não permitem ter a capacidade técnica e pedagógica necessária à adequação das respostas às especificidades destas populações; (pág.9-10) • Resistências institucionais à territorialização das respostas – cultura institucional baseada numa tradição de dependência hierárquica vertical. As alterações a esta tradição perturbam os poderes instituídos nos vários departamentos e divisões; (pág.31, 33) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel prejudicial dos órgãos de comunicação social na 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limitações económicas e espaciais restringem a acção do município na área da habitação; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concepção desterritorializada do PER. Este programa não prevê nenhuma colaboração inter-concelhia coarctando a possibilidade de ocorrência de processos de mobilidade espacial, social e, assim, uma integração física mais equilibrada. Erro estratégico dos dirigentes políticos nacionais; (pág.15-16) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A concepção técnica das respostas é inscrita quase em exclusivo num quadro institucional e numa perspectiva de encaminhamento, limitando a tipologia das respostas; • Desterritorialização da intervenção no sector da educação a partir do 1º ciclo – modelos escolares, estrutura e conteúdos programáticos são competências exclusivas do governo central. As omissões do poder central, a este nível, dificultam a adaptação das respostas; • Multiplicidade, desorganização e desarticulação das instituições e das respostas; (pág.74) • Competências desactualizadas e limitadoras da acção municipal e enraizadas numa concepção errada e desarticulada da dimensão material e imaterial da educação; (pág.31-32) • Ausência de um trabalho de cariz preventivo, de um trabalho de geração avoluma e perpetua os problemas; (pág.47) • Regras do sistema de formação profissional – a inserção no mercado de trabalho é desmotivada pelo próprio sistema de formação profissional ao proporcionar mais regalias e incentivos do que o próprio emprego; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades financeiras agora agravadas pela crise; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel negativo do discurso e atitudes dos políticos como indutores de reacções comunitárias negativas. Contribuem para a formação distorcida de opiniões e preconceitos estereotipados; (pág.6) • Falta de sensibilidade política para as características desta população leva a uma desadequação das respostas. Não querem aceitar estas populações; (pág.7-8) • Definição desajustada das políticas; • Políticos pouco qualificados para o exercício dos seus cargos – mau nível, falta e resistência à formação; (pág.11, 15) • Interesses político-eleitorais norteiam a postura dos partidos políticos face aos Imigrantes e Minorias Étnicas; • Manipulação do tema da Imigração e Minorias Étnicas para vários fins – “bode expiatório”; (pág.14) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divergências entre a CM e Juntas de Freguesia dificultam a implementação de respostas e prejudicam o relacionamento e colaboração inter-institucional; • Prepotência por parte das Juntas de Freguesia em relação aos outros parceiros – dificuldade de trabalhar em parceria; (pág.10) • Falta de articulação entre os políticos e os técnicos de Junta de Freguesia – políticos não auscultam e não envolvem os técnicos na concepção das políticas; (pág.12) • Muitos técnicos perderam a prática do trabalho de terreno e por isso, hoje não há um conhecimento e acompanhamento tão grande das pessoas – isso deveu-

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
	<p>qualidade de formadores de opinião; (pág.16)</p> <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A influência das condições materiais de habitabilidade no estado psicológico dos habitantes dos bairros degradados, na representação que constroem de si próprios (no seu auto-conceito) e no sentimento de exclusão por eles vivenciado; (pág.12-14) <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condições estruturais de inserção na sociedade de acolhimento (habitação, emprego, educação, etc.) em resultado das suas próprias características (nível de escolaridade, inserção sócio-profissional, falta de competências linguísticas, etc.) e das da sociedade receptora (desenvolvimento não sustentado, carência de equipamentos sociais, etc.); (pág.40-41) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidades e limitações da sociedade de acolhimento – insuficiência de equipamentos sociais de apoio; • Localização e características do espaço físico também podem potenciar e agravar a segregação espacial e social; (pág.4) • Desfasamento entre o mercado de trabalho local e as qualificações escolares e sócio-profissionais da população mais desfavorecida, sobretudo das gerações descendentes de imigrantes, o que agrava a exclusão social em que estão envolvidos; (pág.17) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novas tecnologias (televisão) são apresentadas como instrumentos que eliminam a necessidade de sair dos bairros, contribuindo assim, para a não interacção entre estas populações e as restantes; (pág.13) • Impacto negativo na formação da opinião pública do tipo de mediatização realizado sobre as ocorrências nos bairros. Criação de preconceitos e estereótipos; • Atribui à língua um papel determinante no processo de integração. A motivação para a sua aprendizagem radica na necessidade e no reconhecimento da sua utilidade prática, mais sentidos nas gerações descendentes do que na primeira geração de imigrantes, atendendo, nomeadamente, à sua inserção sócio-profissional; (pág.52) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor identitário e simbólico dos bairros – bairro percebido como componente formatadora e configuradora da identidade colectiva; (pág.5) • Espaço social restrito ao bairro de residência, em consequência do forte valor identitário e simbólico do bairro e também das reacções comunitárias negativas à presença destas populações em espaços públicos. A guetização surge assim associada à utilização insuficiente dos espaços públicos concelhios; (pág.5-6) 	<p>se, em parte, por razões de segurança e escassez de recursos humanos; (pág.20)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de equipamentos sociais de apoio à infância; • Falta de capacidade técnica de algumas associações para assegurar algumas actividades de acordo com os requisitos legais mas o facto de não haver respostas oficiais ainda piora mais a situação destas populações; (pág.24) • Falta de técnicos para implementar os planos de intervenção; • Falta de articulação entre instituições que desenvolvem projectos direccionados à mesma população alvo e na mesma área geográfica; (pág.30) • Falta de articulação entre instituições e entre projectos; (pág.32) • Falta de articulação inter e intra-institucional; • Excesso de burocracia; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reacções negativas mais ligadas à questão do tráfico de droga do que às questões das minorias; (pág.6) • Estereótipos e preconceitos esbatem-se com a convivência; (pág.7)

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
		<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de elites e líderes locais que desempenham um papel fundamental na qualidade de representantes das comunidades e de interlocutores junto dos parceiros, nomeadamente, dos actores políticos e de modelos para as novas gerações; (pág.67-68, 79) • Falta de reconhecimento social dos líderes associativos, alheamento das bases; • Actuação de alguns líderes associativos mais centrada nos impactos da sua actividade no país de origem do que no país de acolhimento – instrumentalização política das comunidades pelos líderes associativos, grande ligação destes com a organização política do país de origem; (pág.81) • O projecto migratório – pelo menos numa primeira fase, o imigrante tenta rentabilizar ao máximo a sua estadia, tomando a sociedade de acolhimento como um centro de recursos que é preciso utilizar e gerir para drenar para a comunidade de origem; (pág.2) 	
<p><i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tem dúvidas; • CM tem um papel crucial na promoção da inclusão social dos desfavorecidos que, muitas vezes, não desempenha; (pág.40) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem; • As intervenções a realizar nesta área têm de ser norteadas por um sentido de Estado e posicionar-se num patamar político superior, pois versa um problema em potência, constituindo um grande desafio nacional. Os custos sociais para o país das omissões dos governos neste domínio serão enormes; (pág.24, 83) • O carácter inovador e mutante do fenómeno leva a que a intervenção se processe de forma não experimentada, tornando necessário a realização de sucessivos ajustes; (pág.87-88) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem mas devia ter, dado o contingente dessas pessoas que se encontram em situação de exclusão social; (pág.21)

	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13
<p><i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas integradas, transversais e gerais. Apesar destas populações terem problemas acrescidos por serem imigrantes ou seus descendentes, a matriz dos seus problemas é comum à generalidade dos estratos desfavorecidos; (pág.7) • Para adequar as respostas às especificidades destas populações é sobretudo necessário conhecê-las, ter condições, capacidade técnica e pedagógica para efectivar essa adequação; (pág.9) • A diferenciação das respostas deve centrar-se mais a nível dos recursos – materiais, técnicos e humanos – do que, da sua natureza e tipologia; (pág.10) • A pertença étnica não requer uma alteração estrutural das práticas. A situação de exclusão em que se encontram envolvidos pode ser agravada pela sua pertença étnica mas a matriz que determina a sua exclusão, está, sobretudo, associada às condições estruturais de inserção na sociedade de acolhimento (habitação, educação, emprego, etc.); (pág.11, 40) • Admite a criação de um conjunto de políticas activas territorializadas de discriminação positiva no sentido da promoção do <i>empowerment</i> versus paternalismo; (pág.44) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas mistas – políticas transversais que incluíam medidas de discriminação positiva – acções, recursos, intensidades e ritmos diferentes – em resposta a necessidades específicas. Para assegurar a flexibilidade destas políticas afigura-se necessário a existência de interlocutores representativos desta população, com intervenção política; (pág.65-66, 69-70, 78-79) • A existência de algumas medidas específicas justifica-se pelo facto de a criação de respostas não assegurar que as pessoas delas usufruam. A falta de capital social e cultural falseia, muitas vezes, a igualdade de oportunidades, tornando necessário um maior e diferenciado acompanhamento; (pág.73) 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitiria resolver situações de exclusão através da igualdade de oportunidades, uma vez que as pessoas, nesta altura, ainda estão numa fase de desvantagem; (pág.22)

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
<p><i>Expressões do fenómeno migratório no concelho da Amadora</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A importância e o poder de influência dos imigrantes e minorias étnicas na realidade concelhia têm variado no tempo e no espaço: Durante os anos 70 e 80, a imigração teve um crescimento lento e pouco visível e era protagonizada essencialmente por imigrantes económicos; • Depois da descolunização, a imigração intensifica-se e diversifica-se ganhando dimensão e visibilidade; • A imigração e as minorias étnicas que lhe estão associadas são hoje uma realidade que qualifica a Amadora; • Chineses e indianos não estão nos bairros, habitam zonas residenciais tradicionais. São grupos que se auto-protectem e interajudam assegurando a sua integração económica e, desse modo, afastando-se de fenómenos de pobreza com visibilidade pública; (pág.64-66) • “Invisibilidade” da comunidade chinesa; • Indianos, grupo muito fechado; • Comunidade paquistanesa ismaelita muito estruturada e com grande poder económico; • As gerações descendentes assumem hoje, grande importância na realidade do concelho; • Migrações de substituição – bairros degradados habitados primeiro por migrantes internos e posteriormente por imigrantes; (pág.6-7) <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; • Território pouco urbanizado – muitos terrenos expectantes; • Facilidade na ocupação e apropriação de terrenos privados – proprietários ausentes ou desconhecidos; • Possibilidade de auto-construção sem penalizações – laxismo do poder local; • Redes familiares e sociais; (pág.8, 9) 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes e minorias étnicas qualificam de forma determinante o concelho; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação degradada é maioritariamente habitada por estas populações; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de participação cívica e comunitária destas populações; (pág.29, 41) • Não têm documentação (legalização); <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A falta de participação política destas populações justifica-se pela ligação à realidade política dos seus países de origem e pelo descrédito da classe política em geral na resolução dos seus problemas; • O alheamento político é maior nos descendentes do que nas primeiras gerações; (pág.43) • Alguns casos isolados de representação política nas juntas de freguesia; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande número de associações, embora sem expressão comunitária, sem intervenção junto das populações; (pág.29) • Estádio de desenvolvimento do meio associativo – imaturidade;

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação directa entre minorias étnicas e bairros degradados que ocupam grande extensão do território e são densamente povoados. A génese dos bairros remonta a um período anterior à criação do município e até à criação do poder local; (pág.8) • Segregação espacial reforçada no caso dos realojamentos pela debandada da população anteriormente residente e pela ocupação das respectivas habitações por parte das gerações descendentes de imigrantes e minorias étnicas – desvalorização económica e social do espaço; (pág.80-81) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Absentismo, insucesso e abandono escolar; • Concentração no espaço escolar; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Situação familiar muito afectada pela inserção sócio-laboral destas populações – sobrecarga horária, instabilidade; (pág.28-29) <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma. A fraca mobilização associativa é justificada pelo facto de as populações estarem ocupadas com a sua sobrevivência; (pág.54) • Diferenças geracionais relativamente à participação política. O envolvimento político é superior a partir da segunda geração, sobretudo para os indivíduos que conseguiram sair dos bairros; • O nível de participação ou de alheamento estabelece uma relação directa com o recenseamento; • Identificação de diferentes níveis de participação consoante as diferentes ascendências nacionais; Reconhecimento de maior dificuldade por parte dos cabo-verdianos em constituir e manter associações; (pág.55-56) 	

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
	<p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimento associativo muito frágil tendencialmente caracterizado por uma grande atomização e falta de representatividade das populações. Revela, muitas vezes, uma personificação dos seus objectivos e interesses. Actualmente, presença diminuta nos bairros. Raio de acção muito limitado quer a nível espacial quer a nível de valências. Hoje, a sua principal função reside na prestação de serviços em substituição ou complementaridade da acção do Estado; (pág.50-53) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A dimensão que a presença dos imigrantes e minorias étnicas atingiu nos bairros degradados teve um impacto no trabalho das instituições públicas; 	
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diferenças de integração económica associadas à organização social e cultural das diferentes comunidades étnicas; (pág.67) • Reconhecimento que as necessidades são multidimensionais e que, por isso, a intervenção também deveria ser múltipla; • Reconhecimento da importância da variável tempo/ variável geracional no perfil e na evolução das necessidades (pág.75-76) <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação como base de todas as outras; (pág.9) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de língua – faltam professores bilingues; • Absentismo, insucesso e abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condições de vida dos pais contribuem para a falta de acompanhamento aos descendentes; (pág.29) 	<p>Habitacionais</p> <p>Educacionais</p> <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descendentes portadores de necessidades particulares; (pág.43-44)

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
<p><i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i></p>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Herança CDU – 1ª fase de intervenção levou à consolidação dos bairros degradados (infra-estruturas) – foi uma opção política; (pág.2-3, 5-6) • PER; • Realojamento misto teve pouca receptividade por parte da população autóctone. As medidas tomadas no quadro do realojamento para desconcentrar estas populações não resultaram e desencadearam uma maior concentração. A imagem do realojamento misto continua a ser difundida mas não tem correspondência prática; • O realojamento só seria misto relativamente à pertença étnica e cultural dos habitantes porque é muito uniforme no que diz respeito aos estratos sociais e económicos; (pág.43-44) • PER-Famílias; • PAAR; (pág.12, 38) • Programa Retorno; (pág.38) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A nível de equipamentos, estas populações estão em igualdade de circunstâncias com a restante população mas a situação social em que estão envolvidas traz-lhes outros problemas; • Renovação da rede escolar; • Criação de ATL's; • Aumento do pré-escolar que, contudo, é ainda insuficiente face às necessidades; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direitos e obstáculos iguais ao da restante população dos mesmos estratos sociais. A maioria dos utentes dos centros de saúde habita nos bairros degradados e de realojamento; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões; • Observatório local de emprego – carácter superficial e 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER. Intervenção realizada pela Divisão de Habitação; Modelo misto de realojamento. Muitos habitantes dos bairros degradados não vão ser abrangidos pelo PER porque não fazem parte do recenseamento realizado em 1993 (pág.6, 24-25) • Trabalho de preparação e acompanhamento do realojamento realizado pelo GIS; (pág.4-5) • Criação de equipamentos nos bairros sociais; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Cidades saudáveis”; • Projecto “Caminhos” – intervenção na área da toxicodependência; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autarquia é parceira em dois projectos EQUAL, com objectivos de empregabilidade; • Escola das Profissões; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – 10% das associações que se candidatam são da área dos imigrantes e minorias étnicas;

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
	<p>folclórico das acções; (pág.57)</p> <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Executivos da CDU concediam maior apoio comparativamente aos executivos do PS; • PAMA; (pág.49-50) 	
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i></p> <p><i>Efeitos colaterais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Denegrir as características da população dos bairros degradados poderá eventualmente ajudar a captar financiamentos; (pág.16) • Desfasamento entre as grandes linhas de intervenção mesmo nacionais e a realidade local; (pág.18-19) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controvérsia do realojamento – a única forma de evitar o realojamento de uma família é provar que ela tem habitação própria na AML, o que cria grandes desigualdades e injustiças na atribuição de fogos e uma aplicação desadequada dos recursos; (pág.10-11) • A não actualização do recenseamento do PER faz com que haja um grande desfasamento entre a intervenção programada e as necessidades actuais (crescimento das famílias, aumento dos habitantes dos bairros degradados; (pág.10-11) • Desterritorialização das respostas do PER, unilateralidade da abordagem. Desadequação da tipologia; (pág.13, 44-46, 90) • Necessidade de intervenções multilaterais e multidimensionais – subvalorização do papel da habitação na resolução dos problemas que afectam estas populações; (pág.14, 27-28, 86) • Desterritorialidade das intervenções realizadas no âmbito do PER e de projectos comunitários; (pág.24) • A prioridade ao realojamento é feita apenas segundo critérios de natureza económica e material (construção da CRIL e do Parque urbano da Falagueira; (pág.14-15) • Realojamento conduz à perda de sentimentos de afecto, segurança e a comportamentos de interajuda vivenciados nos bairros degradados; (pág.23-24, 88, 91-92) 	<ul style="list-style-type: none"> • CM não reconhece e assume a existência e o potencial positivo da presença destas comunidades no concelho; • CM não estimula o seu envolvimento em acções do concelho; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não preparação da população a realojar; • O número de realojados e a sua diversidade étnica tornam mais complexo o realojamento; • Obstáculos ao realojamento: Experiência social anterior; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Défice da cidadania – CM não estimula o envolvimento destas populações na dinâmica do concelho; (pág.29, 41) <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projectos de intervenção comunitária: <ul style="list-style-type: none"> - Objectivos desterritorializados; - Recursos humanos sem formação adequada; - Imposição de parceiros; - Ausência de participação e envolvimento na concepção do projecto das populações destinatárias; - Conflitos entre parceiros; - Imposição de perspectivas; - Desterritorialização das respostas, das estratégias e dos instrumentos operativos; (pág.36-38)

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de preparação das pessoas a realojar passa, hoje sobretudo, pela incapacidade de assumir responsabilidades a nível da gestão dos espaços comuns e não pelo quotidiano no interior dos espaços particulares; (pág.25, 90) • Realojamentos realizados em massa (os bairros de realojamento são todos maiores do que os bairros degradados) conduzem a uma maior concentração dos problemas e à emergência de novos problemas – mais segregação habitacional, mais exclusão social; (pág.27, 39, 88, 89); • Realojamento faz aumentar a tensão – as intervenções a realizar nesta área têm de ser norteadas por um sentido de Estado e posicionar-se num patamar político superior, pois versa um problema em potência, constituindo um grande desafio nacional. Os custos sociais para o país das omissões dos governos neste domínio serão enormes; Conflituosidade entre a população e os técnicos da autarquia; (pág.83, 88) • As respostas no domínio da habitação foram direccionadas de forma linear aos bairros não tomando em linha de conta a sua composição. A intervenção deve ser integrada, multidimensional e levar em linha de conta as características particulares de cada bairro e da respectiva população; (pág.71, 78) • A localização física de alguns equipamentos sociais podem agravar a segregação social; (pág.77) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incoerência entre os cursos ministrados e as condições necessárias ao exercício da profissão (pág.57-58) <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os projectos comunitários criam expectativas e necessidades que não vêm a ser respondidas posteriormente. Induzem ao descrédito das instituições, ao descontentamento e revolta, nomeadamente das gerações descendentes; 	

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem. Porque a autarquia não desenvolve políticas particulares mas sim transversais; (pág.71) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem. Existem objectivos sectoriais mas não em termos de estratos populacionais;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais</p> <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundos comunitários financiam essencialmente projectos de requalificação urbana e de intervenção comunitária – INTEGRAR, EQUAL, URBAN, PROQUAL (pág.58); 	<ul style="list-style-type: none"> • A nível de intervenção social, a maior parte dos fundos não são locais, o que a CM pode afectar são recursos humanos a trabalhar nesta área; <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos locais maioritariamente investidos na área da habitação e da educação; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção comunitária suportada essencialmente por financiamentos externos através de grandes projectos - URBAN I e II, PROQUAL, EQUAL, Rede Social;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança Social – péssima relação. A realidade sobrepõe-se às contingências dos procedimentos institucionais. Na ausência de recursos, refúgio nas competências juridicamente definidas; Pingue-pongue institucional; (pág.59-61) 	<ul style="list-style-type: none"> • As parcerias locais e nacionais têm como objectivo uma maior rentabilização dos recursos e as parcerias internacionais o intercâmbio de experiências; • Parcerias no âmbito da Rede Social – foco de esperança na articulação interinstitucional aos diferentes níveis de intervenção; <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações; • Juntas de Freguesia; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No âmbito dos grandes projectos (EQUAL, “Cidades Saudáveis”); <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No âmbito dos grandes projectos (EQUAL, “Cidades Saudáveis”);

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
<i>Regime de colaboração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não têm protocolos de parceria, embora se articulem e colaborem com algumas instituições pequenas. Casuísticas e irregulares; (pág.61-63) <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informalidade no apoio solicitado a parceiros económicos baseado sobretudo em relações pessoais; (pág.63) 	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No âmbito dos projectos mediante protocolo; <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Noutras situações;
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Investimento disseminado pelas grandes rubricas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. As rubricas são generalizadas sem menção particular às populações a que se destinam;
<i>Alterações da estrutura organizacional da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não. <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes</p> <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O facto de o Pelouro e do Gabinete terem sido atribuídos a um vereador da oposição ilustra a importância política que lhe era conferida; (pág.69-70) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respectiva existência apenas lembrada quando interpelada especificamente; • Estruturas esvaziadas de funcionalidade. Visibilidade gratuita à qual subjazem interesses de natureza política e pessoal; (pág.68-69) 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventual criação de um Observatório da imigração ou da inserção social que teria como função a actualização de dados nas várias áreas, não constituirá um instrumento de intervenção mas um barómetro para a intervenção da autarquia. Tentativa de criação de uma plataforma de conhecimento da realidade e de uma série de instrumentos que possam ser utilizados pelos vários serviços. Mas são os próprios serviços que, no âmbito das suas áreas de actuação, façam programas para a população em geral e, paralelamente, dêem alguma atenção a esta temática. Apologia de políticas generalistas versus políticas específicas. Situação de transição ou impasse catalisadora de algumas mudanças; (pág.26-27, 31) • Conselho Consultivo Municipal existe formalmente mas não funciona: a autarquia nunca lhe atribuiu a devida importância. O verdadeiro papel da CM no interior deste órgão nunca foi assumido nem pela própria autarquia nem pelas associações; Muitas das associações que o integravam não funcionam na prática; As associações perceberam-no como um espaço de reivindicação, abstendo-se de participar na resolução dos problemas; Falta de consensos entre as associações, inércia e dificuldade de trabalhar em conjunto por parte das mesmas; (pág.41-42)

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
		<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação no primeiro mandato do PS. Atendendo à realidade migratória do concelho, ao contexto político nacional e à linha política e estratégica do Executivo. Coexiste paralelamente com o Pelouro de Acção Social, estando sob a responsabilidade do mesmo vereador; (pág.15) <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Gabinete de apoio às minorias étnicas (2000 a 2002) cujo trabalho se desenvolveu essencialmente na área cultural, ocupacional e recreativa (ATL's, exposições de pintura, peças de teatro, ateliês de audiovisuais e de desperdícios); • Intervenção mais a nível de projectos comunitários; nunca conseguiu alcançar um dos principais objectivos – a articulação entre os serviços; • As dificuldades com que se confrontou no desenvolvimento da sua acção foram essencialmente: a sobreposição e desarticulação das respostas; o não reconhecimento, assumpção e visibilidade no seio da autarquia levaram ao isolamento institucional; barreiras intra-institucionais; não envolvimento das acções da autarquia; responsabilidade política do Gabinete atribuída à oposição; (pág.20-21) • A sua extinção é justificada pela falta de recursos, pela procura de uma maior rentabilização e articulação dos vários sectores da autarquia pela transversalidade sectorial do domínio em questão e pela sobreposição de acções do Gabinete e de outros serviços da autarquia. O GAM teve diferentes enquadramentos institucionais ao longo da sua vigência. A erradicação do GAM é apresentada como uma alteração do modelo de intervenção na área; A extinção do gabinete parece indiciar um nível de intervenção menos intenso (exposições, debates ateliês, publicações); A extinção do gabinete implicou uma redução e reencaminhamento dos recursos humanos e financeiros; (pág.16-17, 31)

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Carácter estrutural dos problemas – circularidade e auto-realimentação dos problemas destas populações. Ciclo vicioso da pobreza; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos técnicos e humanos; (pág.22) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Natureza da própria intervenção social – complexidade, multidimensionalidade, morosidade – não é susceptível de ser traduzida em resultados rápidos e visíveis e, por isso, não tem a capacidade de mobilizar o interesse do poder político e consequentemente, fortes investimentos de natureza diversa; (pág.17) • Motivações e interesses políticos a sobreporem-se ao interesse em dar resposta adequada e concreta às questões; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não envolvimento da população, dos técnicos da CM e da JF na concepção e execução dos projectos comunitários; (pág.18-20) • Discrepância entre a concepção técnica e a expectativa das populações – pensar pelas populações e não com elas – conceito de integração na dimensão material passa pela “normalização”; (pág.45) • Concepção e execução dos projectos animadas por uma lógica <i>topdown</i>; • Modelo de gestão municipal – factores de natureza organizacional e institucional podem também contribuir para a desterritorialização das respostas; (pág.21) • A morosidade do funcionamento da autarquia conduz a um desfasamento das respostas face às necessidades identificadas (pág.21) • Imaturidade e inexperiência do poder local – falta de preparação para os desafios com que é confrontado; (pág.22) • Inexistência ou insuficiência das estruturas e instituições 	<ul style="list-style-type: none"> • Carácter estrutural dos problemas que afectam estas populações (pág.39) <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de recursos humanos: dimensão e intensidade do trabalho, falta de tempo (pág.23, 25); • Falta de recursos; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência por parte da CM em assumir, na prática, a composição sócio-cultural e étnica do concelho; • Manipulação e instrumentalização dos líderes associativos pelo poder político (pág.38) • Sistema político e interesse político–partidários na manutenção ou conquista do poder; • Não percepção por parte dos responsáveis políticos da integração como um processo dual e bidireccional; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em trabalhar em regime de parceria dentro e fora da CM; • Falta de articulação entre os técnicos e os políticos; • Falta de articulação entre os diferentes níveis de intervenção dentro da mesma área: políticos da CM/ políticos das JF e técnicos da CM / técnicos da JF; • Falta de articulação entre os políticos aos diferentes níveis: JF, CM e Governo central; (pág.22) • Falta de comunicação/ articulação intra e interinstitucional; • Gestão de natureza <i>topdown</i> – desconhecimento da política e estratégia de acção global por parte dos técnicos. Imposição sem explicação; (pág.24) • A ausência de parcerias, fechamento institucional por parte da CM aos diferentes níveis: local, nacional e internacional; • Falta de competências da autarquia; (pág.34-35, 39)

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
	<p>sociais de apoio e enquadramento na sociedade de acolhimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desadequação das respostas institucionais a estas populações; • Dificuldade de articulação dos próprios serviços da CM entre si. Conflitos institucionais. Relações de poder entre vereadores e chefias com repercussões a nível dos técnicos que estão subordinados e das respostas prestadas às populações (pág.29, 31-34); • Metodologia de trabalho: relações muito hierarquizadas, pouca vinculação formal (escrita) dos políticos a objectivos; afastamento dos técnicos das esferas decisórias; ausência do trabalho de equipa; • Ausência e indefinição de critérios de actuação comuns (pág.35, 85); • Gestão de recursos humanos desadequada, embora se reconheça uma enorme competência, empenho e dedicação à equipa técnica; (pág.85) • Separação entre a esfera técnica e a esfera política – poder dos políticos versus poder dos técnicos. A concepção das políticas cabe exclusivamente aos políticos, no entanto, os técnicos detêm um grande poder a nível executivo; (pág.34, 84-85, 87-88) • Lógica de funcionamento muito hierarquizada atravessa a gestão autárquica, a dinâmica institucional e os métodos de trabalho; (pág.33) • Carácter esporádico, desarticulado e pouco eficaz das intervenções realizadas no âmbito dos projectos comunitários – intervenções curtas no tempo, desarticuladas entre si, sem continuidade, superficiais (não tocam a natureza estrutural dos problemas); • O espaço físico e social da Amadora surge como factor configurador de tudo o resto. As características da Amadora, enquanto cidade periférica – cidade dormitório, com uma função essencialmente comercial, carente de equipamentos e estruturas sociais, sem vida própria sobretudo a nível cultural – influem na postura das pessoas condicionando-as. Influência recíproca – a cidade configura as pessoas e estas configuram a cidade mesmo em termos institucionais; (pág.79-80) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desterritorialização das respostas – condicionalismos de ordem supra-local – dinâmica de poder <i>topdown</i>, particularmente visível na área da educação, da habitação e de intervenção comunitária; (pág.36) • Desarticulação entre as diferentes esferas do poder compromete uma política concertada e eficaz; • Défice de relacionamento inter-associativo; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hábitos culturais; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de interacção social entre as várias comunidades residentes; • Redes de sociabilidade. Laços de afectividade e sentimentos de segurança dentro dos bairros degradados; (pág.35) • Mentalidade, estereótipos da população maioritária exigem uma subtilidade, invisibilidade e não, assumpção expressa da intervenção; (pág.40-41) • Défice de interacção e de cidadania das populações minoritária e maioritária; • Crise de liderança e de representatividade no meio associativo;

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
	<ul style="list-style-type: none"> • Caso a autarquia assumisse uma política de integração de imigrantes só se confrontaria com as limitações inerentes à própria CM; (pág.82) • Lógicas de poder e de gestão administrativa de natureza <i>topdown</i> (escola dos 12 aos 15); (pág.83-84) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de legalização; • Curricula escolares; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento ou falta de consciencialização dos deveres que decorrem do realojamento e criação de expedientes os contornem; (pág.22-23) • Relações inter-étnicas conturbadas baseadas em preconceitos e estereótipos que depois se desvanecem, geralmente com a proximidade e a convivência concreta; (pág.81) 	

	Entrevistado 14	Entrevistado 15
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem mas, em termos de resultados, é como se tivesse porque a intervenção social acaba por abranger essencialmente estas populações pelo facto de serem as mais carenciadas do concelho; • A partir dos anos 90 (últimos anos do executivo CDU), dá-se uma alteração da perspectiva de intervenção. A CM valoriza de forma crescente a dimensão imaterial da intervenção; (pág.2) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem.
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas e medidas transversais, embora reconheça a utilidade de intervenções específicas e diferenciadas consoante as necessidades. Apologia de políticas mistas. As diferenças na intervenção devem tomar em linha de conta as diferenças nas necessidades e não nas diferenças étnicas ou culturais. A necessidade (natureza, dimensão, gravidade) deverá constituir o motor de acção independentemente da origem nacional, étnica e cultural (pág.74-75, 77) • Justificação da apologia de políticas transversais através da valorização da variável sócio-económica em detrimento da variável étnico-cultural, baseando nela a explicação das situações e os pressupostos orientadores das intervenções. Ideia de que dentro dos mesmos estratos sociais, os problemas são muito idênticos. A cultura, a religião, a língua podem fazer emergir apenas um acréscimo dos problemas. Por isso, o que deve motivar a intervenção são as necessidades; (pág.75-76) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas mistas e profiláticas com ênfase na educação e nas gerações descendentes. Considera ser necessária uma política transversal para a população desfavorecida do concelho, embora reconheça a especificidade de algumas questões que atingem maioritariamente a população imigrante e as minorias étnicas (gerações descendentes); (pág.30)

POLÍTICOS DA OPOSIÇÃO

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Predomínio dos cidadãos de ascendência africana cuja fixação no concelho se efectiva, de forma crescente, há várias décadas; • Fluxos recentes de imigrantes de Leste; • Muita imigração ilegal; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairros degradados do concelho são habitados maioritariamente por imigrantes e minorias étnicas de ascendência africana; • Segregação espacial muito acentuada dando lugar à constituição de verdadeiros guetos; (pág.1) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificação da concentração populacional; • Aumento da densidade dos contrastes sociais e económicos, o que, apesar de tudo, não dá lugar a grandes conflitos; (pág.3) 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A amplitude e complexidade deste fenómeno na Amadora, conferem uma singularidade e especificidade ao concelho; (pág.4, 7) • Muita imigração ilegal; (pág.5) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação e concentração espacial; • Subaluguer de espaços habitacionais; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação no espaço escolar; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A participação e representação através do movimento associativo nem sempre são efectivas, uma vez que este serve, frequentemente, para a promoção dos seus próprios dirigentes; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impacto económico e social negativo: <ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização do património; (pág.5) - Insegurança; (pág.5) - Sentimento de cerco e asfixia social; (pág.6) - Sentimento de invasão; (pág.8, 18) - Apartheid social; (pág.6, 21) • Emergência de reacções xenófobas; • Aumento da taxa de natalidade – “A Amadora é uma autêntica bomba 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande peso quantitativo de imigrantes africanos; • Vinda posterior de imigrantes de Leste; • Muita imigração ilegal; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bairros degradados do concelho são habitados maioritariamente por imigrantes e minorias étnicas de ascendência africana; • Imigrantes são objecto de exploração no mercado da habitação (mesmo por outros imigrantes); • Subaluguer de habitações a imigrantes de Leste por parte de imigrantes africanos; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação na escola; (pág.6) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrecarga horária dos trabalhadores e consequente falta de apoio familiar às crianças; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • As associações e as pessoas estão hoje arredadas da discussão e decisão sobre os problemas que lhes dizem respeito; • Grande parte dos imigrantes não tem direito de voto atendendo aos condicionalismos da lei da reciprocidade; • Baixa percentagem de imigrantes 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande peso no universo da população residente dada a área física do concelho; (pág.5) • Imigração ilegal continua sem controlo; (pág.2-3) <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização física – proximidade de Lisboa; • Acessibilidades/comboio; • Ostracismo por parte da CM de Oeiras relativamente ao território da Amadora – ausência de poder administrativo e de fiscalização; (pág.1) • Laxismo dos poderes local e central face à vinda e radicação dos imigrantes – ausência de políticas relacionada com a pertença administrativa do território da Amadora na época anterior à constituição do município; (pág.1-2) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalação anárquica de imigrantes levou ao aparecimento de muitos bairros de barracas sem condições de vida mínimas; • Bairros degradados do concelho são habitados maioritariamente por imigrantes e minorias étnicas de ascendência africana; (pág.10-12) • Grande concentração territorial – segregação espacial; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho precário – ciclo da pobreza, da marginalidade e da exclusão. Paridade da

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
		<p>demográfica ao retardador"; (pág.4)</p>	<p>recenseados = incapacidade eleitoral;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação partidária – militantes de diferentes ascendências; • Integração nas listas eleitorais de um grande número de candidatos provenientes dessas populações (predominantemente africanos mas também brasileiros). Um eleito para a Assembleia Municipal, eleitos em várias assembleias de freguesia. Situação única no quadro partidário local; (pág.27) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Forte movimento associativo com trabalho realizado essencialmente nas áreas social e cultural, circunscrito aos bairros onde estas populações estão radicadas; (pág.27) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de droga predominantemente nos bairros degradados; • Marginalidade; • Criminalidade; (pág.18) • Insegurança (pág.7, 41-42) • Doenças sociais – tuberculose, sida; • Maternidade precoce; 	<p>situação dos imigrantes com muitos nacionais residentes no concelho;</p> <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Colocação de pessoas de outras etnias em lugares elegíveis nas listas eleitorais do partido; (pág.19) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimento associativo pouco expressivo e dinâmico; (pág.18-19, 25-27) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pobreza; (pág.2-3) • Tráfico de droga; • Marginalidade; • Criminalidade; • Insegurança; (pág.3) • Mal-estar social; (pág.2-3, 7, 13)

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Multiplicidade e diversidade de necessidades e problemas; <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fixação em bairros degradados – influência negativa da falta de condições de vida, do meio social nas pessoas; (pág.2) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de competências linguísticas relativamente ao português, mesmo no caso dos africanos; • Desadaptação e comportamentos desviantes das gerações descendentes associados ao desfasamento entre o modo e estilo de vida dos pais e o modelo de sucesso veiculado pela nossa sociedade; (pág.4) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salários baixos; (pág.2) • Instabilidade laboral; (pág.1) • O tipo de inserção sócio-profissional de grande parte destas populações é percebido como a raiz de todos os problemas que os afectam; (pág.1) 	<ul style="list-style-type: none"> • As necessidades variam substancialmente da primeira geração de imigrantes para as gerações descendentes; (pág.1) <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esta necessidade surge associada às fortes carências económicas com que se debatem estas populações; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As insuficiências a nível da escolaridade condicionam largamente a integração sócio-cultural; • Insucesso e abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerações descendentes vivenciam um processo de desenraizamento social e cultural – conflitos identitários. Desfasamentos entre a sua realidade e o modelo apelativo da sociedade em que vivem; (pág.1, 2, 6) • Insuficiência de competências linguísticas relativamente ao português; (pág.4) 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitos imigrantes e minorias étnicas vivem em bairros degradados em condições sub-humanas; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de equipamentos sociais de apoio à infância; (pág.23) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impossibilidade de aquisição de nacionalidade por parte de muitos descendentes de imigrantes; (pág.1) 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fixação em bairros degradados – a falta de condições de habitabilidade desempenha um papel determinante na emergência de todos os problemas que envolvem estas populações; (Pág.7) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de integração escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenraizamento social e cultural das gerações descendentes – choques de aculturação; (pág.6-7) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho precário; <p>Cidadania:</p> <p>Impossibilidade dos imigrantes ilegais de aceder aos sistemas de saúde e de segurança social;</p>

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas comunitários de requalificação urbana; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grandes défices a este nível; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apenas alguns processos integrados no PER; • As respostas do executivo nesta área não decorrem de uma política integrada mas sim das prioridades estabelecidas pelo executivo no domínio das acessibilidades e das infra-estruturas (CRIL, URBAN); (pág.10) • Combate à construção clandestina; • Apoio à aquisição de habitação; • Apoio à habitação social; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento e equipamento da rede escolar – acção muito meritória; <p>Emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de captar investimentos que se traduzam em postos de trabalho; • Proporciona apenas a instalação de grandes superfícies; • Permite o desmantelamento da área industrial adjacente à Sorefame; (pág.13-14) <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A autarquia não assinou o PER mais cedo atendendo à falta de competências do poder local no domínio da habitação, à valorização da alternativa da habitação social a custos controlados, à falta de recursos e à complexidade do caso da Amadora neste campo; (pág.12-13) • PER – ruptura com a política anterior – o ritmo a que se processa o realojamento é norteado por interesses políticos, nomeadamente pelo respectivo impacto negativo no universo dos votantes provocado pelas suas representações sociais relativamente às populações a realojar e pelo valor de mercado dos terrenos onde estas populações estão instaladas e a eventual utilização que deles poderá vir a ser feita no futuro. Abrandamento do ritmo; (pág.18-20) • Programa Retorno (não tem cobertura legal). Pouca adesão. Grande controvérsia política baseada nos eventuais interesses subjacentes (visa abater famílias ao PER) e na ausência de mecanismos de acompanhamento e fiscalização; (pág.15-17, 48) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acção social escolar – fornecimento de refeições quentes; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto Cidades Saudáveis – actualmente inoperante; (pág.24-25) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – apologia de um modelo de realojamento misto como veículo de integração; • PER-Famílias – insuficientemente aplicado; (pág.4) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – <i>feedback</i> pouco abonatório da sua actividade;

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
			<p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da Escola Intercultural, das Profissões e do Desporto – percebida como um mal menor: perpetua a classe operária, condicionando a mobilidade social mas dá resposta imediata a um problema real; (pág.2) <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estímulo à criação e desenvolvimento de associações numa 1ª fase e abandonada posteriormente; (pág.9) • PAMA; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • URBAN; • PROQUAL; 	

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i> <i>Efeitos colaterais</i></p>		<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O ritmo a que se processa o realojamento não consegue acompanhar o ritmo a que se processa o crescimento destas populações nos bairros degradados, o que compromete a resolução do problema e lhe confere um carácter crescente e cumulativo; (pág.11) • Realojamento devia ser antecedido de um levantamento sociológico como forma de o adequar às características das populações alvo; (pág.20) • Realojamento deve ser feito sem deslocações geográficas da população – apologia da modalidade de realojamento em quadriculas; (pág.19) • Valorização da cultura (valores, estilos de vida) como elemento diferenciador das práticas – o factor cultural, para ser respeitado, exige respostas diferenciadas mesmo a nível do realojamento; (pág.20) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actividades de fachada neste domínio, as acções a desenvolver terão que se revestir de um carácter estrutural e progressivo; (pág.14) • A falta de dinâmica da autarquia a este nível é ilustrada pela desactivação do Conselho Municipal; (pág.16) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – polémica PS/CDU – a escassez de espaço físico é considerada como uma falácia que esconde interesses de natureza económica; (pág.10-11) • A consolidação dos bairros degradados por parte dos executivos CDU é justificada pela ausência de competências autárquicas nesse domínio (pág.11-12) • PER só dá resposta às barracas e não aos anexos, vilas e ilhas. Fomenta injustiça e racismo, descontentamento social; (pág.12) • PER – Respostas de âmbito municipal versus regional (metropolitano). Ausência de colaboração intermunicipal; (pág.13) • A dimensão dos bairros de realojamento e a respectiva densidade de ocupação é muito elevada dificultando a integração; • PER – modelo de realojamento adverso aos hábitos culturais e ao estilo de vida das populações imigrantes ou não; (pág.21) • Apologia de realojamento concentrado – não deve implicar uma dispersão das populações, pois isso resulta numa quebra de laços comunitários e em problemas de reinserção social nos novos espaços; • Realojamentos massivos dificultam a integração; <p>Cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A não realização de manifestações culturais conjuntas é perspectivada como 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo de realojamento restringe-se à componente material e ignora a componente social; (pág.4) • Realojamento implica despesas que muitas famílias não podem pagar; • O ritmo e eficácia do processo de realojamento insuficientes; (pág.12)

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
			<p>uma opção política (omissões); (pág.8)</p> <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A relação individual com as associações e o não funcionamento do Conselho compromete largamente a representação colectiva destas populações; 	
<p><i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Restringem-se à área da habitação: <ul style="list-style-type: none"> - Reconversão da Cova da Moura concebida e planeada sem o envolvimento da população local; - Requalificação da Brandoa através do PROQUAL; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem um objectivo definido e claro sobre esta questão; (pág.7, 24) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobreposição dos objectivos político-partidários aos objectivos do município e destas comunidades; (pág.45) • Afastar estas populações do território do concelho; (pág.45) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do PER;
<p><i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i></p>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento Municipal; 	<p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos disponibilizados pelo poder central são muito escassos; <p>Comunitárias:</p> <p>CMA desperdiçou os recursos comunitários disponíveis;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disfunções no destino e aplicação das verbas – insuficiência da função fiscalizadora do Estado; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • URBAN, PROQUAL – Programas comunitários para requalificação e reconversão urbana acabam por abranger estas populações que vivem maioritariamente em zonas degradadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento;

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Juntas de freguesia; • Associações locais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Alheamento institucional quer a nível local quer nacional; (pág.22) <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Algumas ONG's, embora com meios escassos e pouco poder de intervenção. Superficialidade das acções; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade civil organizada nesta área é muito débil; • Ausência de envolvimento regular dos agentes económicos – participação pontual; • Papel particular do actor político face a esta problemática; (pág.42) <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Juntas de Freguesia – colaboração desigual; (pag.42) • Associações de Imigrantes – substituem o Estado na sua função social; • Colectividades de Cultura e Recreio; (pág.7-8) • IPSS; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IPSS; <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ONG's; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento (pág.9) • Responsabilização política de todos os actores; (pág.28-29) • Alheamento das embaixadas; (pág.28)
<i>Regime de colaboração</i>	<p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Câmara municipal deveria rentabilizar melhor as suas potencialidades através de parcerias mais efectivas; 		<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; • Projecto Cidades Saudáveis; <p>Informal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de parcerias e protocolos; (pág. 15-16)

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. As acções são disseminadas pelas grandes rubricas porque não há uma estrutura orgânica responsável por esta área. (pág.17) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Cortes significativos nesta área; • Apologia da definição e vinculação política clara neste domínio peculiar. A não visibilidade nestes instrumentos de gestão resulta numa ausência de intervenção. Essa invisibilidade deve-se à forma de perceber estas populações como um problema. (pág.29-30). 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, nalgumas rubricas mas com pouco empenho financeiro;
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento de estruturas orgânicas especificamente criadas para estas populações; • Tema pouco tratado a nível da Assembleia Municipal; (pág.12) 	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes</p> <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não teve tradução formal e legal na macro-estrutura; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actualmente desactivado. Desacordo relativamente à filosofia que lhe está subjacente – muito debate e pouca acção; (pág.16) 	<ul style="list-style-type: none"> • Consta-se uma mudança de estratégia política que se explica pela falta de vontade política real para nela intervir; • Na vigência dos executivos CDU foi criada uma estrutura vocacionada especificamente para acompanhar estas populações; (pág.30) • Escola Inter-Cultural; (pág.2) <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi criado com o objectivo de dar visibilidade formal à temática. Este Pelouro foi atribuído a um vereador da oposição o que traduz a subvalorização desta problemática por parte do Executivo; (pág.31) <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A sua criação traduz “o fazer que se faz”, já que se verifica uma enorme dissonância entre a sua forma e o seu conteúdo. A intervenção deste órgão não tem expressão prática; (pág.32) <p>Conselho Municipal das Comunidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As estruturas organizacionais, criadas neste âmbito, quase só existem no papel porque não funcionam; (pág.23-24) • Pouca importância atribuída ao assunto na Assembleia Municipal (pág.36) <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes</p> <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não são visíveis resultados práticos da sua acção; (pág.23-24)

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
			<p>Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi criado nos mandatos CDU atendendo à importância que esta camada populacional tinha no concelho; • Funcionou com alguma regularidade e relativamente bem. Tinha um peso real nas decisões em relação à comunidade. • Prosseguia os seguintes objectivos: <ul style="list-style-type: none"> - Articulação e coordenação das actividades neste domínio; - Definição de uma política nesta área – integrar na política autárquica, os anseios destas populações; - Assegurar a participação destas populações através dos seus representantes; (pág.2, 21) • Este órgão foi posteriormente desactivado com o propósito claro de enfraquecer o poder reivindicativo destas populações através das associações nele representadas e de lhe retirar a capacidade de constituir um lóbi junto do poder decisório. Este procedimento é ilustrativo da estratégia política “dividir para reinar”, traduzindo a preferência de negociar individualmente com cada associação em detrimento do debate conjunto em torno de um projecto colectivo; (pág.31, 37) 	

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Multidimensionalidade e interdependência dos problemas e das respostas; (pág.18) • A dimensão do problema do realojamento, a escassez de terrenos e de recursos económicos, impõe uma resolução à escala supra-local; (pág.3-4) <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quantitativo de recursos económicos necessários; limitações orçamentais impostas pelo Orçamento Geral do Estado; • Grande ausência de meios justifica excesso de construção, fonte directa de recursos para a autarquia; (pág.11) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema político – alternância dos partidos no poder e prioridades políticas; (pág.3, 24-25) • Desfasamento entre os calendários eleitorais e o tempo necessário à resolução dos problemas formata as prioridades. Invisibilidade a curto prazo inviabiliza, por motivos políticos, a acção; • Governação por ciclos – as câmaras estão orientadas para ganhar eleições, e atacar os problemas de fundo requer a mobilização de muitos meios, pelo que, não constitui uma prioridade; (pág.6) • Marketing político; (pág.3, 6, 24-25) • Sistema partidário – os partidos do sistema gerem o próprio sistema actuando animados principalmente por objectivos eleitorais; (pág.21-22) 	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza e dimensão dos problemas tornam impossível a sua resolução ao nível exclusivamente autárquico; (pág.2) <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos; • Falta de recursos especializados para implementar respostas específicas; • Ciclo vicioso da pobreza e marginalidade; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Herança de gestão comunista – o avolumar dos problemas; (pág.7) • Alheamento e falta de consciencialização dos problemas por parte dos políticos e da população em geral. Grau de gravidade social ainda não exige uma atenção que obrigue os responsáveis políticos a tomar medidas claras; (pág.18, 24) • Funcionamento do sistema político: governação por ciclos curtos – a morosidade e invisibilidade de resultados a curto prazo inviabilizam a acção; (pág.19) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação deficiente entre o poder central e poder local; • A concepção das respostas não se realiza a nível supra-partidário, supra-local e interinstitucional; (pág.2, 10) • Ausência de comunicação e relacionamento interinstitucional mesmo a nível local: autarquia/ juntas de 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desvalorização do factor económico como constrangimento à acção política nesta área e valorização da ausência de uma política e de objectivos claros; (pág.52) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relações e compromissos implícitos entre o poder político e o poder económico; (pág.10, 15, 20) • Resistências partidárias; (pág.5, 41-42) • Intervenções influenciadas por: interesses político-partidários e eleitorais; governação por ciclos; marketing político; (pág.56-57) • Sistema político – jogo de interesses – manutenção do <i>status quo</i> do sistema; (pág.5) • Interesses de classe. Os partidos são apresentados como estruturas representativas de classe que por isso se posicionam de forma diferente face aos imigrantes que maioritariamente pertencem à classe dos trabalhadores. Cada partido defende os interesses dos seus membros. As estruturas de poder também têm políticas de classe. Questão de classe sobrepe-se a qualquer outra; (pág. 5, 53-54) • Falta de vontade política; • Interesses pessoais dos políticos – carreira política; • Práticas governativas como reflexo de diferentes ideologias político-partidárias: às alterações na organização e gestão técnica está subjacente o propósito de 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão e natureza dos problemas; (pág.10) • Pequena dimensão do território; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade financeira; (pág.13) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de interesse político do governo central pelos impactos locais da imigração; • Situação governativa – governos municipais minoritários; • Falta de uma mobilização consensual dos partidos da oposição em torno do assunto; (pág.15-16) • Laxismo, falta de empenho e vontade política; • Fraca "qualidade" dos políticos - o lado perverso do sistema partidário; (pág.36) • Ausência de uma política de imigração e de integração – culpabilização do governo central pela permissividade face à imigração ilegal; (pág.6, 19-20, 37-38) • Ideologia político-partidária – orientação ideológico-partidária surge como factor diferenciador das práticas políticas neste campo. Inércia da gestão CDU. Dinamismo da gestão socialista; (pág.8, 17) • Ausência de relevância política e interesse institucional deste assunto em instituições competentes a nível regional e nacional – AML, Associação de Municípios; (pág.10, 14, 20) • Falta de uma política nacional e local

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
	<ul style="list-style-type: none"> • Independentemente do partido no governo, não constitui uma prioridade local nem nacional; nem mesmo quando o mesmo partido coincide nas várias escalas de poder. Ausência de vontade política; (pág.7, 18-19, 24) • Herança do executivo CDU; (pág.22) • Falta de coragem política; (pág.24) • Governo local não mobiliza o governo central e as estruturas partidárias nacionais, mesmo em situação de coincidência partidária. Postura passiva da Câmara – pressão insuficiente junto do poder central; (pág.7, 17) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Burocracia constitui um obstáculo a uma intervenção inclusiva – o carácter burocrático e pesado das nossas instituições não permite respostas flexíveis e inovadoras (ex.: escolas); (pág.5) • Dimensão e complexidade dos problemas a exigirem respostas de dimensão supra-local; • Disfuncionalidades de relacionamento entre as várias escalas hierárquicas do poder; • Ausência de um projecto para a cidade – não se pensa a cidade; (pág.11, 13-15) • Desadequação do sistema escolar (currículo, prática educativa, língua) a estas populações; • Apologia de respostas que contemplem uma aproximação mesmo física da escola a estas comunidades; (pág.5) • Relacionamento muito frágil – 	<p>freguesia; (pág.10)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências dificulta a adequação das respostas; (pág.11) • Insuficiência e má gestão dos recursos técnicos – predomínio do trabalho de gabinete sobre o trabalho de terreno; • Incapacidade institucional da sociedade de acolhimento para criar condições que permitam a estas populações competir em situação de igualdade; (pág.23) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de uma política de controlo de fluxos leva à existência de muita imigração ilegal e a uma insegurança crescente. Defende a implementação de uma política de regulação dos fluxos e securitária; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valores e práticas culturais diferentes – cultura apresentada como obstáculo à integração e como justificativo da segregação espacial; (pág.3, 15, 19) • Falta de competências linguísticas – aprendizagem da língua portuguesa, considerada como veículo fundamental para a integração; (pág.8) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emergência de reacções xenófobas na população autóctone fundamentando a urgência da aplicação de uma política de integração; 	<p>implementar outro tipo de política. Essas alterações podem, simultaneamente, ficar a dever-se à partidização do aparelho de Estado – desconfiança política; (pág.49-50, 52)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de consciência dos imigrantes face à importância de votar, em larga medida devido à incapacidade dos partidos políticos em mobilizar estas populações. Os partidos têm falta de interesse e empenho nesta área, desenvolvem acções desadequadas e não conseguem passar a mensagem o que conduz a um desinteresse generalizado e uma falta de credibilidade dos políticos; (pág.26-27) • O realojamento destas populações e a sua integração nas listas eleitorais são apresentados como determinantes dos resultados eleitorais, expressando um impacto negativo na população autóctone votante; (pág.3-4) • Processo de sentido bidireccional e auto-sustentável: alheamento dos imigrantes – alheamento dos partidos; (pág.27) • Interesses políticos – ganhos eleitorais sobrepõem-se às necessidades dos cidadãos e a critérios de justiça social; (pág.21, 54, 56, 57) • Os interesses político-partidários norteiam a prática dos governos e do Estado sobrepondo-se às necessidades objectivas. Partidarização do Estado e das práticas governativas; (pág.34, 36) • Descentralização das verbas feita com base em critérios políticos em detrimento dos critérios de necessidade; • Percepção distorcida das questões – não se combate as suas causas mas sim as suas consequências – carácter paliativo e 	<p>neste domínio – criação de organismos a nível local e nacional neste campo é percebida como fachada política – Alto-comissário; (pág.19)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de visibilidade e relevância pública da realidade migratória; (pág.20) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de articulação do governo central com o governo local – palcos estanques do poder; (pág.12) • Falta de autonomia local para poder gerir a situação e conceber respostas adequadas e adaptadas; (pág.11) • Burocracia (atrasos no realojamento); • Falta de recursos humanos que permitam "trabalhar" qualitativamente as populações, ir além do aspecto material e logístico; (pág.13) • Tensões entre governos central e local – Jogo do empurra; (pág.16) • Falta de articulação intermunicipal a nível nacional e internacional – esta é referida como indispensável à resolução da situação que envolve os imigrantes e minorias étnicas; (pág.11-12, 15-16) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionismos de ordem jurídica -falta de competências; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reprodução do estilo de vida anterior – as experiências e as condições de vida anteriores, os hábitos culturais e a sua reprodução no país de acolhimento

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
	<p>associações/ autarquia. O apoio da autarquia às associações é pouco significativo; (pág.17)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenções sem consulta e envolvimento das populações; • Amadora como cidade dormitório. Défice tremendo de infra-estruturas desportivas, recreativas e culturais e de áreas verdes; (pág.9-10, 13-15) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reacções comunitárias com efeitos eleitorais, leva a que este assunto não seja uma prioridade política para qualquer partido ou governo; (pág.7-8) • As omissões farão aumentar o perigo de instabilidade social; <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Internacionalização do Estado – perda de poder à escala nacional; (pág.22) • Os obstáculos são essencialmente desta natureza, não tendo o actor, enquanto agente individual, grande margem de manobra; Sistema económico vigente/ capitalismo – impactos tremendos ao nível da mobilidade da mão-de-obra, mercado de trabalho e tecido social; (pág.19-21) 		<p>não preventivo das intervenções;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estereótipos e representações sociais dos políticos relativos a estas populações induzem insegurança e provocam reacções de aversão por parte da população autóctone; (pág.48) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poder central evita afrontar os poderes locais. Pressionar a colaboração intermunicipal no PER poderia ter reflexos eleitorais: perda de votos, ou mesmo de câmaras; (pág.14) • A profissionalização das associações leva à sua cooptação pelo poder político através da subsidio-dependência; (pág.32, 38, 41) • Importância e visibilidade institucional insuficiente das estruturas nacionais criadas nesta área – pouco peso político para fazer articulação entre Ministérios e actividade pouco substancial do Alto Comissariado; (pág.37) • Dissonância entre a forma e o conteúdo – não há défice legislativo ou institucional neste domínio mas de acção; (pág.40) • Falta de isenção político-partidária no desempenho técnico das funções pode constituir um elemento constrangedor ou facilitador da prática neste domínio. Os técnicos têm poder de paralisar ou de agilizar as acções; (pág.50-51) • Inexistência de parcerias; • Sociedade civil organizada com expressão institucional muito reduzida e débil; 	<p>poderão conduzir a concepções diferentes das necessidades e dificultar a integração; (pág.6)</p>

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
			<p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estatuto de estrangeiro é impeditivo da prática desportiva profissional; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel nefasto dos media como formadores de opinião pública; (pág.4-5, 55) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistências comunitárias – estigmas sociais, estereótipos, preconceitos; (pág.4, 41-42) 	
<p><i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim mas muito débil – é tudo muito superficial, episódico, conjuntural. Não há planos sérios de integração; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há uma política integrada. Não há um plano concreto de intervenção em relação a esta matéria. Carácter reactivo e superficial das intervenções; (pág.24) • A dimensão e singularidade do caso da Amadora, neste domínio, justificam a implementação de uma política específica direccionada a estas populações com expressão institucional; (pág.7) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem, nem pensa ter. Ausência de uma perspectiva global integradora; (pág.9) • Actualmente a política autárquica, neste domínio, caracteriza-se mais por intervenções pontuais, desenvolvidas no âmbito de projectos e menos por um projecto integrado que vise toda a comunidade; • Carácter paliativo e não preventivo das acções – não se atacam as causas mas sim as consequências dos problemas; (pág.6) • Linha de continuidade da política anterior: URBAN, Escola Intercultural, PAMA e Cidades Saudáveis; • Desarticulação da política desenvolvida numa primeira fase relativamente aos imigrantes e às minorias étnicas; alteração posterior das prioridades; (pág.21) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem uma política activa. Pouca visibilidade e impacto das medidas tomadas. Tudo muito superficial; (pág.21-22) • A intervenção da autarquia caracteriza-se actualmente pela tomada de medidas de carácter superficial; (pág.17, 21-22, 39)

	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19
			<ul style="list-style-type: none"> • Defende a definição de uma política com objectivos claros e de uma estratégia de acção baseada na constituição de parcerias, (pág.52) • Intervenções enviesadas enraizadas numa percepção distorcida da realidade, dando lugar a respostas desadequadas; (pág.40-41, 47-48) 	
<p><i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i></p>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A implementação de uma política de discriminação positiva teria benefícios para todos e é a forma de evitar maiores rupturas e conflitos sociais; • A integração é perspectivada como um processo dual – é necessário integrar nessa política, o trabalho a realizar com a comunidade autóctone; (pág.22) 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas mistas que integrem respostas gerais complementadas com respostas específicas para casos que delas necessitem. Trata-se de uma condição imperativa para a prevenção da exclusão e da instabilidade social; (pág.25) <p>Estas políticas devem ter as seguintes prioridades: ensino do português, detecção de comportamentos desviantes, desguetização dos espaços, inculcação dos valores da nossa sociedade, apoio educativo e social às crianças, combate à imigração ilegal e facilitação do reagrupamento familiar;</p>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A sua inexistência causa graves problemas; 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obriga a um diagnóstico da situação, ao estabelecimento de prioridades e a uma programação e calendarização; (pág.34-35) • É a forma de vincular os responsáveis à acção e desafectá-la de interesses e calendários políticos; (pág.34-36)

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
<p><i>Expressões do fenómeno imigratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes – categoria muito heterogénea; • Poucos imigrantes na freguesia. O quantitativo de imigrantes africanos é diminuto., o de brasileiros e oriundos de Leste é superior mas a sua fixação é recente; • Muita imigração ilegal; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais; <p>Distribuição espacial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grandes assimetrias entre as freguesias; • Fixação de brasileiros e de imigrantes de Leste processa-se nas áreas residenciais tradicionais; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação das residências; • Segregação residencial – guetos; • Arrendamento de casas antigas e degradadas; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes modos de inserção económica e laboral segundo a nacionalidade: imigrantes de Leste na construção civil, brasileiros no comércio; (pág.3) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insegurança; • Marginalidade • Mal-estar social; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impossibilidades de contabilizar com rigor o quantitativo de imigrantes – os censos não retratam a realidade dos bairros e muito poucos estão recenseados; (pág.1) • Grande concentração de imigrantes africanos; • Supremacia de cabo-verdianos. Iniciaram a sua radicação há cerca de 30 anos; <p>Factores de Atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Terrenos abandonados; • Ausência de autoridade; • Redes sociais e familiares; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação habitacional. Organização espacial demarcada no interior dos bairros; (pág.1-2) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração étnica no espaço escolar; <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Os imigrantes também votam embora em número diminuto – mesmo assim é reconhecida a importância do voto dos imigrantes; (pág.20) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Atomização do tecido associativo – fragilidade e pouca representatividade; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marginalidade; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigração de raiz económica; • Imigração – realidade muito heterogénea; • Grande diversidade de proveniências geográficas; • Imigração ilegal; (pág.10) <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; • Acessibilidades – grande centralidade rodoviária; <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação Política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Através dos partidos políticos; (pág.18) • Participação a nível dos executivos e das assembleias de freguesia e da assembleia municipal; (pág.17-18) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigração veio frustrar algumas expectativas da população residente relativamente ao ambiente social no espaço residencial; (pág.6) • Grande pressão demográfica sobre o espaço, as instituições e os recursos ocasionou desfasamento entre necessidades e respostas e trouxe dificuldades acrescidas à gestão local; (pág.1)

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
		<ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de droga; • Famílias muito extensas; • Maternidade precoce; 	
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A maioria habita em alojamentos precários; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar. A escola é apresentada como a raiz de todo o processo de exclusão que se dá em cadeia: insucesso – abandono escolar – meninos de rua – marginalidade; (pág.2-3, 12) <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenraizamento cultural das gerações descendentes. Problemas de socialização; (pág.2-3, 12) • Diferenciação social; • Falta de competências linguísticas, sobretudo no caso dos imigrantes de Leste; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção precária no mercado de trabalho. Trabalho clandestino, instabilidade laboral; 	<p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar das gerações descendentes; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de integração no mercado de trabalho, sobretudo nas gerações descendentes; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carências económicas ao nível da subsistência; 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carecem de habitação condigna mas esta necessidade é remetida para plano secundário; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação apresentada como a necessidade prioritária a colmatar, pois tem um papel determinante na eliminação de todas as outras; (pág.6-7) <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de enquadramento humano;

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos culturais – promoção da identidade e da diversidade cultural; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – apologia do modelo misto de realojamento. Trabalho de acompanhamento; (pág.4) • PAAR; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – integra uma estratégia de intervenção que tem como objectivo atacar os problemas na génese, e por isso, dedica-se à formação das gerações mais novas; (pág.3, 10) <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação da vitória do PS ao trabalho realizado, nomeadamente, na área das minorias étnicas (pág.20); <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – realojamento motivado pela construção da CRIL; (pág.2) • Apologia da dispersão geográfica destas populações como estratégia de integração; (pág.3-4) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento da rede escolar; • ATL's; • Distribuição de uma refeição quente; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Erradicação das barracas; • PER; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da Carta Escolar; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA;
<i>Questionamento das intervenções realizadas Efeitos colaterais</i>		<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de acompanhamento do processo de realojamento – necessidade de aquisição de competências funcionais na nova casa; • Valor identitário, afectivo e comunitário associado ao bairro degradado sobrepõem-se, muitas vezes às condições materiais de habitabilidade dos bairros de realojamento (pág.5); 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de mudar os critérios de gestão local; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Critérios do PER – as soluções dos problemas de realojamento no concelho implicam uma colaboração inter-municipal, pelo menos, à escala regional; (pág.2, 4) • Complexidade do processo de realojamento – falta de preparação e acompanhamento; • Realojamento como fonte de desigualdade e injustiça social – sobrecarga sobre a população que trabalha e desconta; Pressão e desgaste dos recursos. (pág.13-14, 24)

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Silêncio. Fuga. Ambiguidade; • Promoção da diversidade e da identidade cultural; (pág.5-6) • Insatisfação face aos resultados da intervenção da autarquia; (pág.10) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiguidade na resposta – a dimensão e a complexidade dos problemas leva a que se torne difícil definir objectivos claros e avaliar o respectivo alcance; (pág.17) • Apreciação positiva da acção desenvolvida; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não conseguiu atingir porque tem objectivos muito ambiciosos;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; • PAMA; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento geral do Estado – PER; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas de requalificação urbana • Escola das Profissões; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento municipal; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transferências do orçamento geral do Estado; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Através de projectos; 	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias</p>
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alto-Comissário para a Imigração; <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OIM; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • IPSS; • Associações; <p>As respostas institucionais promovidas por estas ONG's têm uma função complementar ou de substituição do Estado (ATL's, jardins de infância, creches);</p>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações de bairro; • Associações sócio-profissionais; <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geminações;
<i>Regime de colaboração</i>	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Supõe que existem protocolos e apoios em resposta a propostas de actividades; 	<p>Informal</p>	

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. As actividades desenvolvidas em prol destas populações estão diluídas nas grandes rubricas; (pág.7) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Actividades diluídas nas rubricas gerais;
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teve conhecimento da sua criação mas desconhece se ainda existe; <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teve conhecimento da sua criação mas desconhece se ainda existe; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhece a existência deste órgão; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia da existência de organismos específicos; <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes</p> <p>Gabinete de apoio às Minorias</p>	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes</p> <p>Gabinete de apoio às Minorias</p> <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posição contra a existência do Pelouro, do Gabinete e do Conselho Municipal percebidos como lóbis associativos. Opina não terem razão de ser, pois o que é necessário é existirem serviços municipais de atendimento e enquadramento para todos os munícipes; (pág.19)
<i>Dificuldades/ obstáculos à implementação de uma política de integração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Complexidade e dimensão dos problemas e respectivas soluções; • Limitações ao nível do espaço físico para realizar realojamentos; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros. Limites orçamentais; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de vontade política; • Diferenças ideológicas com expressões governativas diferentes; (pág.11-12) • Herança pesada resultante da prática governativa do Executivo anterior, que, por razões ideológicas permitiu um aumento progressivo dos problemas; (pág.10) 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaço físico no município para realojar todos os habitantes de bairros degradados; (pág.4) • Características físicas dos bairros degradados condicionam uma intervenção mais eficaz; (pág.4) <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio económico insuficiente ao realojamento por parte do poder central; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de políticas neste domínio; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade das entidades oficiais para realizarem a integração destas populações; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de meios financeiros; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de preparação dos políticos para gerir esta realidade – baixa qualidade dos políticos; (pág.2-3) • Actuação do executivo autárquico norteadora por interesses político-partidários. Culpabilização dos executivos CDU pela permissividade na instalação e crescimento dos bairros degradados; (pág.3-4) • Ausência de uma política de controlo de fluxos; • Tensão entre os diferentes níveis do poder local; (pág.2) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de articulação entre o poder central e o poder

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de abertura do governo central para realizar algumas alterações ou adaptações que permitissem uma acção adequada às questões específicas dos descendentes de imigrantes – desterritorialização das políticas; (Pág.2) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionismos de ordem legal; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistências comunitárias/ xenofobia; (pág.11-12) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desfasamento entre as competências do poder local e os meios financeiros que lhe são atribuídos; • Incapacidade económica e técnica das juntas de freguesia; (pág.4) • Na gestão das Associações, subjaz a ideia de desvios/ aplicação desadequada dos subsídios (pág.11); <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação actual leva à ilegalidade – caducidade das autorizações de residência; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O domínio insuficiente da língua dificulta o relacionamento com as instituições com responsabilidade no seu processo de instalação em Portugal. (pág.5); <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A concentração espacial e a formação de guetos dificultam a integração; (pág.3-4) • Cultura como factor impeditivo de integração; (pág.3) • Características próprias dos imigrantes a integrar; • As condições e estilo de vida dos progenitores dificultam a socialização dos seus descendentes; 	<p>local neste domínio – carácter excepcional do caso da Amadora exige uma solução a nível supra-local; (pág.8)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências das juntas de freguesia para gerir o seu território; (pág.11) • Falta de qualidade dos serviços e das respostas prestadas neste domínio; (pág.11) • Inexistência de infra-estruturas de base, equipamentos e gabinetes de apoio; (pág.11-12) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Opinião pública percebe a imigração como um fenómeno perturbador e incómodo; (pág.21-22) • Condições de vida dos progenitores propiciam percursos desviantes – ciclo vicioso da pobreza e da marginalidade; (pág.6-7) • Auto-exclusão de alguns imigrantes de acordo com a sua pertença cultural. Grupos culturais com posicionamentos diferentes face à sociedade de acolhimento e consequentemente com diferentes potenciais de integração; (pág.22)

	Entrevistado 20	Entrevistado 21	Entrevistado 22
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiguidade – pensa que sim; • Não sabe se existe uma política específica, mas diz existirem medidas de discriminação positiva direccionadas a imigrantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. As políticas são transversais e globais; (pág.7) • Actividades de alcance superficial e de carácter assistencialista; (pág.7-8, 11) • Há um interesse, não uma política; (pág.21) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não; • Apologia de políticas transversais e generalistas que devem criar condições de integração: casa, trabalho, educação, associações, partido político, equipamentos desportivos; (pág.19-21)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Traduz o reconhecimento e a assumpção dos problemas e a intenção de intervir no sentido de os resolver. Apologia das medidas de discriminação positiva; (pág.13) 	<ul style="list-style-type: none"> • Contradição no discurso – apologia de políticas transversais e simultaneamente de organismos prestadores de respostas específicas; (pág.8) <p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se fossem específicas agravariam a diferenciação, a discriminação, a xenofobia e o racismo; (pág.7) 	<p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a especificidade e a diferença pode dificultar a integração; (pág.20)

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
<p><i>Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes africanos, brasileiros e de Leste; • Grande concentração de imigrantes ucranianos; (pág.8) • Predomínio da imigração económica – mão-de-obra para realizar tarefas que a população autóctone já não quer fazer; (pág.13) • Muita imigração ilegal camuflada por pedidos de autorização para familiares passarem férias; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dicotomia das zonas de fixação segundo a origem nacional e as características do parque habitacional: africanos nos bairros degradados, brasileiros e imigrantes de Leste em bairros urbanizados mais antigos ou decadentes; • Africanos estão a alargar a zona de fixação à área residencial contígua aos bairros degradados; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação espacial; • Sobrelotação das habitações; (pág.2) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colectividades locais de cultura e desporto desempenham um importante papel como agentes de integração. São espaços de interacção social e comunitária muito importantes, através da participação em actividades desportivas e culturais; (pág.3) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação das habitações – perturbação do espaço colectivo fazendo emergir problemas de convivência; • Imigração traz problemas acrescidos à gestão 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes e minorias étnicas maioritariamente residentes em bairros degradados – más condições de habitabilidade; • Segregação espacial; • Sobrelotação dos espaços de residência; <p>Emprego e Formação Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Homens empregados maioritariamente no sector da construção civil; • Mulheres empregadas maioritariamente nos serviços de limpeza; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação nas colectividades desportivas e recreativas de bairro; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Radicação desde há muito tempo de contingentes significativos de população cigana, pelo que, muitos são já naturais do concelho; (pág.3) • Migrações internacionais – principais origens: PALOP e Leste Europeu; (pág.2) • Grande diversidade de origens geográficas, étnicas e formas de inserção social; (pág.2) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os imigrantes internacionais substituíram os migrantes internos consoante estes foram abandonando os bairros mais antigos. Muitos imigrantes africanos já residem em bairros residenciais tradicionais, o que ocasionou um certo dinamismo no mercado habitacional; (pág.4-5) • Sugere que os imigrantes de Leste e os africanos não frequentam os mesmos espaços habitacionais. Mesmo quando os imigrantes de Leste se instalam em bairros degradados localizam-se nas extremidades dos bairros; (pág.2) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A participação nas actividades das associações recreativas, culturais e desportivas, surge como instrumento potenciador do exercício da cidadania; (pág.6) • Participação nos corpos directivos de algumas associações recreativas; (pág.14) <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Começam a ser visíveis indícios de participação política no âmbito do poder autárquico a nível das assembleias de freguesia mas não nos executivos; (pág.13) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Funciona com alguns problemas mas com uma certa

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
	<ul style="list-style-type: none"> • Imigração traz problemas acrescidos à gestão autárquica – pressão sobre os recursos; 		<p>vitalidade;</p> <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos inter-étnicos em alguns bairros; (pág.5) • Insegurança; • Aumento do desequilíbrio entre necessidades e recursos – aumento das dificuldades de gestão autárquica;
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de habitação, considerada como o problema central e determinante de todos os outros; (pág.5) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar – meninos de rua; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inadaptação cultural - dificuldades de adaptação ao estilo de vida ocidental urbano e cidadão; • Desenraizamento cultural das gerações descendentes – modelo cultural de socialização surge como responsável pelos problemas actuais; (pág.3) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho clandestino fomentado, muitas vezes, por conterrâneos; (pág.4) 	<ul style="list-style-type: none"> • Multiplicidade das necessidades (pág.1) <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação considerada o problema e a solução central e determinante de todos os outros; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desadaptação das gerações descendentes constitui um dos problemas mais difíceis de resolver; (pág.2-3) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de emprego “mais digno”; (pág.1-2) 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de condições de habitabilidade nos alojamentos; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As gerações descendentes precisam de acompanhamento particular; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de condições básicas de vida;

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – apologia do modelo misto de realojamento tomado como condição básica para a integração; (pág.5-6) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAP (pág.6); 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – apologia do modelo misto de realojamento a que subjaz uma filosofia de integração; (pág.4, 15-16) • PER-Famílias; • Programa Retorno – pouca aderência; (pág.7) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento e requalificação do parque escolar; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola Intercultural e das Profissões em resposta aos problemas das gerações descendentes; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – enorme esforço financeiro da autarquia – absorve a maior fatia do orçamento municipal; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande aposta da autarquia – resultados muito positivos; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhece que, embora não existam limitações, também não há um trabalho de incentivo à participação destas populações; (pág.13)
<i>Questionamento das intervenções realizadas Efeitos colaterais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • A concessão de autorização para familiares passarem férias concedida pelas Juntas faz crescer a imigração clandestina; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realojamentos massivos – perigos de guetização; 		<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realojamento sem preparação das populações;
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não, embora se tenham concretizado algumas acções; 	<ul style="list-style-type: none"> • Resposta evasiva. Tem-se feito um bom trabalho e conseguido alguns objectivos mas aquém do que seria desejável; 	<ul style="list-style-type: none"> • Teoricamente sim mas na prática, o trabalho realizado, embora positivo, não resulta de uma concepção e planeamento esclarecido e pensado em relação a este domínio. A prioridade da CMA é o realojamento e algumas respostas sociais inscritas em programas nacionais; (pág.19)

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	Locais	Locais: <ul style="list-style-type: none"> • PER; • PAMA; Nacionais: <ul style="list-style-type: none"> • PER; • PIDDAC; 	Locais: <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento municipal: FEF (Fundo de equilíbrio financeiro) – transferências do Orçamento Geral do Estado e receitas municipais directas; Nacionais Comunitárias: <ul style="list-style-type: none"> • Mediante a candidatura a programas;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	Locais: <ul style="list-style-type: none"> • Igreja; • Colectividades recreativas, culturais e desportivas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência dissimulada, ausência, não colaboração por parte de alguns actores; Locais: <ul style="list-style-type: none"> • Igreja; • Associações de recreio, desporto e cultura;
<i>Regime de colaboração</i>	Informal	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	Informal: <ul style="list-style-type: none"> • Acordos verbais, intervenção directa;
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fuga à resposta; • Está tudo contemplado mas não especificamente referenciado; 	<ul style="list-style-type: none"> • A nível da autarquia não, a nível da junta de freguesia sim mas apenas para apoio de eventos ocasionais;
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	Gabinete de apoio às Minorias: <ul style="list-style-type: none"> • Este órgão foi criado por se considerar politicamente correcto existir uma estrutura deste tipo na autarquia e num concelho com um quantitativo tão importante de imigrantes e minorias étnicas; (pág.11) • Desconhece a sua erradicação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fuga à resposta; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece;

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
<i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão física do concelho; • Dimensão e natureza dos problemas sociais do concelho; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A política da política – a política partidária sobrepõe-se à política social; O carácter utilitarista do poder – definição de prioridades em função dos interesses político-partidários. Prioridade de intervenção junto da população residente eleitora; (pág.11-13) • A prioridade de intervenção junto da população votante faz avolumar os problemas dos imigrantes e dos jovens; (pág.12) • Inexistência de uma política de imigração e de integração de imigrantes a nível nacional; • Postura utilitarista e oportunista do Estado face à imigração; (pág.14) • Herança da política do executivo CDU – facilitismo e apoio à instalação de habitação precária; (pág.16-17) • Diferenças ideológico-partidárias que correspondem a diferentes práticas políticas, a diferentes formas de conceber a articulação entre o poder central e local e as competências que lhes são atribuídas; (pág.5) • Falta de consciência política da necessidade de promover a integração; (pág.8) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de respostas multi-dimensionais, regulares e estruturais; (pág.8) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hábitos e modelos culturais criam dificuldades de adaptação à vivência em bairros residenciais tradicionais; (pág.9) • Modelo de socialização dos jovens tomado como característica cultural específica de determinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Desfasamento entre as necessidades de habitação social e a dimensão física do concelho; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos muito limitados das juntas de freguesia; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partidarização do aparelho de Estado – falta de confiança política; (pág.13-14) • Situação governativa – governos municipais minoritários; (pág.13-14) • Herança política dos executivos CDU; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requisitos de ordem burocrática levam a grandes atrasos no processo de realojamento; • Falta de competências, pouca autonomia, pouca descentralização das Juntas de Freguesia; 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações físicas do território potenciam a guetização; (pág.10) <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de recursos; (pág.19) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de objectivos claros e de acções integradas; • Carácter irregular, desarticulado e superficial dos programas e das acções; • Demissão do poder central (independentemente do partido político) deixou emergir e crescer esta realidade remetendo a sua resolução para o poder local; (pág.8-9, 19); • Ausência de uma política concertada por parte do poder central; • Bipolaridade ideológico-partidária na concepção das respostas expressa através de diferentes opções e práticas; (pág.20) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de equipas multidisciplinares; (pág.8) • Desarticulação do poder central e do poder local levam a um desperdício de recursos; (pág.7) • Falta de autonomia do poder local; • Incapacidade financeira e técnica da autarquia para dar respostas adequadas; (pág.19-20) • Incapacidade da autarquia para resolver por si só o problema da habitação destas populações. A solução inscreve-se a nível supralocal; (pág.10) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sugere que as especificidades culturais determinam diferentes potenciais de integração consoante a etnia, sendo a dos africanos mais fácil e a cigana a mais

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
	<p>grupos étnicos. Imigrante africano tem muitos filhos sobre os quais exerce um fraco controlo; (pág.3)</p> <p>De natureza individual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reagrupamento familiar leva à reconfiguração do projecto migratório e às formas de integração. As motivações e os objectivos subjacentes à decisão de emigrar dificultam a integração nalguns casos, pelo menos, numa primeira fase; (pág.2) <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Globalização, internacionalização da economia, segmentação do mercado de trabalho, economia subterrânea; (pág.3) 		<p>difícil; (pág.4-6, 16)</p> <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mentalidade da população maioritária. Estigmas sociais. Intolerância, falta de entendimento intercultural, racismo; (pág.5, 13) • Condições e ritmo de vida dos progenitores levam a um acompanhamento insuficiente dos descendentes; <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas globais – ritmo ou velocidade a que o fenómeno se altera, dificulta a criação de respostas adequadas já que a capacidade de adaptação das respostas por parte do Estado se processa a um ritmo muito menor ao da mutação da realidade; (pág.20-21)

	Entrevistado 23	Entrevistado 24	Entrevistado 25
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Tem medidas avulso; (pág.11-12) • A obrigatoriedade de criar respostas deriva essencialmente do vínculo jurídico da nacionalidade, surgindo assim como elemento vinculador de acção política (pág.3) • Carácter superficial e de fachada das políticas – sinais exteriores sem correspondência real; (pág.12) • As intervenções a realizar assumem um carácter de urgência; (pág.12-13) • Prioridade de intervenção junto da 3ª Idade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim. Estão a desenvolver-se projectos para estas populações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não; • Estabelecimento de prioridades com base nos recursos disponíveis – perspectiva utilitarista da acção – rentabilização dos recursos; • Respostas pontuais e desarticuladas;
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A inexistência de uma política específica dá lugar a acções desarticuladas; (pág.14) • Essa política deve integrar medidas de discriminação positiva, as quais se justificam nesta fase do processo de inserção e dadas as características económicas, sociais e culturais destas populações; (pág.14) • A situação de desvantagem em que se encontram não permite que eles usufruam das oportunidades que lhes são dadas. É necessário um trabalho anterior de mobilização e preparação diferenciada para que participem; 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Só poderia ser desvantajoso se a acção da autarquia direccionada a estas populações se realizasse em detrimento da restante população o que não acontece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia das políticas mistas de integração – intervenções globais e transversais para toda a população com os mesmos requisitos e desenvolvimento pontual de medidas específicas para imigrantes e minorias étnicas. Estas políticas têm de estar radicadas numa articulação entre os poderes central e local; (pág.18, 22)

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
<p><i>Expressões do fenómeno imigratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença muito significativa da comunidade cigana até um passado recente; • Presença significativa da comunidade africana; • Pressão migratória contínua; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição das minorias étnicas no concelho motivada pela construção de vias rodoviárias. Imigrantes e minorias étnicas são transferidas das zonas centrais para a periferia do concelho; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A maioria trabalha na construção civil e serviço doméstico; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criminalidade associada às gerações descendentes; (pág.7) • Insegurança; • Pressão sobre os recursos disponíveis trouxe dificuldades acrescidas à gestão autárquica; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimentos do número de imigrantes – os dados estatísticos oficiais não retratam a realidade; (pág.22-23) • Grande concentração de imigrantes, em particular cabo-verdianos; (pág.1) • Presença recente dos imigrantes de Leste; • Imigração ilegal incontrolada. A maioria dos imigrantes é ilegal; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação espacial – concentração territorial por etnias: Zambujal – predomínio de ciganos; Cova da Moura – predomínio de cabo-verdianos; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação do espaço habitacional; • Subaluguer; • Constituição de guetos; <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos da comunidade africana integram a Assembleia da Junta de freguesia; (pág.26) • Crescente participação política de cidadãos de ascendência ou nacionalidade africana. Todos os partidos políticos, ao nível da Junta, têm nas suas listas elementos da comunidade africana; (pág.27) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande fragilidade técnica devido à carência de recursos humanos qualificados; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em precisar o número de imigrantes. Impossibilidade de controlo; • Imigrantes são população muito flutuante e móvel; • Grande heterogeneidade de origens nacionais; • Muita imigração ilegal; (pág.9) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação clandestina. A sua construção, ainda hoje, não é totalmente controlada; • Aluguer e subaluguer; • Sobrelotação dos alojamentos; • Ocupação de casas devolutas; • Segregação habitacional; • Fixação na freguesia está relacionada com características específicas do seu parque habitacional; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Impacto nefasto sobre o sistema de ensino: sobrecarga dos equipamentos e dos professores – influência negativa nas condições de aprendizagem; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na vida social da freguesia através do envolvimento nas actividades das associações culturais e desportivas que constituem instrumentos facilitadores da integração das gerações descendentes; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afastamento e perda de população autóctone; (pág.4, 6-7) • Desequilíbrio entre recursos e necessidades,

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
		<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança; • Criminalidade; • Prostituição; • Imigrante como factor de desvalorização económica e social do espaço; (pág.53) • Imigrante percebido como factor de desequilíbrio orçamental e fonte de problema ao ocasionar uma pressão sobre os recursos disponíveis e sobre a gestão autárquica; (pág.22) 	<p>introduzindo uma clara perturbação na gestão local. Os imigrantes ilegais são residentes consumidores e não residentes contribuintes; (pág.1-2)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valores e hábitos culturais provocam problemas à gestão pública; (pág.1-2) • Insegurança pública; • Criminalidade organizada ou não;
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo das primeiras gerações; • Insucesso e abandono escolar; 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de habitação condigna; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insucesso e abandono escolar associados sequencialmente aos comportamentos desviantes das gerações descendentes; (pág.38) • Insucesso escolar associado à falta de vontade de estudar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de integração social – inadaptação cultural; 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Más condições de habitabilidade; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abandono e insucesso escolar; • Desajustamento do sistema de ensino ao número, diversidade e características dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerações descendentes apresentam necessidades particulares;

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande investimento na construção e melhoramento de edifícios escolares; • ATL – criado numa perspectiva de apoio à família; • Acção social escolar – fornecimento de refeições quentes; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cedência de terrenos para a construção de centros de saúde; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fuga à resposta; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande aposta do Executivo nesta área reflectida de forma clara no investimento financeiro da autarquia; • Alargamento e requalificação do parque escolar; • Refeição quente; • Mediadores escolares, muitos deles formados pelas juntas de freguesia; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões; • Cursos de formação para jovens, muitos deles ministrados pelas juntas de freguesia; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – primeiro grande passo dado pela autarquia para combater a condição de exclusão dos imigrantes; • Programa Retorno – apesar da fraca adesão é importante diversificar as respostas; (pág.24) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento e melhoria do parque escolar; • Acção social escolar – fornecimento de refeições quentes ao primeiro ciclo; (pág.12) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões. Resposta direccionada às gerações descendentes com problemas de insucesso e abandono escolar; <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Concessão de apoios;

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
<i>Questionamento das intervenções realizadas Efeitos colaterais</i>	<ul style="list-style-type: none"> Políticas sociais públicas geradoras de injustiça social. O Estado continua a ser um contribuinte líquido para os cidadãos; (pág.13) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realojamento nalguns casos resulta numa perda de espaço habitacional; Não acompanhamento do realojamento; 	<ul style="list-style-type: none"> Frequência dos equipamentos sociais dá lugar a situações de injustiça susceptíveis de criar mau estar social; (pág.52-53) Discordância da criação do serviço da OIM, pois obvia a legalização e não faz cumprir a lei quanto aos prazos de permanência, além do que se sobrepõe às funções informativas e de enquadramento legal das Juntas; (pág.28) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realojamento – palco de injustiça social entre os cidadãos que compram casa e aqueles a quem a Câmara cede uma casa; (pág.11, 17-19, 38, 54-55) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desadequação dos projectos às reais necessidades do meio. Inutilidade de alguns programas de formação profissional; (pág.21) 	<ul style="list-style-type: none"> Perspectiva utilitarista e economicista dos projectos. Má rentabilização dos recursos. Existem projectos cuja concepção não têm por base um levantamento real das necessidades; (pág.17) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> As limitações físicas do concelho levam a que os realojamentos em curso se façam em massa, conduzindo a novos fenómenos de segregação habitacional e exclusão social. Tal facto decorre de o PER ser um programa exclusivamente de âmbito local; (pág.13)
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> Objectivos alcançados acima das expectativas mas não especificamente para estas populações; Os objectivos, neste domínio, centram-se exclusivamente no sector da habitação – desenvolvimento do PER; (pág.4) 	<ul style="list-style-type: none"> Não tem. A integração ocorre naturalmente, sem intervenção institucional; (pág.41) 	<ul style="list-style-type: none"> Em toda a área social, têm sido alcançados alguns objectivos. Apologia de políticas integradas e transversais; Política social local tem concedido prioridade à terceira idade, em detrimento da juventude;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias</p>	<p>Locais</p> <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Acesso directo a fundos estruturais no domínio da formação; 	<p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Candidatura a programas comunitários realiza-se via governo central. Papel centralizador e mediador do governo central em relação à União Europeia; (pág.18);

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> Desconhece; 	Locais: <ul style="list-style-type: none"> Centro de Saúde; Centro Regional de Segurança Social; Associações – debilidade técnica colmatada com o apoio da Junta; 	<ul style="list-style-type: none"> Proliferação e descoordenação institucional – perspectiva utilitarista e economicista dos projectos; Não se identificam parceiros que expressamente não colaboram. Existem parceiros que, no entanto, não aparecem quando são chamados a colaborar; (pág.28) Locais: <ul style="list-style-type: none"> Associações de bairro; Nacionais: <ul style="list-style-type: none"> Banco Alimentar;
<i>Regime de colaboração</i>	<ul style="list-style-type: none"> Desconhece 	Informal: <ul style="list-style-type: none"> Casuísticas e pontuais; 	Formal Informal
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> Fuga à resposta; 	<ul style="list-style-type: none"> Não. As acções realizadas neste domínio inscrevem-se nas grandes rubricas; 	
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes: <ul style="list-style-type: none"> Conhece a sua existência, embora desconheça o vereador responsável e o trabalho desenvolvido por este órgão; Desconhece todos os outros órgãos; 	Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes: <ul style="list-style-type: none"> Desvalorização da acção do Pelouro e do Gabinete das Minorias – acção irrelevante e superficial; (pág.30) Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes: <ul style="list-style-type: none"> Não apologia da existência do Conselho Municipal. A dimensão destes órgãos retira-lhes a funcionalidade; (pág.30) 	Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes: <ul style="list-style-type: none"> Inoperância, falta de importância e visibilidade política deste órgão; Gabinete de apoio às Minorias: <ul style="list-style-type: none"> Limitações de natureza técnica a condicionarem o sucesso das acções. Está em fase de reconversão; (pág.14)

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta sensibilidade e vontade política para alterar a legislação; • Políticas sociais públicas geradoras de situações de injustiça social que, conseqüentemente induzem a reacções comunitárias desfavoráveis aos imigrantes e minorias étnicas; (pág.12) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distanciamento do poder central face aos problemas com que o poder local se confronta – desarticulação entre as escalas central e local do poder; • Falta de autonomia do poder local; • Tentativa frustrada de criar respostas para os problemas das gerações descendentes – espaço de confronto e conflito entre o poder local e o poder central, independentemente do partido que estiver no governo; (pág.7, 10) • Incapacidade do Estado para fazer cumprir aquilo que determina; (pág.12) • O Estado é contribuinte líquido para os cidadãos. Ao não exigir nada em troca dos recursos que recebe, desmotiva a integração no mercado de trabalho, contribuindo para que estas populações se mantenham numa situação de exclusão; (pág.12-13) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação que impossibilita a criação de respostas aos adolescentes e jovens que abandonam o sistema escolar; (pág.7) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão e natureza dos problemas – desfasamento entre recursos e necessidades; • Papel dos media enviesado e tendencioso; (pág.8, 10, 15-16, 36); <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limitações financeiras da autarquia e das juntas de freguesia; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Herança dos executivos CDU – laxismo do poder local; (pág.56-57) • Culpabilização do sistema político-partidário pela situação actual dos imigrantes e das minorias étnicas; Interesses políticos em situação de bipolaridade/alternância governativa. Hipocrisia político-partidária – jogos políticos, ausência de critérios, falta de coerência, desfasamento entre teoria e prática; (pág.44-45, 47-48) • Alheamento e falta de investimento político na resolução das questões ligadas à imigração. Falta de coragem e vontade política; (pág.10-11, 48-49) • Ausência de uma política nacional de regulação de fluxos migratórios; (pág.11-13) • A omissão do Poder Central relativamente à regulação de fluxos conduzirá, em situação de recessão económica, a um crescimento do desemprego, criminalidade, insegurança e prostituição; (pág.28-29) • Demissão do poder central face à imigração – os sucessivos governos não têm tomado medidas estruturais com impacto real nos verdadeiros problemas. A omissão do Estado nesta matéria faz recair sobre o poder local os respectivos efeitos; (pág.11-13, 49-50) 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Herança do executivo CDU – ideologia política e interesse político-partidários; (pág.5, 18-19) • Ausência de uma política de imigração a nível nacional. Apologia do controlo da imigração através de regulação de fluxos; (pág.21-22) • Ausência de uma política de imigração nacional cria imensas dificuldades à acção do poder local destinada à integração destas populações, tendo igualmente um impacto muito negativo a nível comunitário; (pág.26-28) • Existência de lóbis a nível político e económico; • A regulação dos fluxos é tomada como condição <i>sine qua non</i> para uma política de integração bem sucedida a nível nacional e local. Subjaz a apologia do sistema de quotas assente sobretudo em critérios culturais e da necessidade do mercado de trabalho; (pág.22-23) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Laxismo, incúria e desresponsabilização do poder central e local face aos problemas habitacionais do concelho; (pág.5) • Ausência e insuficiência de trabalho de terreno realizado por assistentes sociais. Sobrevalorização do trabalho de gabinete leva à inexistência de diagnósticos reais dos problemas levando à criação de respostas desterritorializadas; (pág.14, 15) • Proliferação e descoordenação institucional e associativa a nível local; (pág.17) • Desarticulação entre as várias escalas do poder; (pág.23, 26) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilegalidade condiciona as práticas públicas potenciadoras de integração. Constitui, por isso, o primeiro obstáculo à aplicação de uma política

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
		<p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade da autarquia para resolver por si só o problema da habitação destas populações. A solução inscreve-se a nível supra-local; (pág.5) • Laxismo do Estado levou à guetização, sendo esta a raiz das dificuldades de integração destas populações. O Estado, ao não intervir, deixou os problemas crescerem e acentuar-se a segregação habitacional e a exclusão social destes imigrantes; (pág.6-7) • Falta de competências da autarquia e das juntas de freguesia; • Processo de decisão integra um desfasamento entre os actores com poder de decisão e os actores com poder de execução; (pág.12-14) • Desarticulação entre o poder central e o poder local; (pág.20) • Lei nacional condiciona a frequência escolar à área de residência o que potencia a concentração e segregação no espaço escolar; • Localização dos equipamentos escolares na proximidade dos bairros degradados condiciona a interacção social das crianças; • Desorganização, incapacidade executiva e fiscalizadora do Estado – o Estado não tem capacidade de fazer cumprir o que estipula através da lei. Transmite uma imagem de entidade frágil e facilmente contornável pelos cidadãos, entidade que pode ser facilmente ludibriada e enganada; (pág.35, 37, 49) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação vigente é permissiva relativamente ao processo administrativo para obtenção do atestado de residência permitindo a vinda sucessiva de imigrantes ilegais num sistema de <i>bola-de-neve</i>; (pág.24-25, 49) • A ilegalidade é factor de desequilíbrio das finanças locais, uma vez que as transferências financeiras para as juntas de freguesia se baseiam no quantitativo de 	<p>integradora; (pág.10, 27)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imposição legal da idade mínima para a frequência da Escola das Profissões leva à impossibilidade de abranger grandes quantitativos de adolescentes que abandonaram o sistema escolar; (pág.12) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura como factor fortemente impeditivo do processo de integração; (pág.2-3) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auto-exclusão; (pág.7-8) <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel determinante dos factores de natureza macroestrutural nas realidades locais. Dinâmicas globais a reflectirem-se e a condicionar o nível micro; (pág.22-23); • Ligações entre o poder económico e o poder político – enfraquecimento do estado – impotência do poder político em consequência do processo de globalização; (pág.21-23) • Sistema económico neo-liberal; • União Europeia é, para Portugal, um mediador da globalização;

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
		<p>população recenseada;</p> <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura como elemento dificultador da integração – falta de entendimento intercultural; (pág.1-2, 4) • Papel contraproducente dos media neste campo. A pressão latente dos meios de comunicação junto dos responsáveis leva ao marketing político sem correspondência real; (pág.9-10) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de vontade dos imigrantes para se integrarem. Auto-exclusão – culpabilização dos imigrantes pela não integração e desculpabilização da sociedade de acolhimento que, em seu entender, já proporciona condições de integração; (pág.8, 34, 36, 39) • Estereótipos ligados à insegurança – reacções comunitárias adversas; (pág.36-38) • Sentimento de injustiça social por parte da população autóctone relativamente às práticas políticas em prol destas populações contribui para a animosidade social; (pág.11, 17-19, 52-54) • As finalidades subjacentes à acção de algumas associações nem sempre contribuem para a integração destas populações; (pág.40, 56) <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse das embaixadas; (pág.41-42) 	

	Entrevistado 26	Entrevistado 27	Entrevistado 28
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem. Tratamento é, preferencialmente igual para todos. Apologia de medidas generalistas baseadas na linearidade da igualdade de oportunidades; • PER – restringe a ação da autarquia, neste domínio, à área da habitação; (Pág.4) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem, nem tem que ter, não se justifica, não faz sentido que exista. Ideia de que a integração deve resultar do empenho de cada um e não de uma intervenção institucional; (pág.51) • O poder local não tem que solucionar problemas que o poder central deixou criar por omissão sua, ou por se ter demitido do seu papel regulador; (pág.51) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem algumas políticas. As que são possíveis dentro dos condicionalismos globais; (pág.23) • Apologia da diversidade de respostas; (pág.24)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<ul style="list-style-type: none"> • São reconhecidas apenas vantagens na criação de respostas específicas relacionadas com a aprendizagem da língua portuguesa e da alfabetização; • Apologia genérica de políticas globais e transversais; 	<p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discriminação positiva pode fazer aumentar ou reforçar os sentimentos de injustiça e o mal-estar social; (pág. 11, 17-19, 52-53) 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teria vantagens, desde que enquadrada numa política de imigração nacional e com o reforço da função reguladora do Estado neste domínio; (pág.25-26)

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
<p><i>Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande quantitativo de imigrantes; • Diversidade de origens mas com supremacia clara dos cabo-verdianos; • Recentemente, fluxos significativos de imigrantes de leste; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração espacial em certas zonas do concelho, sobretudo no caso dos africanos; • Imigrantes de Leste mais dispersos no território; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Radicação em bairros de barracas; • Sobrelotação das residências; (pág.2) • Construção de barracas por pessoas indemnizadas através de processos de realojamento de outros concelhos; (pág.3) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apologia da criação de dificuldades na aquisição de nacionalidade, como forma de dificultar o acesso aos direitos de cidadania que permitem a participação e representação política destes cidadãos. Dado o peso demográfico dos imigrantes africanos e das suas taxas de natalidade, eles podem, no futuro, comprometer o controlo político da autarquia por parte da população autóctone; (pág.18) <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na Assembleia de freguesia (no passado); • Participação no Executivo da junta (no presente); 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Predominância de oriundos dos PALOP, sobretudo de Cabo-Verde; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Radicação desde o início em bairros de barracas num processo de substituição dos migrantes internos; (pág.5) <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensão diminuta; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tráfico e consumo de droga; • Prostituição; • Violência; • Roubos; • Marginalidade;

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
	<p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proliferação contínua de bairros degradados; • Insegurança; • Tráfico e consumo de droga; • Perturbação social; (pág.2) 	
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • A ilegalidade, falta de trabalho e de habitação são determinantes na emergência dos problemas que afectam estas populações; (pág.1-2) <p>Habitacionais</p> <p>Profissionais</p>	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Residem em habitação degradada, sem saneamento básico e em espaços muito exíguos; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não frequência do pré-escolar; • Percurso escolar dificultado pelos valores e padrões culturais e os estilos de vida dos progenitores; (pág.2, 5); <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua; • Desenraizamento cultural; • Destruturação familiar; • Maternidade precoce – famílias monoparentais; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casos de grande carência económica: fome;

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle mal sucedido da instalação de barracas na década de 80; (pág.3) • PER; • Programa Retorno – polémico – foi reprovado pela CDU; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento da rede escolar; • Requalificação do parque escolar; • Acção Social Escolar – promoção de projectos e programas para públicos com grande carência social; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação da Escola das Profissões – não tem tido os resultados esperados; <p>Cidadania: <i>Movimento associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Concessão de apoios; 	<ul style="list-style-type: none"> • As intervenções da autarquia têm subjacente a valorização cultural das populações residentes em território concelhio; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prioridade do Executivo inscreve-se nesta área; • PER – realojamento efectua-se por imperativos do programa de acessibilidades – construção da CRIL; (pág.4) • Programa Retorno; • Apologia do modelo misto de realojamento como veículo de integração; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requalificação e reequipamento do parque escolar; • Alargamento do pré-escolar. O investimento no pré-escolar é apresentado como uma medida preventiva da exclusão uma vez que proporciona a aprendizagem da língua e uma melhor inserção social e escolar, contribuindo para a diminuição do insucesso e abandono escolar. A autarquia atribui-lhe, por isso, estatuto prioritário; • Acção Social Escolar – fornecimento de refeição quente a crianças carenciadas; • PAP – poder central retirou apoio – falta de recursos humanos/técnicos;
<i>Questionamento das intervenções realizadas Efeitos colaterais</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A adopção do modelo actual de realojamento é percebido como causador de injustiça social – contrapõe o modelo de auto-construção; (pág.7) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A nível da formação profissional – emergência de profissionais da formação profissional; (pág.5-6) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realojamento – CMA transforma-se num grande senhorio sem condições orçamentais para suportar despesas de manutenção do parque habitacional;

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, mas o alcance dos objectivos a nível local também depende da acção do poder central; (pág.12)
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Via governo central e no âmbito de projectos; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundos obtidos através de alguns programas e projectos;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações percebidas como mediadoras entre os bairros habitados por imigrantes e a autarquia e as juntas de freguesia; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actores nacionais com actividade difusa e superficial, sem correspondência prática – ACIME; (pág.13) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade civil – papel muito apagado neste domínio; (pág.12) <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações de bairro desempenham um papel de substituição e complemento do Estado na resposta às necessidades destas populações (creches, ATL's); • Empresas imobiliárias – cedência compulsiva de espaço para habitação social – espaço de eventual promiscuidade entre autarquia e investidores imobiliários; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Embaixadas; • SEF; <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Autarquias dos países de origem – geminações; • OIM;

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
<i>Regime de colaboração</i>	<p>Formal</p> <p>Informal</p>	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Através de protocolo; <p>Informal</p>
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	Sim;	<ul style="list-style-type: none"> • Não. As verbas que suportam as acções de que são beneficiárias estas populações estão contempladas nas grandes rubricas mas não de forma discriminada;
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desempenho pouco satisfatório porque se trata de uma área onde é difícil obter resultados a curto prazo; • Desconhece se ainda existe; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda existem muitas mudanças a realizar na estrutura organizacional da autarquia para que se possa ter maior eficácia no alcance dos objectivos; <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes</p> <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes</p>

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
<p><i>Dificuldades/ obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaço físico para acolher, em condições de habitabilidade dignas, tanta população; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limitações económicas da autarquia; • Incapacidade financeira das juntas de freguesia; • Recursos transferidos para as juntas são consumidos quase na totalidade pelas despesas de pessoal e de manutenção de viaturas e equipamentos, ficando muito pouco para outras actividades; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partidarização do aparelho de estado; • Partidarização das questões relacionadas com a imigração; • Favorecimento das câmaras municipais com a mesma cor política, pelo governo central; • Falta de condições políticas de governabilidade – governos minoritários; • Dificuldade de obter resultados a curto prazo, neste domínio, condiciona o investimento político nesta área; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de colaboração interinstitucional e intermunicipal a nível regional no processo de realojamento; (pág.4) • Falta de articulação entre o executivo da autarquia e o executivo das juntas; (pág.8) • Falta de competências da autarquia; • Falta de articulação entre o executivo local e a administração central; • Não envolvimento da juntas de freguesia e da população alvo na resolução dos problemas; (pág.15-16) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hábitos culturais e estilos de vida diferentes; (pág.2-3) 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ideologia e interesses político-partidários como elementos diferenciadores das práticas políticas (culpabilização dos Executivos CDU pelo crescimento dos bairros degradados). As intervenções são delineadas de acordo com a “política da política” (pág.2-3); • Carácter superficial e reactivo das intervenções – é necessário que as políticas públicas para a integração se traduzam em intervenções de carácter preventivo e estrutural; (pág.2, 6) • Intervenções paternalistas, desresponsabilização das pessoas – necessidade de estimular o <i>empowerment</i>; • Falta de sensibilidade do governo central para a realidade local da Amadora – atendendo às marcas de territorialidade do concelho, este deveria ser alvo de uma discriminação positiva por parte do governo central, devendo ser considerado território de intervenção prioritária e objecto de uma maior descentralização de verbas; (pág.9) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estado de desenvolvimento do concelho – forte carência a nível de equipamentos sociais – creches, centros de saúde, escolas; • Incapacidade do poder local para fazer vingar junto do poder central as suas sugestões; (pág.10) • Falta de articulação entre os poderes local, regional e nacional – Os problemas da Amadora exigem que as respectivas soluções tenham de ser encontradas num quadro alargado às várias escalas do poder; (pág.13)

	Entrevistado 29	Entrevistado 30
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Tem uma política transversal; • As acções realizadas pela autarquia são planeadas e desenvolvidas em áreas estruturais; (pág.8) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há uma política especificamente direccionada para estas populações muito embora dada a situação de desfavorecimento social em que se encontram, sejam elas as principais beneficiárias das intervenções destinadas a populações carenciadas; (pág.8, 13-14) • Não se privilegia a intervenção junto de um ou de outro grupo populacional, direccionando-se à totalidade da população; (pág.14-15) • As intervenções da autarquia desenvolvem-se em áreas que abrangem os principais problemas destas populações; (pág.6)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Discurso incongruente – apologia de políticas de controlo de entradas surge em simultâneo com “obrigação” de acolher imigrantes; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas transversais e não discriminatórias; • As vantagens de uma política específica direccionada a estas populações apenas são reconhecidas ao nível informativo; (pág.14)

POLÍTICOS DO EXECUTIVO

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
<p><i>Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muita imigração ilegal; • Origens geográficas e pertenças sócio-culturais e económicas muito diversificadas; • Imigração de Leste tem aumentado progressivamente nos últimos 5 a 8 anos. Tem problemas e zonas de fixação diferentes; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade da capital/ mercado de trabalho; • Terrenos livres da Fazenda Pública; • Inexistência de fiscalização (pág.17-18) <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grandes assimetrias entre as freguesias; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação das residências e dos bairros de fixação; • Segregação habitacional; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos difíceis e pesados; • Grande carga horária; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionada pela ilegalidade; • Quase não acontece; • Estimulada por alguns partidos; • Mais nas gerações descendentes; • Acção direccionada aos seus problemas; (pág.11) 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento contínuo da imigração ilegal; • Inexistência de dados estatísticos concretos sobre o número de imigrantes; • Carácter volúvel e irregular da imigração; • População muito móvel; • Supremacia da imigração de origem africana e, no seio desta, dos imigrantes de Cabo Verde, presentes em todos os bairros degradados; • Imigração africana (sobretudo cabo-verdiana) é a mais numerosa e a mais necessitada e conseqüentemente, aquela que mais solicitações dirige ao poder local; • Relações inter-étnicas difíceis; (pág.8-9) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença muito visível a nível empresarial no concelho de indianos e chineses sem qualquer correspondência a nível da relação com a autarquia; (pág.8) • Substituição dos africanos pelos imigrantes de Leste a nível laboral devido à diferença das qualificações, motiva alguns conflitos; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A falta de representação política destas populações, mesmo junto da autarquia, é associada à falta de entendimento e articulação entre as associações; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte das unidades do movimento associativo funcionam e trabalham muito bem; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Toxicoddependência associada aos bairros degradados; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande diversidade da pertença étnica dos imigrantes e minorias étnicas radicados no concelho; • Importância localizada da etnia cigana. Relevo para as especificidades culturais dos ciganos e para as suas dificuldades de integração; (pág.1) <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença irregular das populações imigrantes e minorias étnicas no território do concelho, que leva a que as repercussões sejam mais notórias numas zonas do que noutras; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande visibilidade da realidade migratória e da problemática da integração no espaço escolar; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento das situações de carência – pressão e rarefacção sobre os recursos; • Captação da atenção dos poderes públicos;

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
<i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i>	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Habituação (apresentada como a chave da resolução de todos os problemas; pág.15) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Insucesso e abandono escolar derivados da situação familiar: crianças rejeitadas, com carências alimentares; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adaptação cultural; Gerações descendentes têm problemas mais difíceis de resolver); <p>Profissionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades diferem consoante a proveniência étnica, tempo de permanência: africanos solicitam prioritariamente habitação, os imigrantes de Leste procuram essencialmente encaminhamento a nível da legalização; 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Habituação; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Insucesso, abandono escolar – as condições de vida dos pais reflectem-se nas condições de aprendizagem dos filhos; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desorganização familiar; Marginalidade e exclusão dos descendentes; (pág.11) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ilegalidade e Emprego (precariedade dos vínculos) – surgem como variáveis estruturais que impedem determinantemente sobre todo o processo de integração destas populações, inclusive até dos descendentes; (pág.9)
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<ul style="list-style-type: none"> Fuga – retórica política; (pág.1-2) <p>Habituação:</p> <ul style="list-style-type: none"> PER (absorve grande parte do orçamento); <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> PAP; Acção social escolar (refeição quente); 	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento político da importância do trabalho técnico na realização das intervenções neste domínio; (pág.23-24) <p>Habituação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prioridade de primeiro plano; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Prioridade de primeiro plano; 	<p>Habituação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realojamento – o trabalho social nos bairros degradados não se vê mas existe; (pág.39) PER – modelo misto de realojamento com a localização integrada de equipamentos e serviços; PER-Famílias; Programa Retorno – medida específica da autarquia para pessoas originárias de outros países; Pouca adesão; (pág.13) PAAR – destinada às populações migrantes

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
	<p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola Intercultural e das Profissões; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Através de protocolo com uma associação, apoia campanhas de sensibilização e prevenção da Sida e da toxicodependência, bem como a vacinação; • As competências da autarquia neste domínio limitam-se à cedência de espaços físicos e à edificação dos equipamentos onde funcionam os centros de saúde; • Apoio logístico a actividades do programa “Cidades Saudáveis” no âmbito da saúde mental; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaboração no programa EQUAL; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao movimento associativo essencialmente de natureza logística na realização de eventos pontuais, nomeadamente culturais; (pág.4) 	<p>portuguesas; (pág.14)</p> <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço do pessoal colocado pelo Ministério da Educação (mediadores e animadores); • Práticas educativas de natureza socializadora e normativa; (pág.4) • Requalificação do parque escolar; • Aumento da rede Pré-escolar; • PAP – projecto de apoio psicossocial; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões;
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i> <i>Efeitos colaterais</i></p>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo adoptado de realojamento é inadequado ao estilo de vida das populações realojadas; (pág.16-17) • Sobrecarga incomportável em termos de gestão pública; 		<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Negócios do realojamento – oportunismo – grande dificuldade e complexidade da gestão do processo; • Entraves de natureza técnica e arquitectónica; • Lacunas na preparação do realojamento; (pág.39)

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
<i>Objectivo da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiguidade na resposta; • Nalguns sectores existem noutros não; • Faz coincidir os objectivos com os projectos; (pág.2-3, 15) 	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda há muito para fazer neste domínio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Concluir o PER até 2009; • Concluir a rede do pré-escolar; • Terminar a requalificação do parque escolar do 1º ciclo, aumentar o número de creches; (pág.24)
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento local; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto "Cidades Saudáveis"; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A grande fatia dos recursos provém do orçamento local; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provenientes das parcerias transnacionais firmadas através dos programas comunitários; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centrais; • Projectos e programas na área social (Escolhas, Equal); <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projectos e programas na área social (EQUAL);
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MNE; • MAI/ SEF; <p>Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OMS; • CM do Tarrafal – gemação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Vários, no âmbito do programa EQUAL; • Ênfase na articulação com os actores locais em detrimento dos actores nacionais. Trabalho diminuto de outras instituições da sociedade civil nesta área; • Existem muitas associações mas poucas a trabalhar em parceria. Individualismo institucional; <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Juntas de Freguesia; • Associações locais de imigrantes; • Registam-se diferentes potenciais de colaboração das associações com a autarquia, dependendo esse facto dos elementos que integram os corpos directivos dessas associações; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Social; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centros de Saúde; • IPSS inclusive de vocação religiosa • Associações locais; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança Social;

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
<i>Regime de colaboração</i>	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> Em parceria formalizada nos programas e projectos; <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> Informalmente em cadeia numa perspectiva de encaminhamento dentro das competências de cada uma das instituições; 	<ul style="list-style-type: none"> As parcerias são tomadas como fontes de financiamento e instrumentos absolutamente necessários para a concretização de acções; (pág.17) <p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> Algumas parcerias são firmadas através de protocolos formais mesmo no caso de algumas associações; 	<ul style="list-style-type: none"> Parcerias locais e nacionais no âmbito de projectos;
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ambiguidade na resposta – sim e não (pág.5); 	<ul style="list-style-type: none"> Não. As respostas que envolvem estas populações estão integradas nas grandes rubricas, à excepção do “Dia de África”; 	<ul style="list-style-type: none"> Não. Integrado nas grandes rubricas orçamentais;
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação do Pelouro Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes. Perspectiva paternalista do pelouro. Desvalorização política deste organismo no quadro institucional da autarquia; (pág.9-10) A sua criação é associada à pressão exercida pelas Associações e à especificidade dos problemas com que estas populações se confrontam; (pág.9-10) É-lhe atribuído o papel de interlocutor institucional directo junto das populações e dos seus representantes; (pág.9-10) Reconhecimento da falta de expressão, visibilidade e afirmação institucional, em virtude do tratamento das questões ser necessariamente transversal; (pág.9-10) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> Criação do Conselho Municipal; (pág.10-11) 	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> A criação do Pelouro foi motivada pela importância quantitativa de imigrantes e minorias étnicas no concelho e pela vontade de lhe conceder a respectiva visibilidade institucional; (pág.14-16) Pelouro das Minorias Étnicas desenvolve a sua acção a nível da prevenção da saúde, sensibilização ambiental, cultura e desporto; O Pelouro não tem órgãos executivos e serviços específicos. Mantém-se por motivos de visibilidade institucional, facilidade de identificação e contacto por parte das pessoas; (pág.14-16) Actividades esporádicas com visibilidade mediática. Ausência de actividades regulares de natureza estrutural; Acção transversal e pluri-sectorial – tem essencialmente uma função de encaminhamento baseada na ideia de uma intervenção integradora; (pág.12) 	<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Gabinete de Apoio às Minorias criado no 1º mandato do PS e extinto no segundo. Justificação da extinção associada à sobreposição e dificuldade de articulação dos serviços, bem como à indissociabilidade e transversalidade dos problemas sociais e das suas respostas; (pág.20)

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
		<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Gabinete das Minorias Étnicas no primeiro mandato do PS e sua erradicação no segundo. O espaço físico foi eliminado, os recursos humanos a ele afectos foram redistribuídos pelo GIS e pelo DEC. Apesar da eliminação da estrutura, considera-se que se continua a trabalhar nesta área; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A inoperância do Conselho Municipal é justificada pela dinâmica conflitual e desarticulada do movimento associativo; (pág.31) 	
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros – habitação absorve toda a atenção e esforço financeiro; (pág.19-20) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não envolvimento das pessoas na concepção das respostas; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho técnico quase impenetrável; <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilegalidade leva à auto-defesa, retracção e resistência; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura surge como obstáculo à integração; • Degradação e sobrelotação das zonas de fixação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Circularidade, interdependência e multidimensionalidade dos problemas relacionados com exclusão social – pobreza, toxicod dependência, violência, criminalidade, marginalidade; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de recursos técnicos que levam à incapacidade de fazer cumprir a legislação; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação intrainstitucional – estrangulamentos e disfunções entre departamentos da autarquia; (pág.2) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização dos obstáculos de natureza social em detrimento dos obstáculos de natureza étnico-cultural; (pág.26) 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos económicos e, por consequência, de recursos técnicos que comprometem o desenvolvimento e continuidade das acções territorializadas; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção do Executivo anterior no domínio da habitação; (pág.6) • Âmbito restrito do espaço público – défice de cidadania; (pág.11) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ilegalidade – dificulta ou impossibilita o desenvolvimento de trabalho com estas populações; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Burocracia - surge como variável que influencia

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
			<p>negativamente a resolução dos problemas; (pág. 24, 36)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de autonomia autárquica e de descentralização dos poderes surge como condicionante à tomada de medidas que potenciam a integração; (pág. 35) • Dificuldades de implementar lógicas de poder <i>bottom-up</i> – medidas territorializadas. Escola dos 12 aos 15 – não obtenção de apoio do poder central para a sua criação; (pág.25-26, 29-30) • Estado demasiado hierarquizado e centralizado – estruturas intermédias sem autonomia; • Indefinição de competências em determinados níveis à escala micro-local – Câmaras, Juntas de Freguesia; (pág.39) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cultura/ Valores/ Representações – variáveis que impendem positiva ou negativamente no processo de integração; (pág.5)

	Entrevistado 31	Entrevistado 32	Entrevistado 33
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Tem alguns programas mas não tem uma política; (pág.19-21) • Contradições; (pág.5) • À apreciação das respostas prestadas pela autarquia, nesta área subjaz a ideia de aprendizagem institucional na forma de como lidar com esta realidade. Ideia de percurso faseado com avanços e retrocessos; (pág.9) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fase de transição. Indefinição da acção autárquica neste domínio com reflexos no próprio enquadramento institucional. Macro-estrutura encontra-se em reformulação; (pág.27) • Ausência de orientações políticas superiores; • Ambiguidade assumida; (pág.28) • Hesitações, incongruências; • Não há um plano de actividades que enuncie um trabalho regular com estas populações. No plano de acção da autarquia são mencionadas actividades esporádicas de carácter comemorativo e recreativo, destinadas a estas populações; (pág.29) • A transversalidade da problemática dos imigrantes e minorias étnicas justifica a inexistência de um tratamento específico e, conseqüentemente a existência de uma estrutura institucional que sirva de suporte a esse trabalho; (pág.1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Política mista de base generalista com algumas medidas pontuais direccionadas para imigrantes e minorias étnicas (programa Retorno); (pág.31)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Contradições em torno da apologia do carácter específico ou transversal das políticas; (pág. 5, 9-10) <p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por se tratar de uma acção integrada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de medidas globais e transversais. Políticas específicas levam à compartimentação da realidade e, por isso, não têm sentido; 	<p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acha que há desvantagens – apologia de políticas generalistas e transversais sem visibilidade a nível organizacional. (pág.32-33); Entendimento de que as políticas específicas são contraproducentes à efectivação de uma verdadeira integração;

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<p><i>Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Boom</i> migratório a partir de 1975. Iniciado numa primeira fase pelos retornados e depois, pelos imigrantes; • Grande importância numérica dos imigrantes provenientes dos PALOP, embora com largo domínio dos cabo-verdianos; • Presença significativa de brasileiros; • Progressivo aumento dos imigrantes oriundos dos países de Leste; • Migrações de natureza económica; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Terrenos abandonados; • Ausência de autoridade, por razões políticas; • Apoio autárquico à fixação destas populações – construção de infra-estruturas e cedência de materiais – tiveram um efeito multiplicador; (pág.4) • Morosidade da justiça – ineficácia do Estado – na resolução de situações de ocupação ilegal da propriedade privada; (pág.5) <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes associados essencialmente à actividade da construção civil; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Muito frágil e com problemas a nível da transparência dos métodos, dos recursos e dos objectivos. Debilidades a nível da 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação directa entre a emergência e crescimento do núcleo urbano e a afluência contínua de fluxos migratórios internos e internacionais; • Migrações internacionais protagonizadas, em primeiro lugar (desde a década de 60), pelos cabo-verdianos e, depois, por imigrantes provenientes dos PALOP (sobretudo a partir da década de 80); posteriormente (década de 90) grande afluência de imigrantes oriundos dos países de Leste; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixa percentagem de cidadãos recenseados; • Baixa percentagem de votantes mesmo estando recenseados; • O desfavorecimento psicológico a que estas populações estão sujeitas é apresentado como justificação para a falta de motivação para o recenseamento e a votação; (pág.17) • A participação política aumenta nas gerações descendentes implicando um aprofundamento da ligação com o país de acolhimento, a conquista e assumpção de um outro estatuto; (pág.18) • A participação e representatividade política destas populações não correspondem à sua dimensão; • A participação política processa-se a nível da comunidade local quando há um interesse generalizado pelas questões que lhes diz respeito, nos órgãos de 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande importância numérica (50 a 60 mil estrangeiros); (pág.1) • Origens muito diversas mesmo quando são oriundos do mesmo país; (pág.3) • População heterogénea – fortes divergências entre si; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permissividade do poder político associada a interesses político-ideológicos; (pág.3) • Redes sociais e familiares; • Proximidade de Lisboa; • Ausência de autoridade por parte do exército; • Criação de infra-estruturas pela autarquia; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço habitacional organizado em função da origem geográfica; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não aderiram aos processos de recenseamento, o que se justifica pela instabilidade a nível da legalização, pela falta de competências linguísticas a nível da fala e da escrita; (pág.2) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insegurança; 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Predominância dos imigrantes provenientes dos PALOP; • Diferentes fases do fenómeno definidas com base na origem nacional dos imigrantes; (pág.1) • Supremacia numérica dos imigrantes naturais de Cabo Verde; (pág.2) • A presença de brasileiros e de imigrantes do Leste só se torna importante no final da década de 90; • Migrações – fenómeno estrutural no concelho – migrações internas; imigração; • Associação da radicação de imigrantes ao processo de suburbanização e ao modelo e estágio de desenvolvimento do País; • Predominância das migrações de tipo económico; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade da capital/mercado de trabalho; • Redes migratórias; • Ausência e conflito de autoridade; • Ambiguidade e indefinição da pertença administrativa do espaço físico; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segregação sócio-espacial – radicação desde o início em bairros de barracas; • Associação directa entre imigrantes/bairros degradados/ segregação habitacional/ exclusão social; (pág.19) • Migrações de substituição a nível

Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<p>representatividade; (pág.25-26)</p> <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pobreza; • Marginalidade; • Tráfico e consumo de droga; • Criminalidade; • Insegurança; (pág.45, 48) • Alguns destes fenómenos são associados aos comportamentos desviantes das gerações descendentes, motivados por um desenraizamento cultural e por sentimentos de revolta; • Reacções comunitárias negativas ao realojamento – receio, medo decorrentes da concentração espacial, da falta de policiamento e do desempenho desadequado da comunicação social – desencadeou a venda de casas por parte da população autóctone; (pág.18) • Reacções de rejeição da população autóctone associadas a alguma marginalidade; (pág.19) • Impacto negativo na esfera económica – repele investimentos produtivos e habitacionais; • Desvalorização do património; • Desvalorização económica e social do concelho; (pág.2-3) • Aumento da pressão sobre os recursos, aumento dos problemas sociais e criação de maiores problemas à gestão pública; (pág.57) 	<p>soberania, através dos partidos políticos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação política processa-se: a nível da comunidade de origem quando há um interesse particular nas questões que lhes diz respeito e efectiva-se através das associações; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade do movimento associativo – subsídio-dependência dificulta autonomia e independência; (pág.40, 41) 	<ul style="list-style-type: none"> • Imigração com fortes repercussões a nível social; (pág.1) 	<p>habitacional;</p> <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho não qualificado; • Construção e obras públicas; • Administração pública local e nacional; • Migrações de substituição a nível laboral; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estímulo ao <i>empowerment</i> através do meio associativo; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde pública; • Diminuição do rendimento escolar dos alunos que partilham escolas com descendentes de imigrantes (rejeição nas escolas/ apartheid social);

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Independentemente das intervenções realizadas ou a realizar nos vários sectores, opina que há problemas que não se resolvem no quadro do sistema vigente; (pág.6) <p>Habitacionais</p> <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicada como primeira necessidade; • Insucesso e abandono escolar – falta de articulação entre a escola e a família; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Centralização dos problemas decorrentes da imigração na desadaptação das gerações descendentes, nela radica a percepção negativa da sociedade de acolhimento local face à imigração; • Falta de competências sócio-linguísticas; • Falta de equipamentos sociais de apoio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Emergência de doenças associadas à falta de condições de habitabilidade – doenças sociais; (pág.7) <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação, ensino, formação. Programa Municipal de Educação adaptado às particularidades destas populações; (pág.4) • Abandono escolar; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração das gerações descendentes como resultado da falta de referências culturais dos jovens. Considera ser este o principal problema da Amadora; (pág.2) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inserção laboral destas populações associada ao modelo de desenvolvimento do país; 	<ul style="list-style-type: none"> • Variam segundo a idade; <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de competências linguísticas estão na base do insucesso e abandono escolar, da marginalidade e da dificuldade de inserção no mercado de trabalho; (pág.7) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em encontrar trabalho. Considera esta necessidade superior à de habitação porque a manutenção de uma casa depende dos rendimentos regulares obtidos através do trabalho; (pág.7) <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grandes carências económicas decorrentes das dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Associa este tipo de necessidade aos problemas de insegurança; (pag.7) 	<ul style="list-style-type: none"> • Concede importância à variável geracional na determinação das necessidades. Argumenta que existem claras diferenças entre as necessidades das primeiras gerações de imigrantes e os seus descendentes; (pág.19) <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Habitação – condições de vida; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Língua; • Sucesso escolar;

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não autorização da construção de barracas; • Demolições de bairros degradados associada à reabilitação da imagem da Amadora; (pág.43) • PER – processo muito complexo, em parte decorrente da desactualização do recenseamento e do oportunismo de alguns beneficiários; (pág.12-13) • PAAR; • Programa Retorno – participação exclusivamente municipal; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redimensionamento e equipamento do parque escolar (pré-escolar e 1º ciclo); • Proposta da escola dos 12 aos 15. Apologia de respostas diferentes para públicos diferentes; (pág.7-8) • PAP; • Fornecimento de refeições quentes; • Apoio a ATL's; • Apoio ao ensino da Música, Educação Física e Informática; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de alguns acordos com IPSS e Associações na área da prevenção; • Desarticulação entre a acção dos governos local central – os equipamentos são construídos e depois o governo central não reúne as condições para funcionarem – não cede recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • As orientações político-ideológicas influenciam as práticas políticas. Considera que os partidos políticos fazem diferentes aplicações da lei; (pág.36) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Erradicação de bairros de barracas procedendo, em simultâneo, à reconversão e requalificação da cidade; • PER justifica-se a reivindicação de um carácter de excepção para a Amadora traduzido numa discriminação positiva; (pág.6) • PAAR; • Programa Retorno – adesão crescente; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento e requalificação do parque escolar; • Fornecimento de refeição quente; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de terrenos para a edificação de centros de saúde; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – autarquia como entidade empregadora; (pág.11) <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A tomada de consciência dos direitos e deveres cívicos só se efectivará com uma aposta na educação e, por isso, os seus 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – associação do processo de realojamento à construção da CRIL – ao trazer mais recursos estabeleceu novas prioridades; (pág.6) • A acção do Executivo é muito impulsionada pelos problemas de insegurança; • Programa Retorno – foi sugerido pelas comunidades e aproveitado pelo PSD e PS e contestado pela CDU; (pág.6-7) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervenção ao nível exclusivamente logístico; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – cursos de formação profissional e criação de alguns postos de trabalho. <i>Feedback</i> muito positivo; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de envolvimento, participação e auscultação das populações realizada essencialmente através do Conselho Municipal; (pág.11) <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitas das acções realizadas pelo Executivo, inscrevem-se no âmbito de programas comunitários, têm repercussões nas áreas da Educação, Emprego, Cultura e de requalificação urbana; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infra estruturas – água, luz, esgotos – monopolizaram a atenção e o esforço financeiro da CMA, numa primeira fase. Justificação da actuação por respeito às competências atribuídas legalmente ao poder local e pelos riscos de saúde pública inerentes à ausência deste tipo de intervenção; (pág.5-6) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de escolas; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico, logístico e material às associações; • Estímulo à criação de associações e ao <i>empowerment</i> das populações – apologia de um modelo de gestão participada; (pág.12-14)

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<p>económicos e humanos;</p> <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de amas; • Escola das Profissões – carácter preventivo da acção; (pág.19, 20) • Formação profissional e ocupacional; • Estabelecimento de acordos entre a CMA e as empresas que se radicam no concelho, no intuito de direccionar a formação ministrada pela Escola das Profissões e os postos de trabalho criados; <p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tem de resultar do trabalho realizado pelas pessoas, têm de ser lugares conquistados por mérito próprio e não por serem de cor ou imigrantes. Integrar os imigrantes nas listas atendendo à sua cor é manipulação demagógica e tem efeito contraproducente em termos eleitorais. A própria comunidade africana não se revê nessas pessoas. As pessoas que integram as listas têm de defender interesses gerais e não só os das comunidades a que pertencem; (pág.26-28) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – mecanismo que evita apoios casuísticos e aleatórios. Tentativa de imparcialidade na atribuição de subsídios. Definição criteriosa de critérios de funcionamento e de opções de investimento; Permite o co-financiamento e co-responsabilização dos 	<p>resultados, só serão visíveis a longo prazo; (pág.17-19)</p> <p><i>Movimento associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – programa assente em critérios objectivos e imparciais. Não direccionista, não há discriminação positiva relativamente a nenhum tipo de associações; (pág.23-24) 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa URBAN – <i>feedback</i> negativo; (pág.11) 	

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<p>projectos; Constitui uma forma de selecção das associações na sequência das exigências das candidaturas; (pág.23)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação do movimento associativo através do Programa HORIZON na tentativa de responder às mutações do seu nos últimos anos; (pág.24) 			
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i> <i>Efeitos colaterais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de injustiça social passível de ser criado pelo desfasamento entre o Rendimento Mínimo e as reformas; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAAR – É difícil encontrar casas ao valor da portaria, pelo que muitas pessoas, não conseguem encontrar alternativas habitacionais. Insuficiência de financiamento. A insuficiência do apoio financeiro concedido pelo poder central limita a capacidade económica da CMA para conceder apoio financeiro a um número superior de habitantes, engrossando as listas de pessoas a realojar através do PER e obrigando à realização de realojamentos massivos; • Programa Retorno – Não comparticipação do Estado central. Este programa limita o ritmo e o número de apoios concedidos; • PER – a percentagem do financiamento do Estado Central inviabiliza a identificação de outras alternativas, o que acarreta outros custos não calculados e outros problemas sociais; • PER devia ser implementado à escala regional; • A construção de bairros de realojamento mantém a guetização, implica a 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – não leva em linha de conta os condicionalismos e características físicas do concelho e das populações nele residentes; (pág.5-6) • PER está desadequado face às actuais necessidades do concelho e às características das populações nele residentes (programa desterritorializado – lógica de poder <i>topdown</i>); • O modo como se opera o realojamento é percebido como um problema; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atrasos no PER por razões políticas camufladas pela falta de competências e de recursos financeiros, o que, consequentemente se traduziu numa má qualidade de vida do concelho. Considera ser esta uma das razões pelas quais a CDU perdeu as eleições autárquicas; (pág.5) • Princípios político-ideológicos influenciam a selecção dos bairros a realojar; (pág.5) • PER – o facto de o PER não ter sido concertado a nível regional agravou o caso da Amadora, também pelo facto de esta ter sido a última a aderir a este programa; (pág.6) 	<p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temática ausente do meio político-partidário;

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<p>construção de equipamentos sociais novos e a assumpção, por parte da autarquia e encargos permanentes na qualidade de senhoria, o que lhe retira capacidade económica para alargar a sua acção (pág.12)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Negócios ligados ao processo de realojamento – existem utentes beneficiários do PER que têm alternativa de habitação e há habitantes que negociam as chaves das barracas; • As respostas municipais no domínio da habitação são susceptíveis de criar um sentimento de injustiça social por parte da população autóctone (camadas mais jovens, reformados), o que pode ameaçar a estabilidade e coesão social e acarretar alguns custos políticos; (pág.13-14) • O governo central, ao ter apenas programas habitacionais para as pessoas residentes em barracas, fomenta também esses sentimentos; • Realojamento leva a que a marginalidade fique mais concentrada, havendo necessidade de uma maior actuação policial; (pág.46-47) <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os resultados das intervenções realizadas no âmbito dos programas nacionais e comunitários não reflectem o investimento neles efectuado. Identifica problemas a nível da concepção e das metodologias – desarticulação entre os técnicos nacionais e os técnicos locais e as instituições locais; Desperdício de recursos humanos e técnicos. Os locais seleccionados e as respostas implementadas nem sempre são as mais 			

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	correctas porque não estabelecem articulação com a esfera local; (pág.30)			
<i>Objectivo da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> Objectivos globais e transversais alargados a toda a população, embora os seus efeitos recaiam maioritariamente sobre as populações mais desfavorecidas: educação, habitação, apoio social, Escola dos 12 aos 15, creches, requalificação dos espaços degradados e alteração da imagem da Amadora; (pág.42) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um projecto transversal dirigido à totalidade da população residente. Já tem resultados mas só vai ter consequências a longo prazo; 		<ul style="list-style-type: none"> Modestos, em consonância com as competências legalmente definidas e os recursos; Criação de infra estruturas – foram maioritariamente alcançados;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> 70% do orçamento autárquico é investido em intervenções que beneficiam as minorias e os imigrantes, limitando a capacidade de investimento noutras áreas, dificultando a gestão dos recursos disponíveis; (pág.28-29) <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comparticipação nos programas comunitários; Programa Escolhas; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> URBAN; PROQUAL; 	<ul style="list-style-type: none"> A afectação de verbas não é direccionada nem discriminada. É por rubricas globais no quadro de políticas transversais; As opções de investimento da autarquia têm em conta os problemas prioritários do concelho e o seu estágio de desenvolvimento; (pág.25) <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Via transferência do OGE e fontes de receita própria (impostos); <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Através de programas; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Orçamento municipal; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> PER <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> Através de programas; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Essencialmente técnicos, logísticos e materiais; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Através do suporte das várias valências sectoriais;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> Grande ausência de actores neste domínio; A articulação com a CMA nesta área, também se efectua por uma questão de sobrevivência das próprias instituições – articulação numa relação de dependência económica; (pág.31) <p>Locais:</p>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Associações; <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> OIM – apoio nas situações de legalização; Governos dos países de origem, via geminações; 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em mobilizar actores sem um trabalho prévio de atracção o que associa ao facto de a população autóctone perceber estas populações como consumidores e como elementos que contribuem para a degradação económica e social. Os problemas do emprego e da segurança reforçam, ainda mais essa percepção; (pág.13) 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Locais – comissões de moradores, Igreja local, associações religiosas, sociedade civil (nível de organização muito limitado e participação muito personificada);

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<ul style="list-style-type: none"> • Meio empresarial é muito difícil de mobilizar para este tipo de apoio; (pág.30-31) <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OIM intervém na dependência do apoio da autarquia; (pág.31) 		<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações; • IPSS 	<p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poder central na qualidade de mediador entre o poder local e a U.E; • Igreja, Pastoral dos Ciganos; <p>Comunitários/ Internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Embaixadas, câmaras municipais dos países de origem;
<i>Regime de colaboração</i>	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvem-se no âmbito de projectos comunitários; <p>Informal</p>		<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programas comunitários e Escola das Profissões; <p>Informal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos de geminação são apresentados como vias de aproximação institucional e de criação de uma cidadania comum; <p>Formal</p> <p>Informal</p>
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Visibilidade das prioridades de investimento em determinadas áreas mas não das populações destinatárias das intervenções; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. Acções integradas nas rubricas gerais do POCAL; • As acções realizadas junto destas populações no domínio da intervenção social não são visíveis nos planos de actividade por se tratarem de acções transversais. No entanto, a maioria das acções direccionadas a populações desfavorecidas acaba por abranger maioritariamente os imigrantes e as minorias étnicas. (pág.12) • A invisibilidade das acções e dos recursos a elas afectos justifica-se pelo igual tratamento e pela não discriminação na afectação de recursos; (pág.13) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não; As rubricas são genéricas e não retratam as acções realizadas no âmbito de projectos específicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Só parcialmente. Os recursos de que usufruíam estavam diluídos nas grandes rubricas, mas também existiam iniciativas específicas sobretudo de natureza cultural referenciadas e orçamentadas isoladamente;

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<p><i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Departamento de Habitação na sequência das exigências, a nível de gestão, do PER; (pág.33) • Divisão do Gabinete de Intervenção Social também na sequência de execução do PER; (Pág.33-34) • Apologia da criação de gabinetes de bairro multi-funcionais como forma de tornar eficaz o trabalho de terreno e de proximidade com as populações; (pág.34-36) • Não é apologista de estruturas específicas direccionadas a determinados segmentos populacionais mas sim de estruturas integradas de intervenção; (pág.40) <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação fundamentada na importância numérica destas populações. A transversalidade da área dificultou o seu funcionamento. A natureza destes órgãos obriga a uma articulação com os restantes pelouros que nem sempre é bem sucedida. Por isso, devem estar na dependência directa do Presidente; • As actividades desenvolvidas revestiam-se de um carácter recreativo e superficial; (pág.37-38) • Houve uma instrumentalização política do Pelouro por parte do vereador responsável; <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não foi erradicado mas sim reduzido e reposicionado em termos de dependência orgânica, assegurando que funcione de forma articulada com as restantes acções 	<ul style="list-style-type: none"> • Assume posição contrária à criação de Gabinetes. Considera-os instrumentos de estratificação do tecido social, instrumentos discriminatórios; (pág.16) <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelouro das minorias étnicas atribuído a vereador da oposição pelo presidente da autarquia; <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Gabinete das minorias étnicas – avaliação negativa do seu desempenho: superficialidade das actividades que eram essencialmente de natureza recreativa. Mediatização excessiva das acções, interpretada como procura de visibilidade e protagonismo político. O Gabinete deve ser concebido tomando em linha de conta as necessidades das populações e não a concepção que dele fazem os políticos. Aponta como razões políticas da sua criação: modelo presidencialista, proposta integrada no programa eleitoral; (pág.13, 15, 26) • Neste momento, a autarquia encontra-se em período de reflexão sobre a configuração institucional duma eventual estrutura; (pág.13) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Municipal das minorias étnicas – estabelece relação entre o seu fracasso e a ausência de sentimento de pertença da população da Amadora, ausência de sentido de comunidade e ausência de 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia da existência de estruturas específicas, sendo, por isso, contra a sua erradicação; (pág.16) <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ideia da sua criação surgiu em período de eleições autárquicas por sugestão do PSD durante a campanha eleitoral; • Por se tratar de um Pelouro sem competências, depois das eleições, o PS cedeu-o ao PSD; (pág.14) • Posição minoritária no quadro do Executivo impedia grandes realizações; (pág.8-9) • Grandes constrangimentos de natureza política e institucional à intervenção – sobreposição de áreas de acção do Pelouro com os outros pelouros dada a transversalidade das questões, dando lugar a fricções e conflitos políticos e institucionais; (pág.9) • Competição entre o Executivo e Oposição pela visibilidade pública e as mais valias políticas da acção do Gabinete; (pág.9) • Condicionante do seu funcionamento: <ul style="list-style-type: none"> - Falta de competências; - Falta de meios; • Potencialidades do seu funcionamento: <ul style="list-style-type: none"> - Técnicos competentes para assegurar um bom trabalho e relacionamento com as comunidades; (pág.15) • A transversalidade da problemática que versa justifica a existência do Pelouro por ser necessária uma acção coordenadora e articulada; (pág.17) 	<ul style="list-style-type: none"> • Gabinetes de intervenção e gestão dos bairros degradados instalados nos próprios bairros com o intuito de virem a dar lugar a cooperativas de habitação social; (pág. 11)

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<p>da autarquia e retirando a possibilidade de se tornar instrumento de manipulação política; (pág.38-39)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apologia de uma maior articulação com os restantes actores locais; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A existência de órgãos desta natureza é, muitas vezes, mera fachada, não tendo quaisquer reflexos práticos. A sua criação decorre, frequentemente, do cumprimento de promessas eleitorais que têm por objectivo sugerir uma maior participação dos cidadãos e o interesse por determinados problemas; (pág.40-41) 	<p>uma identidade própria muito consolidada;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A criação e erradicação de estruturas autárquicas especificamente direccionadas para esta problemática tiveram subjacente, exclusivamente, interesses de natureza política; (pág.16-17) <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forma institucional do Pelouro cuja finalidade era a integração das comunidades e a assumpção da Amadora como cidade multicultural. Considera ser uma finalidade apenas alcançável a nível supra-partidário; (pág.15-16) • O primeiro objectivo consistiu em ganhar a confiança dos líderes e, através destes, a da população; • Tipo de realizações: colónias de férias; Gabinete de comunicação para jovens; Projecto Bairro mais limpo; Publicações; • A acção do Gabinete consistia essencialmente na realização de pequenos projectos, coisas que eram passíveis de serem realizadas; (pág.8) • Desmantelamento do Gabinete mediante a redistribuição dos recursos humanos a ele afectos. Este deu-se por razões políticas – associação do trabalho do Gabinete ao PSD; (pág.16) • Não conseguiu alcançar os seus objectivos porque foram criadas muitas dificuldades na articulação com os outros pelouros; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi criado por se considerar politicamente correcto existir um órgão 	

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
			<p>desta natureza num concelho cuja população integra um número tão significativo de imigrantes e de minorias étnicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os objectivos que nortearam a sua criação não se prendiam com realizações concretas; (pág.14) • Tentativa de envolvimento, participação e auscultação das populações; • Edição de publicações; (pág.11) • Apenas funcionou a nível do diálogo, não tendo havido quaisquer repercussões práticas da sua acção o que desmotivou a sua continuidade; • O facto de se poder tornar um órgão de pressão política junto do Executivo também desmotivou a criação de condições políticas para o seu funcionamento; (pág.18) 	

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<i>Dificuldades/ obstáculos à implementação de uma política de integração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • As omissões governativas, quer a nível central, quer a nível local, terão grandes custos sociais; (pág.9) • Morosidade na concepção e aplicação de respostas – é necessário intervir o mais cedo possível, proporcionando um acompanhamento, desde os primeiros escalões etários a nível quer de respostas materiais, quer imateriais; (pág.10) • Natureza essencialmente curativa e não preventiva das respostas; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos económicos e, consequentemente, de recursos humanos, o que se traduz numa descontinuidade dos projectos; • O incentivo económico é uma condição <i>sine qua non</i> para a frequência de cursos de formação; (pág.8) • Incapacidade financeira da autarquia; • Insuficiência dos recursos disponibilizados pelo poder central para a resolução destes problemas que, embora tenham uma expressão local, é um problema nacional; (pág.48-49) <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indisponibilidade do poder central para viabilizar a escola dos 12 aos 15; (pág.7-8) • Falta de apoio do poder central a projectos do poder local; (pág.8) • Os imigrantes não são objecto de interesse político porque não votam e as medidas tomadas a seu favor são susceptíveis de retirar votos – imigrantes 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de sensibilidade e colaboração do governo central para ajudar a resolver os problemas com que a Amadora se confronta a nível da educação/ ensino/ formação. Escola dos 12 aos 15 anos – medida territorializada falhada por falta de abertura do governo central. Força da lógica de poder <i>topdown</i> e fragilidade das medidas <i>bottom up</i> – marcas de desterritorialização; (pág.3) • Falta de sensibilidade e colaboração do governo central para ajudar a resolver os problemas com que a Amadora se confronta a nível da habitação; • Imigração como objecto de manipulação política – aproveitamento político da pobreza que lhe está associada – desfasamento entre o discurso e a prática – descrédito dos políticos (pág.6-7) • Presença diminuta nos órgãos de soberania locais; • Os partidos políticos não investem mais na mobilização destas populações porque sabem que não estão recenseadas e que, por isso, não votam. Para aceder ao poder, a sua acção tem de ser desenvolvida sobretudo junto da população votante; (pág.21) • O facto de as listas partidárias não integrarem elementos destas populações também reside no facto de estas não serem indutoras de votos visto grande parte das suas comunidades de origem não estarem recenseadas e por isso não votarem mas também pelo facto da sua integração económica e social na sociedade de acolhimento ainda não ter atingido um nível que permita obter 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interesses políticos dominam as prioridades de acção; • Imigração com fortes repercussões a nível social mas não político, o que tem fortes consequências ao nível das opções políticas no quadro da gestão autárquica; (pág.1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de terrenos; • Circularidade e interdependência das várias componentes do processo de exclusão; (pág. 6) <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos económicos limitados; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de políticas sectoriais de âmbito nacional definidas; • Alheamento político – as questões relacionadas com a imigração estavam ausentes da agenda política dos partidos e dos respectivos programas; (pág.19-20) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estádio de desenvolvimento do poder local – fase de imaturidade. Indefinição e sobreposição de poderes; desorganização político-administrativa; (pág.3-4) • Legislação – limitação de competências; • A desadequação do sistema de ensino aos filhos dos imigrantes é apresentada como causa directa das dificuldades de integração; • Conflito de competências entre a administração central e local – tensão institucional entre as duas escalas de poder; (pág. 11-12)

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<p>constituem motivo de embaraço político, trazem grandes problemas à gestão política e pública; (pág.16-17)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governo não concede incentivos às empresas que empregam formandos destes cursos (benefícios, isenções); • Falta de sensibilidade do governo central às intervenções do Presidente da República neste domínio as quais não têm reflexos nas práticas governativas; (pág.49) • Ausência de uma política de imigração a nível nacional, o que ocasiona uma desregulação dos fluxos migratórios com grandes impactos locais. As omissões do governo central fazem aumentar a intolerância a nível local; (pág.50-51) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de creches; (pág.10-11) • Grandes omissões por parte do governo central; • Formação profissional não direccionada para o mercado de trabalho, resultando na dificuldade de colocação dos formandos – os esforços em captar investimentos nem sempre se traduzem na diminuição do desemprego; • Falta de competências da autarquia para a resolução dos problemas; (pág.48-49) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legislação laboral não facilita a integração no mercado de trabalho; • Legislação não permite que os postos de trabalho criados no concelho sejam preenchidos exclusivamente pelos seus 	<p>votos da população autóctone. Não é por uma questão rática, é por falta de representatividade; (pág.22)</p> <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estádio de desenvolvimento económico e social de Portugal – a desorganização dele decorrente, reflecte-se nas relações entre o Estado (central e local) e a sociedade civil, tendo também repercussões nas respostas dos serviços públicos a estas populações. Disfuncionalidade da trilogia Estado/ Administração/ Sociedade Civil; (pág.29, 31) <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A cultura é apresentada como a causa directa da situação de exclusão em que se encontram as gerações descendentes; • A acção que os partidos políticos desenvolvem no sentido de mobilizar estas populações para a participação política não surte efeitos pelo facto de, maioritariamente não serem escolarizadas, e assim, não terem consciência cívica; • Abandono escolar; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de lideranças fortes nas comunidades imigrantes e minorias étnicas. Aproveitamento pessoal de alguns dirigentes. Défice de representação das populações e dos seus verdadeiros interesses; (pág.16, 40-41); • Falta de interlocutores destas populações junto do poder local (pág.31) 		

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
	<p>habitantes;</p> <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Opinião pública local muito negativa face à imigração. A imigração é percebida como um foco de perturbação; (pág.1-2) • Sentimento de injustiça por parte da população autóctone relativamente às respostas municipais no domínio da habitação. Opinião de que as casas cedidas a essas populações são “mal empregues”; Opinião de que os bairros de realojamento têm mais e melhores equipamentos sociais do que os restantes; (pág.13-19) • Opinião pública muito avessa à imigração, o que acarreta grandes custos políticos; • População autóctone é maioritariamente de classe baixa e média-baixa tendo necessidades semelhantes a estas populações, o que desencadeia reacções negativas aos apoios que lhes são concedidos; (pág.55-56) 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de capacidade das associações para mobilizar as populações para o recenseamento e a votação; (pág.17, 20) • Alheamento político destas populações: <ul style="list-style-type: none"> - Falta de consciência de cidadania apenas passível de se adquirir pela educação; - Migrações económicas – inserção profissional precária – indisponibilidade temporal e mental; - Inserção frágil na sociedade de acolhimento local mesmo naquela de que é originário; (pág.20-21) <p>De natureza macro-estrutural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Influência do poder económico sobre o poder político repercute-se nas políticas de imigração; (pág.35, 38) 		

	Entrevistado 34	Entrevistado 35	Entrevistado 36	Entrevistado 37
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não porque estas populações têm mais apoios que a restante comunidade e, por isso, não estão em desvantagem. Grande parte da população autóctone tem necessidades semelhantes; (pág.52, 54) • Apologia de políticas globais e transversais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a autarquia como entidade promotora de integração; (pág.23) • Não. Tem políticas transversais com acções específicas; (pág.31) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não. As acções, neste domínio, estão condicionadas por interesses políticos; • A prioridade política do Executivo face à população autóctone consiste na criação de condições de segurança associada à presença de imigrantes e minorias étnicas; (pág.1) • O trabalho realizado pelo Executivo, com maior impacto junto destas populações, limita-se ao PER mas não é suficiente para que se alcance a sua integração; 	<ul style="list-style-type: none"> • Resposta controversa – sim e não – carácter implicitamente circunstancial; (pág. 19-20)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<p>Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criam subsídio-dependência; (pág.53) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas multiculturalistas; (pág.3) • Apologia das políticas globais e transversais. Apologia da igualdade de tratamento. Se as políticas não forem transversais podem ser discriminatórias; (pág.16, 27) • Discriminação positiva não é necessária, o problema não está no sistema, está na destruturação da comunidade, na ausência de valores; 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A existência de uma política específica com expressão institucional é a forma de assegurar intervenções concretas que contribuam para a integração destas populações; 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas multiculturais tomando a cultura como um factor determinante de especificidade a ser integralmente respeitado; (pág.21)

DIRIGENTES ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<p><i>Expressões do fenómeno migratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30% da população residente no concelho é composta por imigrantes e minorias étnicas; • Grande heterogeneidade destas categorias; (pág.18) • População muito móvel; • Supremacia dos cabo-verdianos no universo da população imigrante – 70%; • Muita imigração ilegal; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração espacial por local de proveniência geográfica (ilhas), embora mais visível numa primeira fase de instalação. Mobilidade física e social das pessoas levou a que as concentrações com base nos locais de proveniência se fossem atenuando; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de participação cívica; <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de participação política; • Pouca reivindicação dos seus direitos; • A baixa participação cívica e política são justificadas através do analfabetismo, da falta de informação e da consequente incapacidade reivindicativa; e também pelo descrédito decorrente da manipulação anterior destas populações por parte de algumas organizações; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Existem muitas associações mas, fortes e a trabalhar bem, existem poucas; (pág.7-8) • Critério de avaliação das associações não se deve reger pelo número de instituições nem das suas actividades 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População cigana muito jovem; • Percurso de vida muito curto – casam, constituem família e morrem muito cedo; • Conflitos intra-étnicos – diferenças económicas influenciam o relacionamento entre grupos e famílias; <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Radicados maioritariamente nas freguesias da Buraca (Bairro do Zambujal) e da Falagueira; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrelotação dos espaços habitacionais, <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ciganos trabalham maioritariamente por conta própria, nomeadamente na venda ambulante; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Isolamento. Não envolvimento em actividades de natureza comunitária mesmo quando são solicitados. Grande dificuldade em mobilizar as comunidades ciganas; <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande parte da população cigana está recenseada mas não participa politicamente. O recenseamento é efectuado por constituir uma condição para a obtenção de documentos junto dos serviços públicos; (pág.4) • Total alheamento das estruturas de representação política. A supressão das necessidades básicas é apontada como razão justificativa para essa postura; (pág.4) <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de associações locais representativas da população cigana. Daí advém a sua incapacidade de 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Africanos dos PALOP – supremacia dos cabo-verdianos; • Presença significativa a partir do 25 de Abril, intensificada nos últimos 15 anos; • Migrações essencialmente de natureza económica; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalação em bairros de barracas onde existem também migrantes internos; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; <p>Cidadania:</p> <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Esvaziamento do papel representativo das populações; • Associações têm pouca capacidade de mobilização da população por falta de pessoal e de recursos; • Hoje, o seu papel principal é a prestação de serviços; • Pouca participação da população no movimento associativo – o envolvimento da população nas actividades das associações restringe-se às festas e na recolha dos bens do banco alimentar reunidos por elas; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insegurança nos bairros degradados associada ao modo de vida de alguns dos seus habitantes relacionado, sobretudo com o tráfico de droga, a marginalidade e criminalidade; (pág.4-5)

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
	<p>mas pelos seus resultados, por aquilo que são capazes de fazer bem (pág.9)</p> <ul style="list-style-type: none"> • A função destas associações não é a de substituir o Estado mas a de trabalhar em parceria com ele, criando sinergias. Papel de complementaridade. Subjaz a ideia de que a sociedade civil é mais eficiente do que o Estado na prestação de algumas respostas; 	<p>reivindicação e de estabelecer um diálogo institucional com o poder local;</p>	
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<p>Habitacionais</p> <p>Educacionais</p> <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emprego estável; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Legalização; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece que a sua percepção das necessidades desta população pode não ser coincidente com as necessidades que ela tem ou identifica; (pág.8-9) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considera que a alfabetização dos adultos e escolarização das crianças são necessidades fundamentais da população cigana, embora reconheça que não são por ela sentidas e identificadas. A frequência do sistema escolar resulta de uma imposição da prestação do Rendimento Mínimo; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Graves carências económicas – a maioria desta população recebe Rendimento Mínimo; <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação profissional à qual aderem apenas se for remunerada; 	<p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência total de condições de habitabilidade; (pág.6) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização; • Problemas de aprendizagem; (pág.29) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de trabalho estável – contribui para o insuficiente apoio à família, tendo repercussões muito fortes nos problemas que afectam as gerações descendentes; (pág.1-2) <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaços de convívio; • Ausência de apoio às gerações descendentes; <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carências económicas graves a nível da subsistência, algumas delas suprimidas através do apoio do Banco Alimentar. Necessidade do apoio do rendimento Mínimo;

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i>	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER. Apologia de realojamento misto contemplando pessoas de várias origens sociais e culturais e a criação de equipamentos sociais frequentados por toda a população residente (Casal da Boba); • PER-Famílias; • Programa Retorno; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande investimento a nível de equipamentos e serviços; • Acção social escolar – refeições quentes; <p>Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cedência de espaço físico e construção de equipamentos; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projectos pontuais e sem grande resultado a nível da inserção no mercado de trabalho – grandes dificuldades nesta área; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – frequentam cursos de formação profissional porque se trata de um requisito obrigatório para a obtenção do Rendimento Mínimo. Recusam, muitas vezes, propostas que lhes permitiriam integrar-se no mercado de trabalho; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – o apoio económico obtido através deste programa permite assegurar parte da logística das associações; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa Escolhas; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho essencialmente ao nível do primeiro ciclo; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa Escolhas;

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i></p> <p><i>Efeitos colaterais</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções reactivas e não pró-activas – carácter curativo e não preventivo dos projectos e das acções; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de realojamento inclui falhas a nível do modelo de construção e da preparação/ formação das pessoas a realojar; (pág.6-7) • Crítica aos critérios subjacentes à atribuição de fogos – a CM deveria fazer uma maior triagem da população realojada, averiguando melhor a respectiva capacidade económica; (pág.6-7) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – programa cujos eixos de candidatura não motivam a criação de redes de intervenção. Não estimula a cooperação entre as associações; (pág.8) • As exigências do Estado às candidaturas dos projectos levam a que as associações de maior dimensão se fortaleçam e as mais pequenas sucumbam. As associações tornam-se empresas; (pág.10) • No apoio às associações, o Estado troca a responsabilidade pelo subsídio, tendo um papel mais passivo e não contribuindo de forma activa na resolução dos problemas. Ausência de parcerias efectivas entre a autarquia e as associações. O papel do Estado é redutor, limitando-se à cedência de alguns recursos económicos; (pág.13) 	<p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O modo como a autarquia e as associações querem envolver esta população nas actividades que promovem leva a que, muitas vezes, ela não aceite colaborar. A autarquia e as associações não acompanham a evolução destes grupos. Existe um desfasamento entre o tipo de colaboração desejada por parte das instituições públicas e privadas e as expectativas desta população sendo cada vez mais difícil mobilizá-la. Os grupos étnicos desejam, muitas vezes, “descolarem-se” da imagem, dos estereótipos que permanecem sobre eles e os seus antepassados; (pág.6-7) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os critérios de selecção das famílias a realojar não parecem ter em conta as condições de habitabilidade da casa anterior; (pág.6-7) • A demolição de casas não toma em linha de conta as condições de habitabilidade de famílias que vivem em casas muito piores do que as que são demolidas; (pág.6-7) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA – programa cujo processo de candidatura integra vários problemas: Requisitos de instrução – muita burocracia, prazos de candidatura muito curtos

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Formalmente sim mas sem correspondência prática; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<p>Nacionais</p> <p>Comunitários</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação recente do Conselho Local de Acção Social e das Comissões Sociais de Freguesia, no âmbito da Rede Social; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações locais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento;
<i>Regime de colaboração</i>	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Protocolos; • Acordos atípicos; <p>Informal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento;
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento;

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<p><i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i></p>	<p>Gabinete do PER</p> <p>Gabinete de Intervenção social</p> <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não tem peso político nem dinâmica; <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A sua extinção foi justificada pelo executivo da CM pela sua alegada inoperância; <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carácter inoperante e meramente formal. Dificuldades de funcionamento associadas a limitações também das instituições; 	<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carácter essencialmente recreativo das actividades. Personificação do trabalho prestado. A sua erradicação levou a uma diminuição da actividade da autarquia neste domínio; (pág.10) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teve grande importância na qualidade de fórum informativo e de espaço de diálogo e de conhecimento inter-associativo. Personificação do trabalho desenvolvido. A sua desactivação deve-se a razões de natureza política; (pág.11-13) 	<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecia uma boa interacção com as associações, transmitindo-lhes informação tentando envolvê-las em algumas actividades e eventos. O tipo de acção que desenvolvia era essencialmente de natureza cultural e recreativa. Opinião muito favorável sobre o desempenho dos técnicos que nele trabalhavam. Desconhece a sua eliminação; (pág.27) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carácter pouco marcante da sua acção. Não funciona actualmente; (pág.31)

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • A magnitude do problema constitui em si uma limitação à sua resolução; • Inexistência de um bom diagnóstico; <p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos económicos; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de uma política intercultural; • Falta de vontade política; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inadequação dos horários dos serviços públicos aos horários laborais destas populações; • Incapacidade das instituições públicas para actuar com eficácia ao nível do emprego; • Competências do poder local percebidas como factor limitativo, uma vez que não são suficientemente abrangentes em todas as áreas; • Desfasamento entre o mercado laboral e os perfis profissionais destas populações; <p>De natureza sócio-cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel nefasto da Comunicação Social relativamente ao trabalho desenvolvido por e para os imigrantes e as minorias étnicas (pág.12) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimento associativo enfraquecido pela falta de sinergias e a CM não parece estar interessada em estimulá-las. Ausência de espírito de parceria: as associações não estabelecem parcerias entre si; 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos económicos; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de peso político – não vota e não capta o interesse político-partidário; (pág.9) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de lideranças que potenciem a criação de consensos e a mobilização desta população. Inexistência de interlocutores/ representantes junto do poder local; (pág.8-9) • Não envolvimento das pessoas na concepção das respostas que lhes são destinadas – desfasamento entre as necessidades por nós percebidas e aquelas que as populações sentem; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Especificidades culturais dificultam a integração a todos os níveis, inclusive da saúde (ainda existem algumas famílias que não deixam vacinar as crianças); (pág.1) • Resistências comunitárias; • Heterogeneidade intra-grupal. A diversidade da situação sócio-económica, das necessidades e expectativas para colaborar, existente no seio desta população, constitui um obstáculo à tomada de medidas satisfatórias para todos; (pág.8) 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Carácter esporádico e casuístico dos projectos; • Não envolvimento das populações na concepção e execução das políticas de integração apresentado como obstáculo primeiro e superior à carência de recursos económicos; <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de relacionamento e articulação entre a autarquia e as associações – instituição muito burocratizada e hierarquizada; morosidade nas respostas; • poder muito centralizado – delegação de poderes nas juntas muito limitado; distanciamento e falta de diálogo. Relação mais estreita e melhor colaboração com a junta de freguesia; • Fechamento das associações – isolamento e individualismo; Relacionamento inter-associativo muito difícil; (pág.39) • Falta de promoção de interacção com a restante população. A população autóctone não é preparada para essa política de integração; • Falta de apoio económico, técnico e informativo da autarquia às associações. Falta de acompanhamento por parte dos serviços responsáveis; (pág.34-35) • Falta de equipamentos sociais de apoio à primeira infância e à juventude, o que tem levado as associações a criar essa valência, em substituição do Estado; (pág.25) • A inoperância dos serviços autárquicos e a decorrente morosidade das respostas leva a que, muitas vezes se tenha de recorrer a relações pessoais, informais para obter as referidas respostas e em tempo oportuno; (pág.30) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estereótipos, preconceitos; • Carência de estruturas associativas;

	Entrevistado 38	Entrevistado 39	Entrevistado 40
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Sim; mas tem de ser alterada; • Reconhecimento de diferentes fases da política autárquica neste domínio. Já foi melhor; • O carácter multidimensional da problemática determina que as acções para alcançar resultados positivos tenham que ser holísticas, intersectoriais e multidisciplinares; (pág.5) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento, embora julgue que tem sido feito algum trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de diferentes fases da política autárquica neste domínio. Numa fase anterior coincidente com os mandatos dos executivos CDU verificava-se uma maior proximidade, informalidade e apoio às associações. Hoje, atravessa-se uma fase de maior distanciamento e menor apoio; • Personificação do trabalho (pág.28) • A existir será apenas em termos teóricos, pois não se conhecem reflexos práticos dessa política; (pág.36)
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece o carácter polémico e ambíguo das políticas de integração; • Reconhece vantagens e desvantagens às políticas específicas e transversais. A discriminação positiva poderá levar a que as pessoas sejam desresponsabilizadas e a igualdade de tratamento poderá ser prejudicial porque as pessoas, atendendo às suas diferenças, não podem aceder de igual forma aos mesmos bens e serviços; (pág.21) 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendendo à dimensão e heterogeneidade destes segmentos populacionais no concelho. Depende, no entanto, do tipo de políticas que sejam implementadas; (pág.12) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apologia de políticas gerais integrando algumas vertentes específicas, fundamentando essa posição na partilha em situação de paridade de muitos problemas com elementos da população autóctone que residem nos bairros; (pág.36)

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<p><i>Expressões do fenómeno imigratório e das minorias étnicas</i></p>	<p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Têm uma intervenção a nível da formação profissional e de actividades ocupacionais, recreativas e lúdicas; • Falta de autonomia financeira. A sua subsídio-dependência é justificada pelos resultados da sua acção junto das populações a que se dedica; (pág.2) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de droga. Este fenómeno conheceu um claro aumento com a crise económica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Compensação demográfica da imigração: o decréscimo da taxa de natalidade da população autóctone é compensado pela forte taxa de natalidade dos imigrantes e minorias étnicas, assegurando o funcionamento de muitas escolas do 1º ciclo; (pág.19-20) <p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População muito jovem; • Constituem família muito cedo; <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais de familiares e amigos dão lugar à constituição de cadeias migratórias; <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As redes sociais expressam-se também na organização do espaço. Relações de vizinhança e parentesco muito fortes, dando lugar ao sentido de comunidade; (pág.1, 6) <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de escolaridade relacionado com as dificuldades de mobilidade profissional; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço doméstico e construção civil; <p>Cidadania: <i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Integração nas listas das Juntas de Freguesia de alguns elementos destas populações mas com pouca influência; <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tráfico de droga conheceu um grande incremento depois da erradicação do Casal Ventoso, em Lisboa; (pág.5) 	<p>Dimensão, composição e tipologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intensificação dos fluxos após Abril de 1974; • Supremacia dos cabo-verdianos: alguns detêm já um percurso imigratório anterior com passagem por algumas ex-colónias portuguesas (São Tomé e Angola). A sua hegemonia vai sendo atenuada pela chegada de imigrantes de outras origens; • A grande mobilidade impossibilita um levantamento estatístico rigoroso – mutação contínua da realidade; • Existência de muitos guineenses – população mais coesa sob o ponto de vista social e étnico, o que parece estar relacionado com o facto da sua migração ser mais recente. Grande comunidade muçulmana; • Muita imigração ilegal, em parte decorrente de alterações legislativas e de requisitos burocráticos; • Concelho com maior número de imigrantes de origem africana; • Existência de algumas famílias de Leste residentes na periferia dos bairros cuja expressão numérica tem vindo a diminuir; • Inexistência de brasileiros dentro dos bairros degradados; • Meninos de rua; (pág.4-5) <p>Factores de atracção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proximidade de Lisboa e proximidade do trabalho; • Redes sociais <p>Distribuição espacial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização do espaço por ilhas de origem, embora se verifique uma progressiva atenuação dessa posição; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analfabetismo; • Segregação no espaço escolar;

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
		<ul style="list-style-type: none"> • Furtos; • Os casos de abandono do bairro estão mais relacionados com os estigmas sociais existentes sobre ele do que com a falta de condições de habitabilidade. Imagem social do bairro associada ao tráfico de droga; (pág.4) • Insegurança – bairro é seguro para os residentes e menos seguro para quem vem do exterior. A insegurança sentida por parte da população autóctone relativamente à população do bairro está provavelmente relacionada com o seu quantitativo, concentração, união, fenótipo e uniformidade cultural; (pág.6) • Imigrantes e minorias étnicas constituem elementos de desvalorização económica, social e política do espaço; (pág.35-36) 	<p>Cidadania:</p> <p><i>Participação política</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca participação das pessoas mesmo que estejam recenseadas; <p><i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de espírito associativo que conduz à diminuta existência de estruturas associativas nos bairros. As poucas associações que existem são desprovidas de dimensão e dinamismo. O seu papel quase se reduz à prestação de serviços na área da infância; (pág.3, 29) <p>Problemas que a sociedade de acolhimento lhes associa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insegurança associada ao intenso tráfico de droga e à existência de “gangs”;

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<p><i>Principais necessidades e/ou problemas dos imigrantes e minorias étnicas</i></p>	<p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Desemprego – os imigrantes são as primeiras vítimas da crise económica; (pág.1) 	<ul style="list-style-type: none"> As expectativas e representações sociais das necessidades da sociedade de acolhimento são diferentes das dos imigrantes e minorias étnicas; <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não é sentida como uma necessidade básica; <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Insucesso e abandono escolar relacionados com as dificuldades linguísticas, a rotatividade e inexperiência dos professores; (pág.3) Falta de equipamentos sociais públicos (creches, ATL's); <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de estabilidade identitária; Falta de interacção social associada ao facto de os equipamentos sociais, nomeadamente as escolas serem localizadas dentro dos bairros; (pág.3) Falta de competências linguísticas; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> Quadro legal actual propicia a ilegalidade criando dificuldades de acesso a direitos o que grandes reflexos na vida quotidiana, nomeadamente no acesso ao emprego; Dificuldades na aquisição da nacionalidade, acarretam grandes problemas às gerações descendentes; (pág.2) 	<ul style="list-style-type: none"> As necessidades variam segundo a idade. Algumas são comuns à maioria dos imigrantes e minorias étnicas, outras são específicas das gerações mais novas. É preciso criar respostas adaptadas suas necessidades; (pág.11-12) <p>Habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Considerada como o problema raiz de todos os outros. Para além das condições físicas de habitabilidade, concede especial importância ao ambiente social em que a habitação se insere; (pág.10) <p>Educacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Insucesso e abandono escolar; Falta de formação básica; (pág.11-12) <p>Sócio-culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sinais de degradação social nos bairros a partir de meados da década de 80 – emergência de graves problemas nas gerações descendentes associado ao consumo e tráfico de droga; (pág.2-6) Ausência de um projecto de vida e de motivação por parte das gerações descendentes, em parte pela frustração de expectativas criadas através de iniciativas realizadas no âmbito de projectos; (pág.38-39) <p>Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de formação técnica e profissional; (pág.11-12) Desemprego atinge grande parte da população dos bairros degradados; Saídas profissionais difíceis, sobretudo para as gerações descendentes; (pág.10-12) <p>Económicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Carência económica grave, situações de fome algumas minimizadas através do tráfico de droga; (pág.10)

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<p><i>Intervenções/ Respostas da autarquia</i></p>	<p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • URBAN – <i>feedback</i> positivo; • EQUAL; 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – apologia do realojamento misto com maior oportunidade para os jovens; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área em que a autarquia fez um grande investimento; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto Caleidoscópio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Primazia da actividade dos executivos CDU na área cultural. Por dificuldade de intervenção a um nível mais profundo e estrutural, limitava-se a incidir nesta área; (pág.31) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PER – a causa directa do realojamento do bairro foi a construção da CRIL; <p>Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio material e logístico à alfabetização através da junta de freguesia; <p>Emprego e Formação Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola das Profissões – resposta insuficiente face às necessidades dos jovens; <p>Multi-sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • URBAN; • Projecto de Luta Contra a Pobreza; • NOW; • Caleidoscópio; • Escolhas; <p>Cidadania: <i>Movimento Associativo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • PAMA;

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<p><i>Questionamento das intervenções realizadas</i></p> <p><i>Efeitos colaterais</i></p>	<p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A CMA não dá o apoio de que as associações necessitam. A autarquia deveria ter um Gabinete que fornecesse informação às associações sobre os projectos a que podiam concorrer e os fundos que poderiam obter; (pág.8) 	<ul style="list-style-type: none"> • A mudança não pode ser imposta, tem de ser compreendida e processa-se ao longo do tempo através de acções e não por palavras; (pág.7) <p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de acompanhamento do processo de realojamento; (pág.16) • Não foram dadas condições às associações sedeadas nos bairros degradados para se instalarem nos bairros de realojamento para onde foram transferidas as populações com quem trabalhavam. Ruptura de um trabalho e de uma relação de confiança desenvolvidos durante anos; (pág.16) • Há falta de espaço para o realojamento mas continua-se a investir na construção e a não criar espaços verdes; • Os realojamentos são massivos, muito concentrados e em zonas marginais; • Os residentes dos bairros de realojamento não foram devidamente informados sobre as obrigações implícitas aos empréstimos bancários que tiveram de contrair para adquirir casa. Muitos deles, tendo níveis de rendimento débeis, tiveram que abandonar esse projecto; • O não envolvimento das populações nos projectos de realojamento leva a que os equipamentos não sejam respeitados; • A autarquia não promove a interacção da população nos equipamentos públicos; (pág.19) <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de democracia participativa – a comunidade não está representada nos principais órgãos de poder autárquicos; (pág.23) 	<p>Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A causa directa do realojamento das populações do Bairro das Fontainhas e do Bairro Azul foi a construção da CRIL e, eventualmente, a construção destinada ao mercado habitacional; • Realojamento pode conduzir à perda de sentimentos de segurança e de afectividade vivenciados nos bairros degradados bem como à destruturação das redes de vizinhança e de amizade; (pág.12-13) • Os processos de realojamento não são realizados de forma adequada; • A expectativa do realojamento contribuiu para a estabilidade da população do Bairro das Fontainhas e assim, para uma maior homogeneidade cultural da população residente; <p>Cidadania:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhece que é necessário um trabalho prévio com estas populações no sentido de as motivar e estimular para a participação política. Associa este facto ao pouco investimento dos políticos neste domínio; (pág.23)

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<i>Objectivos da autarquia nesta área e respectivo alcance</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não são claros e as instituições não os conhecem porque a autarquia pratica uma política para as populações e não com as populações. Principal objectivo, neste momento, parece ser na área da habitação – erradicação dos bairros degradados através do PER; (pág.32) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem conhecimento; A existirem não têm expressão prática;
<i>Fontes de financiamento da intervenção autárquica nesta área</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Recorre a todas. É uma concorrente das associações neste momento; (pág.24) <p>Locais</p> <p>Nacionais</p> <p>Comunitárias</p>	<p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PIDDAC; <p>Comunitárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundos comunitários através de projectos de intervenção comunitária;
<i>Actores que colaboram com a autarquia nesta área</i>		<ul style="list-style-type: none"> • Poucas parcerias, as que existem são no âmbito dos projectos nacionais e comunitários; (pág.24) <p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações de imigrantes; 	<p>Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associações; • IPSS; <p>Nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Social;
<i>Regime de colaboração</i>	<ul style="list-style-type: none"> • As parcerias nem sempre estão assentes em princípios e intencionalidades correctas; (pág.7) 	<p>Formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No âmbito de projectos: Ser Criança; Caleidoscópio; PAMA; URBAN I e II; Escolhas; EQUAL; <p>Informal</p>	<p>Formal</p> <p>Informal</p>

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<i>Visibilidade nos planos de actividade e orçamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhece;
<i>Alterações na estrutura organizacional da autarquia</i>	<p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Défice de representação de alguns dirigentes associativos que o integram; (pág.18) 	<p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não tem qualquer <i>feedback</i> sobre o seu funcionamento actual; (pág.29) <p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi eliminado mas não por razões económicas porque este tipo de estruturas ajuda a captar fundos; (pág.29) • O seu funcionamento tomava em linha de conta questões de natureza política; (pág.29) <p>Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existiu mas já não tem actividade há muito tempo; (pág.29) 	<p>Gabinete de apoio às Minorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação no mandato do PS. Associa a erradicação deste organismo a cortes orçamentais. Grande colaboração com o Gabinete a nível logístico e organizativo de eventos. Opinião muito favorável sobre o desempenho dos técnicos que nele trabalhavam. Duração muito curta; (pág.32) <p>Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento da existência actual do Pelouro;

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<p><i>Dificuldades/obstáculos à implementação de uma política de integração</i></p>	<p>De natureza económica</p> <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de articulação entre a CMA e os outros actores institucionais, nomeadamente as associações; (pág.7) <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As reacções comunitárias encerram um potencial significativo de conflito social derivado do facto de a população autóctone da Amadora pertencer a estratos sociais de baixos rendimentos, o que, neste momento, é agravado pela crise económica; (pág.1) • Preconceitos, estereótipos, mentalidades intolerantes, etnocentrismo; (pág.6, 13) • Insegurança induzida; (pág.5) 	<p>De natureza económica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos. As candidaturas aos projectos comunitários constituem uma forma de contornar a escassez de recursos; • A localização dos terrenos onde se encontram os bairros degradados torna-os muito valiosos em termos imobiliários e por serem necessários à construção de acessibilidades, o que constitui uma pressão para o seu rápido desmantelamento; • Falta de apoio para a realização de práticas desportivas e culturais; <p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poderes públicos potenciam a guetização ao localizarem serviços públicos, nomeadamente escolas dentro dos bairros – opções políticas incorrectas; (pág.3) • Intervenções não são concebidas com o envolvimento e participação das populações a que se destinam. Ausência de uma perspectiva de <i>empowerment</i>; (pág.10, 15) • Ausência de respostas políticas em concordância com necessidades identificadas; • Politização e partidarização dos órgãos criados neste domínio quer a nível local, quer a nível nacional; (pág.30-31) • Importância política da imigração – impacto eleitoral favorável aos partidos advindo das medidas políticas tomadas contra a imigração junto da população votante; (pág.33) • Inexistência de uma política nacional de imigração; (pág.36) • Uniformidade das respostas dos diferentes partidos relativamente à imigração. Evitam o impacto eleitoral das medidas tomadas no seu âmbito – prevalência dos interesses político-partidários e eleitorais; (pág.36-37) • Desfasamento entre os ciclos eleitorais e a visibilidade dos resultados das políticas nesta área. Os efeitos de uma política de imigração só são visíveis a longo prazo; 	<p>De natureza política:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande alheamento dos políticos, interesse muito pontual; (pág.19-20, 23) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de associações nos bairros de realojamento; • Burocracia dificulta muito o funcionamento das instituições, resulta numa enorme morosidade das respostas e consome muito do tempo que deveria estar destinado ao trabalho directo com as populações; (pág.34-35) • Ausência de trabalho em parceria. Dificuldade em instituir esta metodologia de trabalho também pela falta de recursos humanos e de tempo para se articular com os parceiros; • A não valorização da cultura destas populações cria dificuldades ao seu processo de integração e equilíbrio; (pág.41-42) • Falta de equipamentos sociais de apoio à primeira infância e à juventude, o que tem levado as IPSS a criar valências vocacionadas a esses estratos (Pré-escolar, creches, ATL's); <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identidades diluídas – perda de valores culturais em consequência do percurso migratório vivenciado anteriormente. Essa experiência imigratória é apresentada como factor que contribui para a heterogeneidade da categoria de imigrantes e para as diferentes posturas que assumem na sociedade de acolhimento; (pág.16) • O crescimento do tráfico de droga nalguns bairros degradados e a insegurança dele decorrente motivou a saída de muitas famílias proporcionando a instalação de novos agregados. Em consequência, ocorreu uma maior diversidade de origens geográficas e pertenças étnicas que tornou os bairros menos coesos sob o ponto de vista

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
		<p>(pág.37)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de coragem política; (pág.40) <p>De natureza institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de equipamentos sociais públicos; • Dificuldades de relacionamento entre CMA e associações. CMA assume uma relação de domínio – parceria assimétrica em termos de poder; (pág.14-15) • CMA, instituição muito burocrática, hierarquizada, razão pela qual funciona a um ritmo muito lento; (pág.15) • Tensão entre as Juntas de Freguesia e as associações, derivado, em muitos casos, às dificuldades criadas à emissão de documentos que permitem a instalação legal das pessoas e a vinda dos seus familiares, bem como pelo baixo investimento que realizam nos bairros, por se perspectivar a sua demolição. Juntas de Freguesia tentam controlar a instalação de novos imigrantes e a vinda dos seus familiares; (pág.20-21) • A hierarquização vertical de poder nas Juntas de Freguesia não permite uma maior colaboração dos técnicos das Juntas com as associações locais; • A separação entre a esfera técnica e política também se estende ao poder central e tem reflexos ao nível dos programas nacionais desenvolvidos no âmbito local; (pág.25) • Carácter fechado e inflexível dos programas nacionais, não permitindo adaptações ao local onde se efectivam e não dando lugar a inovações; (pág.25) • Desadequação dos horários dos serviços públicos à realidade quotidiana destas populações – creches, escolas, centros de saúde; (pág.26) <p>De natureza jurídica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A legislação actual relativamente à frequência escolar promove a concentração étnica, uma vez que o acesso à escola está vinculado à zona de residência; 	<p>social e identitário;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de figuras de referência com capacidade de liderança e mobilização; (pág.17)

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
		<ul style="list-style-type: none"> • A burocracia inerente ao recenseamento explica, em parte, o número diminuto de imigrantes recenseados; (pág.23-24) • Ilegalidade integra um conjunto muito heterogéneo de situações; <p>De natureza comunitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de consciência política destas populações; (pág.23) • Etnocentrismo – falta de abertura para a aceitação do outro e não reconhecimento do contributo dos imigrantes, aos diferentes níveis, para o país de acolhimento; (pág.38) • Hábitos culturais muito vincados, havendo grande dificuldade em assimilar a cultura do outro; (pág.1) • Autonomia funcional do bairro potencia a guetização; 	

	Entrevistado 41	Entrevistado 42	Entrevistado 43
<i>CMA tem uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem; • As intervenções da CMA são realizadas no sentido de conferir imparcialidade à actuação para que não possa ser associada apenas a estas populações; (pág.1) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem; • Apologia de intervenções preventivas, devendo ocorrer ao nível das faixas etárias mais jovens; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe, não sente que exista;
<i>A existência de uma política específica de integração de imigrantes e minorias étnicas tem vantagens ou desvantagens</i>	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve haver respostas diferentes para necessidades diferentes integradas numa política baseada na tolerância; (pág.10-11) 	<p>Apologia do pluralismo cultural; (pág.7)</p> <p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apologia de medidas de discriminação positiva, numa perspectiva de <i>empowerment</i>, como forma de permitir o acesso a bens e serviços por parte de pessoas que estão em situação de desvantagem; (pág.41-42) 	<p>Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobretudo num concelho em que esta problemática revela uma enorme incidência. Neste domínio, a Amadora assume um carácter excepcional. As medidas gerais tomadas pela autarquia, que eventualmente podem abranger estas populações não têm impacto junto delas; (pág.39) • Apologia das políticas específicas fundamentada na maior precariedade e debilidade destas populações e na particularidade de necessitarem de um apoio suplementar de acolhimento pelo facto de serem de nacionalidade ou ascendência estrangeira; • Pode ser um instrumento de valorização da cultura destas populações;